

Cezar Taurion

Adotando o ODF como Padrão Aberto de Documento

volume 1



Apresentação

Fiquei muito contente ao receber o convite do meu Grande Mestre Taurion para fazer uma introdução a este e-book, pelo assunto tratado (ODF) e pelo seu autor.

Me lembro que quando estava saindo da universidade e iniciando minha carreira, li muitas coisas que ele escrevia e conforme minha carreira ia seguindo em frente a admiração pelo seu trabalho aumentava ainda mais. Finalmente nos encontramos certa vez em um evento, e depois de alguns minutos de bate papo eu descobri que tínhamos muitas afinidades e que compartilhávamos de opiniões, um tanto quanto polêmicas para a época, sobre o futuro da tecnologia. Com o passar dos anos, nossos contatos foram cada vez mais frequentes e hoje somos bons amigos.

Ler esta coletânea de artigos do Taurion sobre ODF foi para mim como ver um filme (ou ler um resumo) da minha própria vida nos últimos anos. É muito legal ver como o tema ODF amadureceu no Brasil e no mundo, e ver ainda que conseguimos alcançar muitos dos nossos objetivos com o padrão, além de termos colocado o Brasil no mapa dos padrões abertos e internacionais.

Foi o Taurion que me incentivou (e me cobrou) para ter um blog e mantê-lo atualizado. Talvez seja ele o grande responsável (ou culpado) por este meu incurável vício de escrever.

Me lembro como se fosse hoje, receber no final de 2006 um e-mail do Taurion me convidando para assistir uma palestra sobre ODF que ele iria fazer na ABNT em São Paulo. Quando cheguei ao local da palestra (minha primeira visita à ABNT), achei legal pois estavam lá alguns amigos que há tempos eu não encontrava. Estava lá também um pessoal que eu realmente não esperava ver: a turma da Microsoft.

Na época achei muito estranha a alteração de pauta da reunião no último minuto e o que era para ser uma palestra sobre ODF do Taurion acabou virando uma reunião conturbada, onde a turma da Microsoft insistia que, se o Taurion ia falar de ODF eles iriam então falar de um tal de OpenXML. Tumulto feito e depois de algumas horas de discussão a reunião se encerrou sem que nada fosse de fato apresentado (e me lembro a frustração no olhar do Taurion ao ver uma manobra como aquela obtendo sucesso)... Foi assim que eu fui apresentado ao OpenXML, à ABNT e a à turma quem me faria em pouco tempo ter náuseas, noites de insônia e ganhar alguns Kgs (para não falar em arrobas).

Saí daquela reunião com a sensação de que algo de muito estranho estava acontecendo e não me surpreendi quando soube semanas após o ocorrido que o tal do OpenXML havia sido apresentado à ISO para ser avaliado via FastTrack. O resto da história vocês já sabem (e vão lembrar neste livro).

Eu já acompanhava o desenvolvimento do ODF há alguns anos, e como vocês devem imaginar, em 2006 este não era lá um assunto que eu podia conversar com meus amigos

durante um *happy hour* e por isso mesmo, fiquei muito contente quando vi que o Taurion também estava acompanhando o desenvolvimento do padrão.

Os anos se passaram e hoje temos algo muito interessante. O ODF está sendo cada vez mais adotado no mundo todo, continua sendo desenvolvido (e eu sou hoje um membro do OASIS ODF TC, comitê que o desenvolve), e sua popularidade é tão grande que chega a ser politicamente incorreto ser contra o ODF. Aliás, esta popularidade tem até nos causado sérios problemas, pois hoje nossos antigos “inimigos” insistem em colocar sua pele de cordeiro e se sentar a mesa para comer conosco (sim... estamos dormindo com o inimigo).

Quanto ao OpenXML... já dizia minha avó “pau que nasce torto, nunca se endireita”. Depois de ser aprovado “no grito” na ISO, quase um ano antes do seu texto final existir (sim, a ISO aprovou uma norma sem conhecer seu texto final... e mais de 6.000 páginas de texto), vemos agora um grupo de trabalho na entidade que está fazendo o possível (e o impossível também, pois este povo não tem limite), para corrigir a especificação e tentar finalmente ter uma versão dela que seja implementável por alguém (pois até o momento, não existe nenhuma implementação da ISO 29.500).

Num dos primeiros textos do livro, na primeira entrevista que o Taurion fez comigo, acho interessante ver que ele já comentava que eu tinha “opinião forte” :)

Nada do que fizemos teria sido possível sem a experiência, extrema calma (mesmo nos momentos mais belicosos) e a paciência de Jó do Taurion. Seus textos, que tanto me ajudaram no passado, na minha própria formação profissional, foram e ainda são vitais para continuarmos o trabalho incansável de levar a informação aos profissionais e gestores de TI do Brasil. Sua forma de escrever aproxima técnicos de gestores, lhes propicia uma pauta em comum e lhes ajuda a ter assunto para conversas de corredor e cafezinho que muitas vezes iniciam novos e inovadores projetos nas empresas.

Chega de conversa fiada e acredito que todos vocês já devem estar curiosos para relembrar as histórias que vivemos nos últimos anos, principalmente sobre o episódio que ficou internacionalmente conhecido como a “I Guerra Mundial dos Padrões”. Boa leitura a todos.

Jomar Silva, diretor ODF Alliance Brasil

Jomar.silva@br.odfalliance.com

www.homembit.com

Introdução

A idéia de publicar um livro com a coletânea de posts que já escrevi para o meu blog no developerWorks (www.ibm.com/developerworks/blogs/page/ctaurion) vinha me martelando há algum tempo. As minhas observações sobre os acesso ao blog mostravam que depois de algum tempo os posts eram “esquecidos”, uma vez que o ritmo de inserção de novos posts tem sido intenso. Gosto de escrever e um blog me dá a liberdade que as colunas nas revistas especializadas (escrevo para Computerworld Brasil, Mundo Java e Linux Magazine), por razões editoriais, não permitem. De maneira geral levanto um post a cada três ou quatro dias. Como escrevo os posts de acordo com o momento, muitas vezes o texto pode até parecer meio deslocado para quem não esteja acompanhando sistematicamente o tema. O volume de material acumulado, acredito, é bem razoável. O blog começou em janeiro de 2007 e em julho de 2009, quando da preparação deste livro, já somava mais de 400 posts.

Surgiu a idéia: por que não agrupar os posts por temas e publicá-los para acesso online? Uma conversa com meu amigo desenvolvedor e escritor, Claudio de Souza Soares, definiu o projeto. Sim, vou publicar os posts em forma de livro eletrônico.

A primeira etapa foi agrupar os posts por assuntos, identificando as relevâncias entre eles. As tags me ajudaram nisso. Assim, cada assunto ou conjunto de assuntos se tornará um livro. Procurei manter os posts, na medida do possível iguais aos publicados originalmente. Claro que corrigi alguns erros ortográficos, que passaram em branco quando os posts foram inicialmente levantados...

Lembro que as opiniões expressas nesta série de livros (como o foram no blog) são fruto de estudos, análises e experiências pessoais, não devendo em absoluto serem consideradas como opiniões, visões e idéias de meu empregador, a IBM, nem de seus funcionários. Em nenhum momento, no blog e aqui, falo em nome da IBM, mas apenas e exclusivamente em meu nome.

Este livro que abre a série, aborda as intensas e acaloradas discussões que envolveram e envolvem a adoção de um padrão aberto de documentos. É um tema que mobilizou e vem mobilizando mídia especializada, empresas e governos do mundo inteiro. E porque o assunto padrão aberto de documentos mereceu e merece tanta atenção?

Em fins de 2004 ocorreu uma grande tragédia na Ásia, com um tsunami destruindo regiões costeiras e matando centenas de milhares de pessoas. Logo após a tragédia, equipes internacionais de resgate acorreram. Entretanto, sua ação foi prejudicada por um problema tecnológico: muitos dos formatos dos arquivos que precisavam ser trocados entre estas equipes não eram compatíveis entre si e conseqüentemente muito tempo e vidas humanas foram perdidas.

O que aconteceu? Devido ao padrão de fato dos formatos dos arquivos de texto ou planilhas manuseados pelas suítes de escritório ser fechada (proprietária) e haver uma relação direta entre este formato do arquivo e o software, tornou-se-se muito difícil

trocar-se arquivos entre softwares diferentes (como entre um Word e um WordPerfect) ou mesmo entre versões antigas e mais novas do mesmo software (como entre um Word XP e um Word 6).

Nos últimos 25 anos acabou-se criando uma verdadeira floresta de formatos de arquivos incompatíveis entre si. Assim, um usuário que possua arquivos armazenados em doc55dos, doc2, doc6, doc95, wp9 ou em vários outros formatos vai encontrar muitas dificuldades quando precisar ler ou migrar estes dados.

Um usuário com uma versão antiga do Word (por exemplo, do Windows 3.11) não consegue ler dados enviados por outro, que tenha uma versão bem mais atualizada, como a do Windows XP.

Este problema torna-se mais crítico quando olhamos instituições de governo, que devem manter informações públicas por dezenas de anos.

Interoperabilidade é a palavra chave em um mundo cada vez mais interconectado. Interoperabilidade não é apenas uma questão técnica, mas é a base para o compartilhamento de informações e conhecimento, como também a base para reorganização de processos administrativos. Quando esta interoperabilidade é prejudicada e até impedida pela incompatibilidade entre os formatos dos arquivos, temos um grande problema.

Diante deste quadro, começou-se discutir com mais ênfase o tema e foram propostas alternativas a este aprisionamento forçado.

Ficou claro para todos que era absolutamente necessária a criação de um padrão aberto de documentos, que não impusesse restrições de licenciamento, que não fosse definido em formato binário (não aprisionando o usuário a um determinado software ou plataforma), que suportasse as funcionalidades atuais e futuras da tecnologia dos processadores de texto, planilhas e apresentações, bem como fosse armazenado em forma compactada (poupando espaço) e tivesse ampla aceitação pela indústria e pelo mercado.

Esta foi a proposta do ODF (Open Document Format), padrão desenvolvido e mantido por uma entidade aberta (OASIS, <http://www.oasis-open.org/>) e não controlada por nenhuma empresa, disponível para uso sem pagamento de royalties e sem restrições de uso. O ODF foi aceito pela ISO em 2006, já sendo, portanto, um padrão mundial, sob o nome ISO/IEC 26300:2006. Em 12 de maio de 2008, o ODF foi oficialmente aprovado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a norma NBR ISO/IEC 26300:2008.

Pessoalmente, acompanhei bem de perto, como representante da IBM, as discussões que envolveram a adoção deste padrão pela ABNT, aqui no Brasil, bem como os acalorados debates com relação à proposição da Microsoft e Ecma de submeter seu padrão OpenXML à aprovação da ISO. A ABNT, como órgão de padrões brasileiro e membro da ISO, deveria se posicionar com relação ao voto do Brasil nesta discussão então em curso na ISO.

Estes intensos debates aconteceram nas reuniões da Comissão de Estudo e dos Grupos de Trabalho na ABNT e em discussões com os diversos atores interessados em adotar um padrão aberto de documentos. Os cinquenta posts a seguir, como estão em ordem cronológica, são de alguma forma um testemunho do conteúdo dos debates que aconteceram em 2007 e 2008, e expressam minha opinião pessoal sobre o assunto.

Todos os URL que aparecem nos textos foram acessados e checados durante a preparação original dos posts, mas como a Web é extremamente dinâmica, existe a grande possibilidade de alguns destes URL já não existirem ou terem sido alterados, pelos quais pedimos antecipadamente nossas desculpas.

Cezar Taurion
Julho de 2009

Posts de 2007

As discussões sobre ODF e OpenXML começaram em 2006, com a criação de dois grupos de trabalho, um para definir a posição do Brasil quanto à proposta do OpenXML ser um padrão ISO, e outro, de aprovar o ODF como padrão brasileiro.

Comecei a blogar em janeiro de 2007 e o tema ODF, naturalmente, foi um dos principais assuntos. Estive bastante envolvido nas discussões, pois atuei como representante da IBM na ABNT.

Os posts de 2007 refletem as intensas discussões, muitas vezes emocionais até demais, que aconteceram nas inúmeras reuniões que fizemos na ABNT. O debate principal foi quanto a definição da posição brasileira diante da proposta do OpenXML ser um padrão ISO. Nossa posição sempre foi bem clara: não viamos vantagens em termos dois padrões para fazer a mesma coisa. Além disso, questionávamos o processo Fast Track adotado pela ISO, para analisar a proposta, um calhamaço de 6.000 páginas.

O ano de 2007 também registrou muitos avanços na evolução e adoção do ODF no mundo e no Brasil. Aqui destaco a criação do braço brasileiro da ODF Alliance, tendo à frente Jomar Silva, um dos mais aguerridos profissionais de TI que conheço e que abraçou a causa do ODF com unhas e dentes. Muito do que é hoje o ODF no Brasil deve-se a êle.

Veremos nos posts a seguir um pouco do que foi este debate.

Post 1: Ecma responde aos contraditórios...

No processo de debate pela aprovação ou não do OpenXML pelo ISO, a Ecma (www.ecma.org) respondeu aos contraditórios apresentados pelos vinte países que se manifestaram. O documento ECMA/TC45/2007/006, de 57 páginas, pode ser visualizado em <http://www.computerworld.com/pdfs/Ecma.pdf>.

É um documento que todos os interessados nesta questão devem ler e analisar. Segundo a ISO o processo ainda correrá pelos próximos cinco meses quando o OpenXML de acordo com os votos de membros “P”, será aceito ou não como padrão ISO. Em tempo, a entidade de padrões brasileiros, a ABNT (www.abnt.org.br), é membro “O” (de observador) e não tem direito a voto. Está se avaliando a sua transição para “P” e caso isso realmente ocorra, será criado um comitê espelho do ISO para analisar a proposta OpenXML e dar o voto do Brasil pela sua aceitação ou não como padrão ISO. Caso o comitê seja criado, é importante que toda comunidade interessada na questão dos padrões abertos de documentos participe ativamente das discussões.

Os padrões abertos são de extrema importância, pois eles reduzem o aprisionamento forçado por parte de fornecedores de software, aumentam a portabilidade e interoperabilidade, bem como a vida útil dos sistemas que os usam. No caso de

documentos isto é fundamental, principalmente para governos. Governos materializam suas ações na forma de documentos, que devem ser preservados por muitas décadas, ultrapassando a vida útil da maioria dos softwares.

Na minha opinião, o padrão ODF (Open Document Format) é verdadeiramente aberto e preenche todas estas requisições de padrões abertos (e já é um padrão ISO, desde maio do ano passado), e acaba com aprisionamento forçado, pois não está diretamente ligado a nenhum software, seja ele aberto ou proprietário. O Gartner Group já comentou sobre o ODF prevendo que “by 2010, ODF document exchange will be required by 50 percent of government and 20 percent of commercial organizations”.

Para uma relação atualizada de quais softwares já estão usando ODF vejam http://en.wikipedia.org/wiki/OpenDocument_software.

Continuo mantendo minha opinião pessoal que ter dois padrões que se sobrepõem não é a melhor alternativa. Recomendo também a leitura do blog “Opportunity Knocks” em <http://lnxwalt.wordpress.com/2007/03/03/ecma-responds/> que faz uma primeira e bem interessante análise das respostas apresentadas pela Ecma.

Post 2: Analisando a resposta da Ecma mais atentamente.

Estive lendo mais atentamente o documento preparado pela Ecma (<http://www.computerworld.com/pdfs/Ecma.pdf>) como resposta aos contraditórios apresentados por vinte países, com relação à proposta de aprovação do OpenXML pelo ISO.

Algumas análises efetuadas pelos organismos de padrões destes países me deixaram bem impressionado pela qualidade do trabalho. Afinal ler e analisar um documento de mais de 6.000 páginas em 30 dias não é uma tarefa fácil.

A problemática do overlap entre ODF (ISO/IEC 26300) e OpenXML (Ecma-376) foi apontada por vários países, mas gostaria de destacar o comentário da Alemanha. Eles lembram que o procedimento de Fast Track determina um período de 30 dias, na sua Resolução 19, “Fast Track Procedure: Detection of Potential Contradiction With Other ISO/IEC Standards” para detetar e verificar se uma proposta de um novo padrão não duplica ou é inconsistente com outro padrão ISO já existente.

Eles então citam que na Part I, section 1.1 do Ecma-376 está escrito que “This part is one piece of a Standard that describes a family of XML schemas, collectively called Office OpenXML, which define the XML vocabularies for word processing, spreadsheet, and presentation documents, as well as the packaging of documents that conform to these schemas”. Comparando com o documento ISO/IEC 26300 (definição do ODF), na sua seção 1.1 lemos que “This document defines an XML schema for office applications and its semantics. The schema is suitable for office documents, including text documents, spreadsheets, charts and graphical documents like drawing or presentations, but is not restricted to these kinds of documents”. A conclusão da Alemanha é que Ecma-376 duplica o escopo do ISO/IEC 26300.

A proposta deles é que é melhor harmonizar os padrões do que ter dois padrões com praticamente a mesma função. Eles recomendam que antes de continuar com a próxima etapa, de análise de cinco meses, o JTC1 identifique a lista de funcionalidades que garantem compatibilidade com versões anteriores do Office que não existam no ISO/IEC 26300 e as encaminhem ao OASIS (entidade que desenvolve o padrão ODF) para analisar se este padrão pode ser expandido para aceitar estas funcionalidades. Apenas no caso da impossibilidade de se incorporar estas funcionalidades ao ODF é que o processo de avaliação do OpenXML teria continuidade.

Na minha opinião pessoal, é uma visão bastante pragmática, pois evita a criação de padrões redundantes e ao mesmo garante compatibilidade com as versões anteriores do Office.

O Quênia também me surpreendeu com sua análise bem extensa e aprofundada. Destaco dois itens que me chamaram a atenção. No issue KE10 eles afirmam “Ecma-376 does not provide backward compatibility as claimed” e enumeram diversos argumentos, sendo que um diz claramente que como a proposta Ecma-376 não inclui especificações para macros, usada por milhões de documentos, torna-se difícil sustentar a proposição do OpenXML ter sido desenhado com objetivo de garantir compatibilidade. Afinal, se os documentos que usam macros não tem compatibilidade garantida, porque o novo padrão?

Também questionam (no issue KE11) o fato de um padrão favorecer uma única empresa. Exemplificam com o fato da padronização do Ecma-376 ter sido desenhada para acomodar tags para compatibilidade com o formato binário proprietário. E como este formato binário não está incluído na especificação Ecma-376, os leva à conclusão que é necessário obter autorização de seu proprietário para desenvolver qualquer software de migração de documentos armazenados em formatos legados.

Singapura também reforça o fato do Ecma-376 criar overlap entre dois padrões, contraditórios e inconsistentes entre si. E critica o tamanho da especificação (mais de 6000 páginas) que cria barreiras ao desenvolvimento de novos softwares, pois é uma tarefa extremamente complexa traduzir estas especificações em linhas de código.

A Finlândia também questiona a proposta Ecma-376 afirmando “...we believe the best way forward is for Office OpenXML to be removed from the JTC1 Fast Track ballot process at this time, and either be submitted to a WG for more through review, submitted in reasonably-sized subsections, e.g., 500 pages, for normal approval, or (preferably) that Office OpenXML be harmonized with the existing ISO/IEC 26300 * Open Document Format*”. O Reino Unido também enfatiza que não concorda que a proposta Ecma-376 seja um candidato apropriado para o procedimento Fast Track e enumera várias razões para corroborar sua afirmativa.

Portanto, na minha opinião, o documento deve ser lido com atenção e as entidades e empresas brasileiras interessadas no assunto (afinal especificação de documentos deve

interessar a todo mundo) devem participar ativamente das discussões e debates que deverão acontecer no grupo de trabalho da ABNT, criado para este propósito.

Post 3: Criação da ODF Alliance no Brasil (março de 2007)

Semana passada estive no anúncio oficial do Chapter Brasil da ODF Alliance. Conversei bastante com seu diretor-geral, Jomar Silva. Jomar é um profissional de grande competência e que alia conhecimento técnico à luta pelo ideal dos padrões e softwares abertos.

Acredito que seria muito proveitoso compartilhar com vocês nosso bate-papo informal.

Bem, a primeira coisa que perguntei ao Jomar foi, na sua opinião, qual seria o papel do ODF Alliance no mundo e no Brasil.

Ele me disse que acredita que a principal missão é difundir os benefícios e as oportunidades trazidas pelo ODF. Segundo ele as vantagens e as oportunidades trazidas pelo ODF não possuem limitações regionais, étnicas ou culturais e por isso, encara a ODF Alliance como uma associação única, que trabalha em um mundo que é cada vez mais plano.

Segundo Jomar, aqui no Brasil teremos desafios adicionais, causados pelo caldo de cultura de um único fornecedor de tecnologia. Inclusive ele recordou um fato ainda na faculdade, emblemático desta situação: “Me lembro da revolta que senti quando na faculdade meu professor de "Sistemas Operacionais" apareceu com uma apostila do Windows NT e não com o livro do Tanenbaum... no dia em que isso me ocorreu protestei de tal forma que fui convidado a me retirar da sala de aula. Fui para casa mesmo... optei por ficar em casa estudando coisa séria do que ir para a faculdade e escutar mais um catequizador... e olha que este catequizador me perseguiu até o último dia de aula, mas nunca conseguiu me pegar...”.

Perguntei depois ao Jomar como ele via o ODF no Brasil. Ele disse que acredita que o Brasil está no momento de decidir o que quer ser no mundo plano da tecnologia da informação: “Vimos nos últimos anos uma série de iniciativas de fomento ao mercado de software não gerar resultado algum, pois acredito que estamos tomando o exemplo equivocado: Nunca seremos como os indianos... Não temos a religião deles, a sociedade deles e fundamentalmente não temos os valores deles. Isso não quer dizer que sejamos melhores ou piores: somos diferentes, e assim devemos nos ver. Nosso país é aberto por natureza. Em qual outro país do mundo pode-se encontrar mais de dez raças, religiões e culturas distintas almoçando no mesmo restaurante em paz?” .

Segundo Jomar, a interoperabilidade é a base da nossa sociedade e da nossa cultura. Ele entende que a miscigenação de raças existente no Brasil é a tradução da interoperabilidade para o plano físico: “Só aqui as coisas funcionam tão bem desse jeito e por isso acredito que somos o povo ideal para doutrinar o resto do mundo sobre os

valores e os benefícios de se viver em harmonia. Sou o exemplo vivo disso, pois tenho sangue português, negro e índio (e muitos bits e notas musicais circulando ali no meio). Sob o ponto de vista da tecnologia, a harmonia vem com a interoperabilidade, com os padrões abertos e no que tange os documentos do dia a dia, o ODF. Brinquei com alguns amigos há alguns anos atrás de que deveríamos criar um movimento intitulado: Brasil: País Aberto - Padrões Abertos (com o Cristo Redentor como garoto propaganda)". .

Jomar considera que o que for feito com o ODF aqui vai ecoar positivamente no mundo todo, pois dadas as nossas dimensões territoriais, a adoção do ODF pelo governo federal pode ser um "case" tão grande quanto a adoção pela comunidade Européia. Um exemplo que ele deu foi que uma adoção no Estado do Paraná pode ser quantitativamente maior do que a adoção por um país europeu, como Portugal.

Bem, aí tive que perguntar qual a opinião dele sobre o OpenXML. Não poderia deixar passar em branco esta questão...

A resposta dele foi bem interessante: "Tenho me dedicado nos últimos anos ao estudo de estratégia. Vejo que o OpenXML é a saída estratégica fundamental para a Microsoft continuar sendo o que é hoje. A maior parte da receita da Microsoft é oriunda do licenciamento OEM do Windows em novos computadores e da comercialização de licenças do Office.. Todos nós temos visto a redução ainda tímida, mas muito evidente nas receitas da Microsoft com o licenciamento do Windows. Isso só tende a se tornar mais crítico, uma vez que os usuários tem se frustrado com o Windows Vista (e a Internet já está abarrotada de artigos sobre isso) e tem buscado alternativas. As existentes atualmente giram em torno do Linux, OpenSolaris para os mais afionadas por tecnologia e performance e o grande ponto de interrogação que se tornou o MacOS."

E continua : "De forma simplificada, vejo que se a Microsoft mantiver seu formato binário de arquivos, perderá mercado muito rapidamente para soluções baseadas no ODF".

Perguntei o que ele achava das contradições apontadas pelos diversos países com relação ao processo FastTrack do OpenXML. A resposta foi mais uma vez contundente: " A especificação possui simplesmente 6.000 páginas (isso porquê falta um anexo que segundo o ECMA é para ser usado apenas por computadores !!!) e chega a ser impossível acreditar que algum programador na face da terra vai ter a paciência necessária para ler essa coisa inteira e escrever um software (que seja o mais simples possível) que implemente o padrão inteiro. Um dos motivos apontado no relatório da ISO para isso é o fato de que enquanto o ODF é todo baseado em padrões ISO já existentes, o OpenXML redefine uma série de coisas, como o calendário gregoriano, a codificação de cores, identificação de idiomas e uma lista de outras coisas....".

E conclui: "Olhando como um cidadão, acredito que quem tem dois padrões não tem padrão nenhum e considero que, se a Microsoft está realmente preocupada com o legado de documentos e com o futuro da humanidade, que faça como tantas outras grandes empresas fizeram no passado, aderindo e contribuindo com a evolução de um padrão

internacional existente, que é o ODF.”.

O que posso comentar? Realmente Jomar tem opiniões bastante contundentes e tenho certeza que ele poderá contribuir muito para disseminar o padrão ODF no Brasil.

E para terminar recomendo acessar os sites da ODF Alliance (www.odfalliance.org) e um outro, muito completo que é o [//opendocumentfellowship.org](http://opendocumentfellowship.org). Este último apresenta uma lista de aplicativos que suportam ODF. Muito interessante.

Post 4: Como anda o OpenOffice?

Recentemente li o relatório “IDC and OpenOffice.org Survey”, publicado em novembro do passado. Este relatório, que pode ser acessado em marketing.openoffice.org/surveys/OpenOffice%20Survey%20Results-Nov%202006.pdf contém uma pesquisa bem detalhada feita com usuários do OpenOffice (foram 5819 pesquisados, que responderam afirmativamente a questão se haviam usado OpenOffice alguma vez no ultimo ano) e gostaria de compartilhar com vocês algumas das informações.

Entre as dezenas de informações geradas pelo relatório, destaco:

- 1) O sistema operacional mais usado pelos usuários do OpenOffice é o Windows, com 72% dos usuários domésticos e 62% dos usuários que usam OpenOffice no trabalho. Linux aparece em segundo, mas principalmente entre os usuários domésticos (20%).
- 2) O OpenOffice é mais usado em casa do que no trabalho. Na minha opinião pessoal porque em casa (a maioria dos respondentes são dos EUA e da Europa), o custo zero para seu uso (apenas o tempo de download) quando comparado a uma versão proprietária e paga, é sem sombra de dúvida um grande atrativo. Além disso, a maioria dos usuários domésticos não demanda recursos sofisticados que só existem no Office da Microsoft, como planilhas elaboradas. O OpenOffice atende perfeitamente.
- 3) Com relação ao uso nas empresas, 14,7% disseram que a utilização do OpenOffice pode ser vista como significativa. É um número pequeno e talvez reflita a dificuldade que as empresas enfrentam diante de mudanças culturais... Entretanto, mais de 23% dos pesquisados afirmaram que suas empresas pretendem aumentar o uso do OpenOffice. Bom sinal!

Minhas conclusões: O OpenOffice ainda tem muito espaço a percorrer...Vemos seu uso muito incentivado em governo e em empresas públicas. Nas empresas privadas seu uso está mais concentrado nas companhias de pequeno a médio porte, com raras exceções de corporações de grande porte.

Para usuários domésticos é claramente um atrativo, pois não demanda compra de licenças.Entretanto, devido à alta incidência de pirataria no Brasil, as diferenças de custo

acabam ficando pequenas. Compara-se um custo zero contra cinquenta ou sessenta reais de um Office pirata. Aliás, pirataria é uma sombra que paira sobre a indústria de software é a pirataria, prática ilícita, que é simplesmente o uso, ou a cópia e distribuição de produtos comerciais sem autorização. É uma atitude ilegal, mas infelizmente muito popular, ocorrendo com frequência na indústria de computadores “cinza”, montados por empresas de “fundo de quintal”.

De maneira geral algumas estimativas apontam que a pirataria no Brasil prejudica fortemente a indústria de softwares de consumo, que deixaria de faturar algumas centenas de milhões de dólares. A diferença entre os softwares instalados (demanda) e o software legal (fornecimento) é igual à estimativa de softwares pirateados. A pirataria é medida como a quantidade de softwares instalados sem licença oficial.

Entretanto alguns estudos apontam que este valor corresponde à expectativa de lucro caso não houvesse nenhuma outra alternativa.

No modelo tradicional de software de massa (voltado ao consumidor), a evolução do software é muitas vezes direcionada pelas estratégias de marketing do fornecedor, que constantemente cria novas funcionalidades, nem sempre necessárias aos usuários. Algumas pesquisas de mercado demonstram que uma grande parcela das funcionalidades de softwares de escritório não são utilizadas. O modelo cria também um processo de obsolescência programada, impedindo a aquisição de versões anteriores, mesmo que estas atendam perfeitamente bem as necessidades de um grande contingente de usuários. O modelo não permite a comercialização de softwares usados, como ocorre na indústria automobilística. Outra característica deste modelo é que muitas vezes as decisões de liberação de versões são direcionadas pelas estratégias de marketing, levando eventualmente a liberação de código que não tenha sido devidamente testado, com muitos bugs ainda existentes. Os próprios usuários é que acabam sendo os “testadores” e comunicando aos fornecedores as ocorrências dos bugs.

Com opção de open source, com custos reduzidos de aquisição (ou grátis, caso seja um simples download) uma parcela significativa de usuários não teria interesse em adquirir software proprietário similar. Assim, a perda da indústria seria apenas do valor das licenças que a parcela restante de usuários, ainda interessadas nos softwares proprietários, optasse intencionalmente pela pirataria.

Com um crescente uso de open source no mercado de consumo, o custo total da oficialização das licenças seria bem menor. A conta é simples. Imaginando que o índice de pirataria no Brasil seja de 50%, um esforço legal para combater a pirataria obrigaria a outra metade dos usuários de softwares de escritórios a adquirirem licenças oficiais, afetando a balança de pagamentos. Se o open source fosse adotado como programa substituto no mercado de consumo, a balança de pagamentos não seria tão afetada.

O modelo de open source pode ser uma alternativa bastante interessante no tocante aos acordos comerciais internacionais que são firmados por governos para combater a pirataria de software. Creio que vale a pena pensar nisso!

Post 5: O debate ODF versus OpenXML

Acabei de ler um paper muito interessante que aborda as diferenças técnicas entre ODF e o OpenXML (OOXML). O paper pode ser obtido no endereço ftp://officeboxsystems.com/odfa_ukag/

O documento faz um rápido histórico do desenvolvimento do ODF e do OOXML e diferencia claramente as filosofias que orientaram as duas iniciativas. Fica claro que o objetivo do ODF é desenhar uma especificação de formato de documentos independente de fornecedor ou de software, enquanto que o OpenXML é direcionado aos produtos da Microsoft, com pouca ou nenhuma preocupação com interoperabilidade com produtos de outras fontes. A seguir o paper analisa as diferenças de representação (em ODF e OOXML) de documentos e planilhas, comparando os resultados gerados pelas duas especificações.

E finalmente ele analisa as contradições apresentadas pelos vinte países que se manifestaram quando da apresentação do OpenXML pelo Fast Track da ISO.

Vários países apontaram que OpenXML duplicaria um padrão já existente, o ODF. A resposta da Ecma foi que já existem overlap de padrões, citando, por exemplo, HTML e PDF. O paper mostra (e eu concordo) que não deveria haver duplicação de padrões. E o exemplo citando HTML e PDF foi infeliz, pois estas especificações têm objetivos bem diferentes.

Na minha opinião a razão de ser de um padrão aberto de documentos deve ser a interoperabilidade, e fica claro que a especificação mais adequada neste contexto é o ODF, uma vez que o OpenXML foi desenhado para ser compatível com o formato legado e proprietário da suíte Office. Porque não colocar as extensões específicas de compatibilidade com produtos legados dentro do ODF? Não é melhor que criar um padrão apenas para isto?

Bem, não quero estragar a leitura de vocês. Leiam o paper e tirem suas próprias conclusões...

Post 6: Mais informações sobre o ODF

Em um recente post indiquei a leitura de de uma coletânea de papers muito interessantes sobre ODF. A publicação, Cepis Upgrade, é do European Journal for Informatics Professional e pode ser obtido no endereço <http://www.upgrade-cepis.org/issues/2006/6/upgrade-vol-VII-6.html>.

Vou destacar alguns dos papers, mas sugiro que vocês façam download do documento completo, leiam e tirem suas conclusões.

Um paper, “Interoperability: Will the real universal file format please stand up?”, de Sam Hiser e Gary Edwards, executivos da OpenDocument Foundation (www.opendocumentfellowship.org/) compara os formatos ODF e OpenXML, tanto em termos técnicos quanto em seu impacto nas empresas e governos, analisados pela ótica da interoperabilidade. Questiona alguns aspectos do OpenXML, principalmente com relação a algumas features que dependem do Office, exemplificando com itens da proposta apresentada pelo Ecma que necessitam de emulação de versões legadas deste software.

Outro paper, “Open by Design: the OpenDocument Format Standard for Office Applications”, escrito por Erwin Tenhumberg da Sun Microsystems e Donald Harbison e Rob Weir, ambos da IBM, descreve porque um formato aberto de documentos é importante, faz uma retrospectiva do desenvolvimento do ODF e analisa uma série extensa de oportunidades de inovação usando este formato. Inclusive cita uma lista interessante “Twenty things you can do with the OpenDocument Format”, que mostra que ODF pode ser usado em inúmeras outras aplicações, além dos tradicionais editores de texto. É uma leitura que os executivos de empresas desenvolvedoras de software deveriam dar uma olhada.

O terceiro paper é “Is OpenDocument an Open Standard? Yes!”. Seu autor é David Wheeler, que tem um site muito legal (www.dwheeler.com) que debate Open Standards, Open Source e ODF. Ele descreve detalhadamente o que deve ser um padrão aberto e analisa o ODF por estes critérios. Sua conclusão? ODF é verdadeiramente um padrão aberto. Por curiosidade, façam a mesma coisa com OpenXML e vejam a que conclusão vocês chegarão.

A seguir recomendo a leitura de “ISO-26300 (OpenDocument) vs MS-Office OpenXML”. Seu autor é Alberto Barrionuevo-Garcia, da Universidad Politécnica de Madrid, Espanha. Ele analisa exaustivamente os dois formatos de documentos e chega a esta conclusão “Is short, software should be designed to meet the standard, not the other way round. Humankind already has a document standard. Its name is ISO 26300, OpenDocument”.

Outro paper interessante é “ODF: The emerging Document Format of Choice for Governments” de Marino Marcich, diretor da ODF Alliance. Mostra porque e como os governos do mundo inteiro estão adotando ou em vias de adotar ODF.

E finalmente dois papers que abordam casos reais, “A Brief History of Open Standards in Denmark” e “Standard Open Formats and Libre Software in the Extremadura Public Administration”.

Em resumo, são leituras que todos que tem interesse em debater padrões abertos de documentos devem ler.

Post 7: ODF no cardápio do dia

Almoçava com um amigo, gestor de TI de um órgão de governo, quando saiu a pergunta que eu já esperava: “e como vão as coisas com ODF aqui no Brasil?”. Ele então me falou que está pensando em implementar uma estratégia para adoção de ODF em sua organização, mas que encontrava algumas resistências, causadas, segundo ele, por desconhecimento e certo FUD (Fear, Uncertainty and Doubt) por parte dos demais gestores.

ODF para governos é de extrema importância. Governos precisam compartilhar informações entre diversos órgãos, sem ter que se preocupar com incompatibilidades entre os formatos de documentos. Em casos de emergência ou desastres este aspecto é de fundamental importância. Os EUA, por exemplo, enfrentaram muitos problemas nas trocas de arquivos quando das ações de socorro às vítimas do furacão Katrina. Os governos tem que garantir a integridade e perpetuidade dos documentos, que são a memória da nação, mesmo após o software que o criou ter desaparecido do mercado. Documentos podem existir por dezenas ou centenas de anos...E a vida útil de uma suíte de escritório? A adoção de um padrão aberto baseado em XML garante que mesmo sem o software original, o documento continuará sendo acessado. Os governos também tem que garantir que uma informação pública seja acessada por qualquer produto de software. Não tem sentido documentos públicos exigirem dos cidadãos o uso de um software específico.

Alguns receios dos gestores daquela organização governamental são comuns a muitas outros e gostaria de compartilhar com vocês o que discutimos no almoço.

Os principais temores identificados por ele são aos riscos e os custos de migração de um software de escritório para outro, o fato do ODF ser um padrão imaturo, além do receio de sair da dependência de uma suíte de escritórios, no caso o Office, para cair em outra, como o OpenOffice.

Realmente vemos que existe muito desconhecimento. O ODF não é um padrão imaturo, já existindo há bastante tempo. Aliás, é muito mais maduro que o OpenXML. Também não existe dependência com relação a nenhum produto. Com ODF pode-se gerar e ler arquivos criados por qualquer software que suporte este padrão. Por exemplo, pode-se gerar um arquivo em Notes 8 da IBM, lê-lo e atualizá-lo no OpenOffice, e depois enviar para um terceiro indivíduo que trabalhe com Kword. E com a adoção de conversores, podemos incluir neste contexto o próprio Office. Por ser uma especificação aberta e acessível livre de royalties, nada impede outros produtos de também passarem a suportá-lo.

E quem sabe no futuro usar o Google Applications. Sim, Google apóia ODF, sendo inclusive membro do ODF Alliance. Agora com a recente aquisição da Tonic Systems, software para apresentações, adicionado ao Writely (editor de texto adquirido ano passado) e ao Google Spreadsheet, o Google tem uma suíte Software-as-a-Service completa. Ah, dirão alguns, mas esta suíte do Google não faz nem 20% do que o Office oferece. Mas será que 80% do mercado não se contentaria com estes 20%?

Um outro grande receio é o custo da migração. Este custo vai depender da estratégia adotada. Na minha opinião são duas ações: a primeira é estancar a geração de documentos em formato proprietário. O ritmo de geração de documentos eletrônicos via suítes de escritório pode ser medida em bilhões por ano, no mundo todo. Sem estancar esta situação, o problema pode se tornar irreversível. Segundo, reduzir o estoque de arquivos legados mantidos nos formatos binários. Como fazer isso, vai depender de cada empresa.

Enfim, a conclusão que chegamos é que precisamos fazer com que os gestores de negócios e TI se conscientizem da importância da discussão sobre documentos abertos, para que possam tomar as decisões corretas, livres de ações de FUD, ideologias e emotividades.

Post 8: Por dentro de uma reunião na ABNT

Hoje, quinta feira, 14 de junho, ocorrerá mais uma reunião do GE (grupo de Estudos) da ABNT que está debatendo a questão da proposta do OpenXML. Lembro que em setembro o Brasil, através da ABNT, e outros países membros, deverão votar se aceitam a proposta de incluir ou não o OpenXML como padrão ISO, igualando-o ao ODF, que já é padrão ISO.

Esta discussão é de grande importância. Estamos falando de um mundo onde cada vez mais digitalizamos documentos, sejam estes simples cartas e memorandos, ou leis e registros históricos que preservam a memória de um país ou uma empresa. Hoje, temos dois desafios: o primeiro é a deterioração gradual do meio físico, o que nos obriga a de tempos em tempos a mudar o arquivo de mídia, para garantir sua perenidade. Mas, o segundo desafio é pior: no contexto atual, os arquivos de documentos (e planilhas e apresentações) são armazenados em formato binário, proprietário. Isto significa que se quisermos acessá-lo daqui a vinte ou trinta anos, os softwares que os criaram devem continuar existindo. Ou seja, além da perenidade do meio, temos que garantir a perenidade do software.

Bem, e no caso do software não mais existir ou a empresa ou a entidade pública não mais ter contratos de uso com o fornecedor do software que criou o (provavelmente imenso) acervo de documentos? Quem sabe o que o futuro nos reserva? Bem dirão alguns, sempre existe a solução da engenharia reversa e tentar decodificar o padrão de bits binários em algo compreensível. É verdade, mas não existe nenhuma garantia de fidelidade de manter a formatação do documento original, como alinhamento de parágrafos e uso de tabelas ou caracteres especiais. Dentro do próprio fornecedor, existe incompatibilidade entre os formatos de versões diferentes da mesma suíte de escritórios...

Na minha opinião, não adianta nada colocar uma camada XML em cima de um formato binário. A dependência vai continuar existindo.

Aí entra em ação a especificação ODF, que é um padrão aberto, desenhado de forma colaborativa por diversas empresas e construído em cima de XML e padrões abertos já existentes, como MathML, SVG, DublinCore, etc. Não reinventa e nem tenta criar nenhum novo padrão. ODF já é padrão ISO.

Então, porque propor mais um padrão para fazer a mesma coisa, ou seja, armazenar e processar documentos? Bem, dizem alguns, dois padrões aumentam a interoperabilidade. OK, seguindo este raciocínio, então porque não termos três, cinco ou dez padrões? Pela lógica teríamos muito mais interoperabilidade com mais padrões...

Minha sugestão é que tenhamos um único padrão (já imaginaram dois padrões de horas?) e que as necessidades específicas de algum fornecedor, como compatibilidade com softwares legados sejam desenhadas como camadas adicionais ao padrão ODF. A sinergia obtida pelo desenvolvimento colaborativo de todas as empresas envolvidas na indústria de suítes de escritório traria muito mais benefícios para a sociedade. Os documentos seriam armazenados e processados em um único formato. Assim, poderíamos enviá-los para outros usuários sem nos preocupar com que software este disporia. Saberíamos que sendo ODF o padrão adotado internamente, não teríamos problemas de “atachá-lo” e enviá-lo para outros usuários.

A competição entre os fornecedores se daria pelas funcionalidades embutidas em seus softwares, não havendo aprisionamento forçado. Os usuários poderiam trocar de software quando quisessem e a indústria seria obrigada a ser mais competitiva e inovadora.

Post 9: Debatendo ODF na ABNT

Quinta feira estive na reunião do Grupo de Estudo da ABNT que está debatendo o OpenXML e que em setembro decidirá o voto do Brasil quanto a sua aceitação ou não como padrão ISO.

Este debate tem grande importância, pois estamos no limiar de um novo paradigma quando falamos em documentos. Estamos saindo de um modelo que está se exaurindo, “application centric” onde a aplicação define o formato dos arquivos. Este modelo gera um efeito vicioso, pois o formato fechado prende o usuário à aplicação, causando um aprisionamento forçado. A consequência é que muitas vezes faz-se upgrades de versões do software apenas para garantir continuidade do acesso aos arquivos gerados, não necessariamente pela oferta de novas e inovadoras funcionalidades embutidas nas novas versões.

A demanda cada vez maior por interoperabilidade está nos levando a um novo modelo, “data centric”, onde o dado é o cerne do contexto e as aplicações, quaisquer que sejam elas, gravitam em torno deste formato, que, portanto, deve ser aberto.

Em um mundo cada vez mais conectado, com empresas trocando informações e documentos eletrônicos entre si e com os governos, e estes com os cidadãos, a

interoperabilidade deve ser plena. Não deve haver barreiras artificiais ou comerciais, apenas as causadas pelas limitações do próprio estágio tecnológico. Neste contexto, padrões abertos são condição obrigatória. Um padrão aberto de fato não pode excluir nenhum modelo de negócios e nem restringir ou beneficiar alguma entidade comercial. Disputando este novo cenário temos dois padrões, o ODF, já aprovado pela ISO e o OpenXML, que está em fase de discussão quanto à sua aprovação ou não.

Vamos olhar o assunto pela ótica do conceito de efeito de rede ou *feedback* positivo. Quanto maior o número de usuários de um determinado formato de arquivos, mais os seus usuários beneficiam-se. Os economistas dizem que quando o valor de um produto para um usuário depende do número de outros usuários, este produto apresenta externalidade ou efeitos de rede. Este é o princípio básico da *lei de Metcalfe*, assim chamada em homenagem a Bob Metcalfe, inventor da Ethernet, que nos diz que “o valor da rede eleva-se como o quadrado do número de usuários”.

Os seus benefícios também. Como exemplos típicos temos os telefones, o e-mail e o acesso à Internet. A externalidade surge quando um participante do mercado afeta outros sem pagamento de compensação. Quando alguém se junta à rede, ela fica melhor e maior, beneficiando a si próprio e aos demais integrantes da rede.

O efeito de rede é um fenômeno que nos diz que à medida que a base de usuários se expande, um número maior de usuários acredita que vale a pena adotar a tecnologia, gerando um efeito de feedback positivo, quando mais usuários atraem mais usuários. Quando a tecnologia é bem aceita, o feedback traduz-se em crescimento acelerado. O êxito alimenta-se a si mesmo e cria um círculo virtuoso de crescimento.

As redes têm uma característica econômica fundamental: o valor de ligar-se a ela depende do número de outros usuários já conectadas a ela. Esta proposição fundamental de valor recebe muitos nomes, como efeitos de rede, exterioridades de rede ou economias de escala do lado da demanda. Mas todos se referem a mesmo conceito: é melhor ligar-se uma rede grande que a uma rede pequena.

Ora, quanto mais gente usar o mesmo formato de arquivos, maior o seu valor, atraindo mais fornecedores de tecnologias, acelerando a inovação e aumentando a competição, reduzindo o custo dos produtos. A matemática simples dos negócios nos diz que mais competição = mais alternativas = menores preços.

Mas se usarmos dois ou mais padrões, este efeito se dispersa, gerando-se uma tendência de agruparem-se ofertas de produtos em torno de um ou outro padrão, diminuindo as alternativas e aumentando os preços no mercado. No decorrer do tempo, os usuários saem perdendo...

A pergunta que quero deixar para debate é: será que precisamos de mais de um padrão para a mesma coisa? Será que dois padrões nos dão o dobro de valor que um único?

Post 10: Porque tanta atenção ao ODF?

Há umas duas semanas levantei um post sobre ODF. E recebi há poucos dias um interessante email questionando o porque da importância que eu estou dando ao tema. Bem, para explicar melhor, creio que devemos voltar um pouco no tempo. No início da computação pessoal o enfoque era produtividade individual, com intercâmbio de arquivos limitado a troca de disquetes. Lembram? Neste contexto, não havia muita preocupação com compatibilidade entre diversos formatos de arquivos, pois não haviam maiores problemas de interoperabilidade. Com o mercado de suites de escritório sendo dominada pela Microsoft, a situação não gerava maiores problemas, pois havia uma certa compatibilidade entre versões. Certa porque formatos de versões mais novas nem sempre eram lidas pelas versões anteriores. Mas, renovava-se a licença de uso, instalava-se as versões mais novas e tudo bem.

Entretanto à medida que a Internet e o correio eletrônico se disseminava, as questões de interoperabilidade começavam a se tornar mais e mais importantes. Ao mesmo tempo começávamos a ver uma crescente digitalização de documentos e estima-se que hoje, pelo menos 80% das informações de uma empresa não estejam em bases de dados estruturadas, mas espalhada por milhares e milhares de documentos e planilhas. Agora, portabilidade de documentos é importante. A sociedade online troca documentos a todo instante, entre cidadãos, funcionários e governos. Um formato de arquivos que não permite livre trânsito ou que não garanta seu acesso no futuro torna-se um grande problema.

Diante deste quadro, com a mudança de paradigmas no contexto do formato dos arquivos de documentos, de fechado e “preso” a um aplicativo, para aberto e independente do software que o gerou, foi criado pela entidade OASIS, um padrão denominado ODF (Open Document Format), que em maio do ano passado foi reconhecido pela ISO com um padrão mundial.

No final do ano passado a Microsoft propôs um novo formato, OpenXML, enviando-o à uma entidade chamada Ecma e esta solicitou à ISO sua aprovação como padrão mundial. Quando apresentado à comunidade, foram identificados diversos contraditórios pela entidades de padrões de diversos países. Vejam em <http://www.groklaw.net/staticpages/index.php?page=20051216153153504> mais detalhes. Posteriormente, a ISO aceitou levar à frente a proposta de aprovação deste formato, e espera a decisão final dos países membros até setembro deste ano. O Brasil é um país com direito a voto e existe uma Comissão de Estudo (do qual faço parte, representando a IBM) na ABNT debatendo o assunto.

Portanto, o assunto é de grande importância e não uma mera discussão filosófica...Na minha opinião todos os gestores de empresas que de uma forma ou de outra estão envolvidos com armazenamento de documentos devem formar posição diante desta situação. Existe muita informação na Web e mesmo neste blog, se vocês forem nas tags ODF e OpenXML, vão ter acesso a diversos textos e links.

Mas, aproveitando a deixa, vejam no site da ODF Alliance (www.odfalliance.org) alguns documentos bem interessantes que foram publicados recentemente. São eles os “DIS 29500 Office Open XML Fact Sheet” (<http://www.odfalliance.org/resources/DIS%2029500-OOXML%20Fact%20Sheet.pdf>) e “The Technical Case Against DIS 29500/OOXML” (<http://www.odfalliance.org/resources/The%20Technical%20Case%20Against%20OOXML.pdf>). Existem também outras fontes que podem ser acessadas como o site “No OXML” (<http://www.nooolxml.org/>) e o OpenForum Europe (<http://www.openforumeurope.org/>).

No endereço http://www.odf-eag.eu/news_and_events/news/eu-conclusions-from-open-document-exchange-formats-workshop vocês podem acessar as conclusões de um workshop efetuado em Berlin, organizado pela Comissão Européia e o governo alemão, para discutir formatos de documentos. Vejam que é um tema que afeta governos do mundo inteiro. Também vale a pena visitar a OpenDocument Foundation (<http://www.opendocumentfoundation.us/>) e a Open Document Fellowship (<http://opendocumentfellowship.org/>). Nestes sites vocês vão encontrar diversos papers que darão uma boa visão da problemática da proposta de dois padrões para documentos.

Post 11: Estimando o valor econômico dos documentos

Em uma conversa sobre padrões de formato de documentos e ODF com um colega da IBM, este levantou a questão: será possível determinar o valor econômico dos documentos de uma empresa? Taí uma pergunta de difícil resposta. Achei pouquíssima coisa na Web e gostaria de debater o assunto com vocês.

Bem, antes de mais nada acredito que são raríssimas as empresas que sabem realmente quantos documentos geram por ano, quanto custa gerar estes documentos, quantos são compartilhados por mais de uma pessoa na organização ou por outras empresas, e quantos são armazenados como histórico.

Documentos estão em todas as nossas atividades. Usamos para escrever propostas, para avaliar competidores, produzir relatórios, manuais técnicos, procedimentos operacionais, etc. Para governos, documentos fazem parte do negócio e leis, normas e decretos se materializam em forma de documentos. Enfim, a maior parte do que verbalizamos, colocamos em documentos escritos. E fazemos isso a todo instante. A maior parte das informações e memória de uma organização está contida em documentos. E cada vez mais digitalizamos estes documentos!

Um comprovação da importância dos documentos para uma empresa pode ser vista neste paper que achei na Web (http://www.bytes.co.uk/docs/idc_survey.pdf) que mostra uma pesquisa efetuada com executivos de empresas européias. Entre diversas informações ele diz que em média cerca de 45% do tempo destes executivos é gasto lendo e escrevendo documentos e que 82% deles acreditam que documentos sejam críticos para a operação de sua empresa. Também achei este outro paper

(<http://www2.sims.berkeley.edu/research/projects/how-much-info-2003/>) que mostra que provavelmente geramos bilhões de “office documents” por ano, no mundo inteiro.

Bom, embora não possamos estimar com precisão quantos documentos são produzidos digitalmente, acredito que estamos caminhando na direção de uma digitalização bem ampla. Mas que tal chutarmos um valor? Será que não produzimos um bilhão de documentos digitais por ano, aqui no Brasil? Vejamos como cheguei a este número: são cerca de cinco milhões de empresas no Brasil, que variam de grande porte (uma empresa global da indústria automotiva), a médio, pequeno e micro (que tal um pequeno escritório de contabilidade ou de advocacia?) e uma boa parcela delas tem computadores. Temos empresas que geram muitos documentos como as de mídia e os grandes escritórios de consultoria. Coloquem também na lista de intensivos em geração de documentos os poderes executivos e legislativos das esferas federal, estadual e municipal, com suas autarquias e empresas públicas agregadas. E devemos incluir o judiciário em todas as suas modalidades e instâncias. As universidades (documentos internos e públicos, como teses de mestrado e doutorado) e escolas, e os cidadãos que geram documentos e os enviam para governos, empresas ou para outras pessoas. Todos produzem documentos a todo instante.

E fazendo um “cross check”, vamos considerar que dos 40 milhões de PCs que existem no Brasil, pelo menos 50% ou 20 milhões usam ferramentas de escritório. E imaginando que cada um gere 50 documentos por ano (um por semana) chegaremos ao fantástico número de um bilhão de documentos...Bem, claro que este número é um chute. Façam seus próprios números...

E quantos destes documentos são armazenados para eventual acesso futuro, como informação histórica? Se forem uns 10%, estamos falando de 100 milhões de documentos armazenados por ano, que deverão ser acessados no futuro, por outro software, diferente do que os criou.

E quantos são expostos publicamente (via Web sites), compartilhados e/ou enviados por email? Também que tal chutarmos uns 10%? São pelo menos 100 milhões de documentos que devem ser lidos por outro computador e outro software que não o que o gerou. Como vemos, no mundo cada vez mais interoperável e digitalizado, a importância e amplitude de uso dos documentos digitais não devem ser subestimados.

Em uma estimativa pessoal acredito que a imensa maioria destes documentos seja gerada em formato .doc (e depois em .xls e .ppt). Pelo que vejo nas empresas o percentual de documentos gerados em pdf deve se situar no patamar dos 10%. E acredito também que mesmo os documentos que serão guardados (históricos) o são, em sua imensa maioria, em .doc e não pdf. Vejam bem, são estimativas pessoais, sem fundamentos científicos. Pura observação...

E à medida que os documentos passam a ser digitalizados, cresce de forma exponencial a sua geração. Provavelmente nos próximos 5 anos geraremos tantos documentos digitais quantos foram gerados nos últimos 25 anos. Hoje temos uma relação direta de

dependência entre o formato dos arquivos e o software que o criou. Com muitos formatos, na maioria das vezes, incompatíveis entre si (legado de quase 25 anos). Esta situação nos leva a problemas de interoperabilidade, típico de um mundo pré-Internet.

Interoperabilidade não é apenas uma questão técnica, mas é a base para compartilhamento de informações e conhecimento, e mesmo base para reorganização de processos administrativos. As barreiras para interoperabilidade devem ser apenas as restrições ou limitações tecnológicas e nunca serem introduzidas intencionalmente por um fornecedor ou prestador de serviços. Em termos econômicos, quanto custa um documento que não pode mais ser acessado ou que por problemas de incompatibilidade de formatos não pode ser aberto em tempo útil?

O que precisamos agora é que a informação seja representada por um padrão aberto, que não esteja sob controle direto ou indireto de um único fornecedor, de modo que múltiplas aplicações possam acessá-la sem impedimentos. Se um padrão aberto para formato de documentos não for adotado, vai crescer de forma exponencial as dificuldades para sua recuperação e acesso.

E o que é um padrão aberto? É um padrão independente de fornecedor (Não pode ser controlado por nenhuma empresa ou pessoa), publicado de forma aberta, sem restrições de licenciamento e pagamentos de royalties, não ser binário (Não pode aprisionar o usuário a uma única plataforma), garanta a compatibilidade cross-platform, preserve a fidelidade dos formatos (layouts não podem ser alterados na transferência entre os softwares), suporte as funcionalidades atuais da tecnologia de processadores de texto, planilhas e apresentações, suporte as funcionalidades futuras (como assinatura digital...), seja armazenado em formato compactado e tenha ampla aceitação pelo mercado (implementado por diversos softwares, de vários fornecedores).

O ODF se encaixa perfeitamente neste contexto. É desenvolvido e mantido por uma entidade verdadeiramente aberta e já é um padrão ISO (ISO/IEC 26300). Quanto mais usarmos este formato de arquivos, maior será o seu valor, atraindo mais fornecedores de tecnologias, acelerando a inovação e aumentando a competição, reduzindo o custo dos produtos. Mas se usarmos dois ou mais padrões, este efeito vai se dispersar, gerando-se uma tendência de agruparem-se ofertas de produtos em torno de um ou outro padrão, diminuindo as alternativas e aumentando os preços no mercado. No decorrer do tempo, os usuários saem perdendo e a situação atual acaba se perpetuando...

Na minha opinião não precisamos de dois ou mais padrões para a mesma coisa. Ter dois padrões não nos dará o dobro de valor que um único.

Post 12: Mais uma reunião na ABNT

Na próxima quinta feira, 9 de agosto de 2007, teremos uma importante reunião da CE (Comissão de Estudo) da ABNT que debate a questão da aprovação ou não do OpenXML

como padrão ISO. O Brasil é o único país da América Latina que é membro P da ISO, ou seja, ele é o único que tem direito a voto. Os demais países são membros O, de observador.

O voto brasileiro será adicionado a de outros países, no dia 2 de setembro, quando a ISO decidirá pela aprovação ou não do OpenXML. A questão da sua aprovação ou não como padrão ISO é de extrema importância para toda a sociedade. As implicações desta decisão são muito amplas: será definido que tipo de software usaremos nas próximas décadas, o grau de liberdade para se acessar no futuro os documentos armazenados hoje, bem como causará grande impacto na indústria de suítes de softwares de escritório, hoje dominado pela Microsoft, que possui mais de 90% da base instalada. Interoperabilidade e portabilidade são palavras chave. A sociedade informatizada atual troca documentos a todo instante, entre cidadãos, funcionários e governos. Um formato de arquivos que não permite livre trânsito ou que não garanta seu acesso no futuro torna-se um grande problema.

Mas como as entidades de padrões votam na ISO? As diretivas do JTC1 da ISO (onde a votação acontecerá) dizem claramente:

“The period for fast-track DIS (or DAM) voting shall be six months, consisting of a 30-day JTC1 National Body review period followed by a five-month ballot period. NBs may reply in one of the following ways:

- Approval of the technical content of the DIS as presented (editorial or other comments may be appended);
- Disapproval of the DIS (or DAM) for technical reasons to be stated, with proposals for changes that would make the document acceptable (acceptance of these proposals shall be referred to the NB concerned for confirmation that the vote can be changed to approval);
- Abstention.”

OK, vamos traduzir isso. As entidades de padrões só devem votar pela aprovação se tiverem certeza que o padrão proposto não contém erros técnicos. Um voto “yes” significa que a entidade está aceitando o padrão como proposto e que os únicos problemas encontrados são meramente editoriais, como vírgulas e pontos fora de lugar. A desaprovação ou voto “não” com comentários significa que foram encontrados erros técnicos e existem questões de propriedade intelectual ainda não resolvidos. Este voto, com comentários anexados, indicam que o padrão poderá vir a ser aceito desde que os problemas sejam corrigidos da forma sugerida.

A entidade também poderá votar “Abstain” quando não se sentir competente tecnicamente (ou não tiver tido tempo suficiente) para avaliar o padrão de forma adequada. Também pode ser usado quando sua CE não chegou a um consenso quanto a votar “yes” ou “no”. Entretanto, ao votar pela abstenção, não terá garantias que seus comentários serão devidamente considerados na reunião de avaliação do padrão, quando os votos serão computados e os comentários analisados.

Ah, vamos falar desta reunião de avaliação, chamada de Ballot Resolution Meeting. Nesta reunião os comentários anexados aos votos “no” são analisados e se avalia se podem ser resolvidos de forma adequada pela entidade que propôs o padrão. O padrão só será aceito se os problemas identificados pelas entidades de padrões dos países puderem ser resolvidos adequadamente.

A decisão que as entidades dos países vão tomar vai definir com clareza se vale a pena ter um ou dois padrões para especificação de documentos (textos, planilhas e apresentações).

Já existe um padrão aberto aprovado pelo ISO, que é o ODF. Na minha opinião um único padrão maximiza os benefícios pelo efeito de rede (externalidade de rede), incentiva a inovação, aumenta a competição e amplia as oportunidades de escolha por parte do usuário, eliminando o aprisionamento forçado causado por um padrão proprietário. A proposta OpenXML, especificação desenvolvida pela Microsoft e apresentada via Ecma (European Computer Manufacturers Association), caso aprovada pelos órgãos de padrões dos países membros do ISO, vai gerar uma competição entre padrões, produzindo um efeito inverso ao de um único padrão. Dois ou mais padrões provocam uma tendência de agruparem-se ofertas de produtos em torno de um ou outro, diminuindo as alternativas e aumentando os preços no mercado. No decorrer do tempo, todos os usuários saem perdendo...Um exemplo é a Web: se além do padrão aberto HTML tivéssemos também um HTML# a Web teria esta amplitude hoje?

Venho pesquisando o assunto há bastante tempo. E tenho uma opinião formada. Primeiro estamos falando de uma proposta de mais de 6.000 páginas que devem ser analisadas com cuidado em um curto período de seis meses (a um ritmo de 1.000 páginas por mês ou mais de 30 por dia!), o que já impede uma análise mais criteriosa. E mesmo assim, muitos erros e inconsistências (inclusive várias dependências a tecnologias proprietárias da Microsoft) foram encontrados, todos amplamente divulgados na Internet. Já coloquei vários posts neste blog com estas informações, como vocês podem ver pesquisando as tags ODF e OpenXML.

É interessante observar que no primeiro período de avaliação e envio de contradições (30 dias), 10 países, como Canadá, Austrália, Alemanha e Reino Unido, com ampla experiência em padrões, disseram que devido a erros e inconsistências, o OpenXML não deveria continuar sendo analisado por fast-track.

Depois, é importante lembrar que a proposta do OpenXML, segundo o documento da Ecma diz claramente: “Produce a Standard which is fully compatible with the Office Open XML Formats”. Isto quer dizer que um determinado software é que está direcionando o padrão e não o padrão que está direcionando as implementações de softwares...Ou seja, na prática ninguém poderá fazer mudanças no padrão (mas não é aberto?), se a Microsoft não aprovar.

Fica em aberto uma questão: alguma empresa de software poderá desenvolver uma suite 100% compatível com OpenXML? Quanto tempo necessitará para desenvolvê-la

(analisando 6.000 páginas) e quanta documentação específica de produtos Microsoft deverá absorver (se for factível) para conseguir esta proeza? Pensemos também no fato que, mesmo que OpenXML seja aceito pela ISO, devido a tantas inconsistências e problemas já identificados, a Microsoft e a Ecma levarão um bom tempo para sanar estas deficiências. Podemos falar em um ano? E quando sanarem ficará claro que o padrão OpenXML Ecma atual não será o mesmo do eventual OpenXML ISO. Ora, durante este período de tempo dificilmente alguma software house desenvolverá um produto, para assim que estiver pronto ser refeito em grande parte. Na prática existe a imensa possibilidade da Microsoft ser a única desenvolver suporte para OpenXML. Aliás, alguns padrões Ecma são adotados apenas pela Microsoft. Basta lembrar o C#, que é um padrão Ecma, mas que só existe na implementação da própria Microsoft.

O assunto merece uma reflexão bem ampla. Temos um padrão aberto e já adotado por diversos softwares que é o ODF. Existe uma proposta de um segundo padrão, com claras inconsistências e problemas técnicos, com forte predomínio de um único fornecedor. Para mim está muito claro que o voto mais adequado deverá ser “no” com comentários.

Post 13: O que aconteceu na última reunião da ABNT

Na quinta feira, dia 9 de agosto de 2007, tivemos mais uma reunião na ABNT da CE (Comissão de Estudo) que debate se o Brasil apoiará ou não a proposta do OpenXML se tornar um padrão ISO. Infelizmente foi mais uma reunião muito tumultuada e pouco produtiva. E dentro de duas semanas acontecerá a reunião final, onde a Comissão definirá o voto brasileiro.

Bem, na minha opinião os membros da Comissão só deveriam votar YES se tiverem certeza que o padrão proposto não contém erros técnicos. Um voto YES significa que a entidade brasileira está aceitando o padrão como proposto e que os únicos problemas encontrados são meramente editoriais, como vírgulas e pontos fora do lugar. A desaprovação ou voto NÃO, com comentários, significa que foram encontrados erros técnicos e existem questões de propriedade intelectual ainda não resolvidas. Este voto com comentários anexados indica que o padrão poderá a vir a ser aceito desde que os problemas sejam corrigidos da forma sugerida.

Pode haver também um voto ABSTAIN, quando a entidade não se sentir competente tecnicamente ou não tiver tido tempo suficiente para avaliar o padrão. Também pode ser usado quando a CE não chegou a consenso quanto a votar YES ou NO.

Acredito que para uma decisão consciente por um voto YES ou NO é necessário um sólido background de conhecimentos sobre o assunto. Afinal, estamos falando do voto brasileiro para adoção ou não de um padrão. Claro que ninguém teve condições de ler as mais de 6.000 páginas, pois esta é uma tarefa impossível de se cumprir nos seis meses que estavam disponíveis para análise. Mas, inúmeros blogs e documentos que circulam na Web mostram centenas de problemas técnicos. O GT (Grupo de Trabalho) na ABNT

que está analisando a situação do OpenXML no Brasil também detetou e registrou um número muito grande de problemas.

Na minha opinião, o voto é “NO with comments”. Além das várias razões para isso, como levantadas nos diversos posts anteriores sobre o assunto (vejam as tags ODF e OpenXML), cito a questão da compatibilidade com documentos legados, um dos principais motivos alegados para a criação de um novo padrão. No documento enviado pela Ecma está claramente explicitado isso: “OpenXML was designed from the start to be capable of faithfully representing the pre-existing corpus of word-processing documents, presentations, and spreadsheets that are encoded in binary formats defined by Microsoft Corporation. The standardization process consisted of mirroring in XML the capabilities required to represent the existing corpus, extending them, providing detailed documentation, and enabling interoperability. At the time of writing, more than 400 million users generate documents in the binary formats, with estimates exceeding 40 billion documents and billions more being created each year”.

Mas, o padrão apresentado não apresenta um mapeamento entre os formatos binários proprietários e o novo formato OpenXML. Sem este mapeamento, ninguém é capaz de escrever um software que garanta esta compatibilidade, a não ser a própria Microsoft que tem acesso aos fontes que descrevem os binários. Ora, se a compatibilidade não é garantida, para que apresentar este novo padrão? É muito mais racional então aglutinar esforços para evoluir o padrão já existente, o ODF.

Ter mais de um padrão sempre gera problemas. Um recente relatório feito pela PEGSCO (Pan-European eGovernment Services Committee), que pode ser lido em <http://ec.europa.eu/idabc/servlets/Doc?id=26971> diz “Member State experts have identified the perceived compatibility problems between ISO 26300 (ODF) based products and the commercial applications that dominate the offices of today’s administrations as the main barrier for the use of document exchange and storage formats. The potential arrival of a second international standard for revisable documents may mean that administrations will be required to support multiple formats leading to more complexity and increased costs. Although filters, translators and plug-ins may theoretically enable interoperability, experience shows that multiple transformations of formats may lead to problems, especially as there is no complete mapping between all features of each of the different standards”.

Quem analisou as questões técnicas viu que existem inúmeros problemas na proposta atual do OpenXML, como inconsistências com padrões ISO já existentes (“paper sizes”, “dates and times”, “HTML colour names”, e outros) , inconsistências com recomendações da W3C (Uso do DrawingML ao invés do padrão SVG, como também não usa o padrão MathML). Várias seções da especificação fazem referência ao comportamento de uma aplicação sem definir a natureza deste comportamento. Por exemplo, “autoSpaceLikeWord95”. Como o Word95 é proprietário, torna difícil a outras empresas, que não a Microsoft, implementarem softwares baseados na especificação OpenXML.

E mais: não existe especificação para linguagem macro, embora o Office 2007 suporte macros VBA. Como VBA é uma linguagem proprietária, seu uso é restrito. Além disso, existem elementos dos formatos de arquivos Office 2007 que não estão documentados na proposta Ecma atual. O resultado é que existem grandes possibilidades de ocorrerem problemas de interoperabilidade.

Mesmo o uso de plug-ins não é tão simples assim. Demanda mais um componente de software a ser instalado e gerenciado (imaginem milhares de máquinas), bem como obriga a que os usuários envolvidos na troca de documentos mantenham plug-ins compatíveis entre si!

Portanto, temos uma decisão importante a tomar. Que deve ser tomada com consciência.

Bem, e quais são os cenários futuros? Um pouco de especulação...Supondo que a proposta Ecma não seja aprovada como padrão ISO, é muito provável que continue sendo mantida pela Microsoft. Se tornará um padrão “de facto”. Os softwares de escritório serão obrigados a suportar estes dois padrões, com os inevitáveis problemas de compatibilidade e interoperabilidade já citados. E pior, caso estes problemas se avolumem, pode-se ter uma reversão no processo de evolução para XML, com os usuários preferindo manter o formato binário, que acabará se perpetuando.

Post 14: Debatendo o ODF na academia

Uma das minhas atribuições profissionais é representar oficialmente a IBM em entidades de padrões como a ABNT. Como estamos no processo final de avaliação da proposta OpenXML e a poucos dias de definir o voto brasileiro na ISO, tenho dedicado grande parte do meu tempo a esta atividade. Isto se reflete nos inúmeros posts que venho levantando sobre o assunto.

Estive debatendo com professores e estudantes de diversas universidades sobre esta questão. Vou resumir alguns pontos debatidos.

Tenho começado o debate mostrando que já existe um padrão para formato de documentos, independente de fornecedor e aprovado pelo ISO desde maio do ano passado, que é o ODF. Agora, estamos debatendo a proposta da Microsoft e da Ecma de criar um segundo padrão. Esta proposta chegou à ISO através do processo chamado fast track, com um exíguo período de seis meses para as entidades de padrões (o Brasil é um deles) avaliar as suas mais de 6.000 páginas de documentação.

Uma pergunta que me fizeram várias vezes: “Porque dois padrões?”. Uma das principais alegações para apresentar este segundo padrão é que o OpenXML foi desenhado para garantir compatibilidade com os documentos legados do Office (vejam bem, apenas do Office...). Na proposta Ecma isto é claro: “OpenXML was designed from the start to be capable of faithfully representing the pré-existing corpus of Word-processing documents, presentations and spreadsheets that are encoded in binary formats defined by Microsoft

Corporation”. Bem, então para garantir esta compatibilidade é necessário um segundo padrão? Por que não ampliar o padrão já existente, o ODF?

A resposta pode ser encontrada na própria especificação do OpenXML, onde em vários lugares lemos coisas como “2.15.3.6 autoSpaceLikeWord95 (Emulate Word 95 Full-Width Character Spacing). This element specifies that applications shall emulate the behavior of a previously existing word processing application (Microsoft Word 95) ...”. Ou seja, apesar das 6.000 páginas temos que saber exatamente como o Word 95 funciona! Então, não apenas temos que digerir a imensa documentação, mas temos que saber emular o Word 95, Word 97, Word 6, etc...! E quem sabe fazer isso, a não ser a Microsoft? Aí entra uma pergunta “Um padrão aberto pode requerer extensões proprietárias para poder ser implementado?”. A resposta deve ser um sonoro não!

Portanto, o caminho mais sensato seria ter um único padrão. Dois ou mais padrões aumentam os custos para todos. Com dois padrões não temos o dobro de benefícios que teríamos com apenas um... Ah, indaga alguém: “mas já existem padrões que sobrepõem uns aos outros...”. Bem, o fato de isto acontecer não significa que temos que perpetuar o erro. Padrões não devem ser duplicados. Se já existir um padrão aberto, porque não agregar esforços e evolui-lo? Criar um padrão alternativo para competir com o já existente só beneficia a quem o propõe...

Mas, vamos em frente. Analisando as diversas documentações livremente disponíveis na Web (o blog lista inúmeros, que podem ser acessados pesquisando-se pelas tags ODF e OpenXML), coletei algumas deficiências do OpenXML, que cito nos debates, como inconsistências com padrões ISO já existentes (OpenXML implementa “language codes” diferentes do padrão ISO 639. E conta-se às dezenas tais casos...) e uso de padrões proprietários, como Windows Metafiles e Enhanced Metafiles.

Outro ponto que faço questão de lembrar é que a única implementação do OpenXML é a da Microsoft. E mesmo assim, de forma parcial... Na verdade o padrão OpenXML foi criado em torno da aplicação Office. Uma inversão de propósito... Além disso, lembro que existem restrições de interoperabilidade entre sistemas, uma vez que o OpenXML define funcionalidades existentes apenas no Windows, como DevMode, GUID e Clipboard Data. Estas dependências fazem com que o OpenXML não funcione da forma correta em ambientes que não o Windows.

Bem, padrões são por natureza complexos e altamente técnicos. Um processo fast track limita em muito a sua análise de forma criteriosa. Aliás, como recordar é viver, vamos lembrar a tentativa anterior da Microsoft e da Ecma de propor à ISO, via fast track a aprovação das extensões C++/CLI. Como vocês podem ver em <http://www.robweir.com/blog/2007/03/fast-track-wrong-direction.html>, a proposta foi abortada pela avaliação negativa das entidades de padrões. Que lições aprendemos? Se a proposta não for bem feita, as entidades de padrões podem e devem rejeitá-la, mesmo diante das carências de tempo impostas pelo Fast Track.

Post 15: Uma entrevista com Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil

Terça próxima, dia 21 de agosto de 2007, teremos reunião na ABNT, no Rio de Janeiro, onde estaremos decidindo o voto brasileiro com relação à aprovação ou não da proposta da Ecma de tornar o OpenXML um padrão ISO.

Um dos mais atuantes membros da Comissão de Estudo (CE) que analisa o OpenXML é Jomar Silva, diretor da ODF Alliance no Brasil. Conhece profundamente ODF e OpenXML e pode falar com conhecimento de causa.

Devido a importância do assunto, conversei longamente com ele sobre suas opiniões e gostaria de compartilhar esta conversa com vocês.

A primeira questão foi exatamente saber como, na opinião dele, estão os trabalhos no GT da ABNT relativos ao OpenXML.

Segundo Jomar, “o GT que cuida da análise do OpenXML já analisou mais de 150 comentários (de 234 postados até o momento), e com base neles já discutiu entre 30 e 40 comentários técnicos que já estão preparados de acordo com os formulários da ISO para a análise da CE e eventual envio à ISO. A diferença entre os números se deve principalmente ao fato de houveram comentários apresentados que tinham conteúdo semelhante e por este motivo foram agrupados (caso típico de erros na especificação dos atributos em uma seção do documento, que afeta a seção toda). Este grupo conta atualmente com aproximadamente 15 técnicos, e grande parte dos comentários foram postados por apenas 4 pessoas.

O ideal seria a possibilidade de que cada um dos participantes do GT pudesse fazer uma análise detalhada das 6.000 páginas, mas em 5 meses isso é impossível. Por este motivo, dividimos o trabalho de análise do documento em algumas partes (entre aqueles dispostos a comentar efetivamente a especificação) e além disso recebemos contribuições de comentários enviadas por técnicos do mundo todo. Desta forma, cada um dos participantes (que postaram comentários) relataram os problemas encontrados por eles próprios e fizeram ainda a análise dos problemas a eles encaminhados dentro de cada parte do documento.

Foi um trabalho extremamente cansativo e que espero seja recompensado pela utilização dos problemas encontrados para o debate e a deliberação do voto brasileiro que, como insiste a ABNT, deve ser uma análise técnica e não política ou comercial”.

Uma segunda questão foi: fala-se muito que ODF e OpenXML tem objetivos diferentes e que o OpenXML foi feito para garantir compatibilidade com o legado. Analisando a documentação do OpenXML em detalhes, como vocês fizeram, esta alegação procede?

Segundo Jomar, “esta informação não possui nenhum embasamento técnico sólido na especificação e por isso acredito que esta alegação não seja tecnicamente válida.

Em outras palavras, a especificação não trata em nenhum momento a conversão dos arquivos binários para o novo formato, se limitando apenas a definir o novo formato baseado em XML, que diga-se de passagem é exatamente a mesma coisa que faz a especificação do ODF. Sem este mapeamento de binário para o novo formato, fica inviabilizada a comprovação técnica de que o ODF não suporta o legado e portanto a necessidade do OpenXML é questionável.

Gostaria apenas de recordar que já aprendemos nos últimos anos que a existência de diversos produtos similares ou equivalentes faz com que o preço final ao consumidor seja reduzido (lei da oferta e da procura). Por outro lado, a existência de dois padrões para uma mesma finalidade acaba por elevar o preço dos produtos ao consumidor final, como por exemplo os dois níveis de tensão elétrica em uso no Brasil e os diversos tipos de tomadas elétricas. Tudo isso funciona com adaptadores, que acabam encarecendo tanto o custo do produto final quanto o custo de utilização do próprio produto (afinal de contas, quem nunca queimou um equipamento elétrico por ligá-lo a uma tomada incompatível? Ou que nunca cortou o pino de terra de uma tomada de computador para poder utilizá-lo em tomadas convencionais?)”.

Bem, e claro, não podia deixar em branco a reunião da próxima terça-feira, quando se decidirá o voto brasileiro. E, claro, perguntei o que ele espera desta reunião.

Jomar foi bem objetivo: “dada a seriedade e competência trabalho realizado pelo GT e investimento feito por todos que contribuíram com ele (custo de deslocamentos e viagens, horas alocadas e "brain power", muito "brain power"), eu realmente espero que os problemas técnicos encontrados sejam analisados com cautela pela CE e que a decisão desta comissão seja feita com base no rigor técnico que é esperado de uma comissão da ABNT.

Se cabe aqui um comentário pessoal, como Técnico em Eletrônica e Engenheiro Eletrônico, eu sempre vi a ABNT como "a referência técnica" no Brasil e sempre admirei muito o trabalho realizado pelas suas comissões. Este foi um dos principais pontos que me motivou a me dedicar da forma pela qual me dediquei à discussão, podendo assim contribuir para o avanço da padronização no setor de TI no Brasil, além de finalmente colocar o Brasil no mapa das decisões internacionais de padronização de software. Sem esta representatividade internacional, é muito difícil para nosso país conquistar e manter uma sólida posição internacional como produtor de software.

Espero honestamente que esta oportunidade não seja desperdiçada por interesses comerciais ou políticos e que sejamos capazes de provar para o mundo todo que os técnicos, empresas e instituições brasileiras possuem a competência, o comprometimento e a seriedade necessária para participar e contribuir de uma discussão técnica internacional de tamanha relevância como esta, colocando os aspectos técnicos à frente de quaisquer outros interesses envolvidos. É a nossa primeira votação importante no JTC1 da ISO e o mundo todo aguarda ansiosamente o posicionamento brasileiro”.

OK, e depois da decisão da ISO, que deve ocorrer dia 2 de setembro? Que ele acha que acontecerá? A resposta foi clara: “depois desta data, espero honestamente que os proponentes do OpenXML mostrem a todo o mundo que compreendem que o mundo mudou, que a era do aprisionamento e do "vendor lock-in" em padrões de armazenamento de documentos já acabou e que tomem a iniciativa de se unir às dezenas de empresas que trabalham na evolução do ODF, para que possam ter suas contribuições recebidas de braços abertos por esta comunidade. A era dos padrões abertos já chegou e cada vez mais a comunidade internacional de TI sabe identificar com clareza um padrão verdadeiramente aberto. Pelo menos para isso esta discussão internacional sobre o OpenXML foi produtiva”.

Muito bem, e quanto ao ODF? Como está seu processo de aprovação, como Norma Brasileira, pela ABNT?

Segundo ele, “por ser uma norma ISO, já discutida e aprovada internacionalmente o ODF está atualmente sendo traduzido para o Português do Brasil pelo Grupo de Trabalho 1 da Comissão de Estudos (CE) 21:34 da ABNT. Este grupo trabalha sob minha coordenação e nesta semana iremos receber as últimas traduções. Será então realizado um trabalho de revisão da tradução, estimado em 30 dias, para que o documento traduzido possa ser apresentado à CE da ABNT, que após a aprovação da tradução irá encaminhar à ABNT.

Segundo orientação da ABNT, ao receber uma tradução de norma de um grupo de trabalho ela coloca a norma em consulta pública durante um período de 30 dias, permitindo que qualquer interessado faça a revisão da tradução e envie seus comentários (não existe aqui avaliação de mérito técnico da questão, uma vez que ela já é uma norma internacional). Após o período de 30 dias, os comentários recebidos serão analisados pelo Grupo de Trabalho e serão feitas as eventuais complementações ou correções no texto, finalizando assim o Draft que será apresentado em uma reunião com a presença da Comissão de Estudos e de todos aqueles que enviaram os comentários, que irão deliberar sobre sua aprovação.

Após a aprovação, o documento será encaminhado para a ABNT publicá-lo como norma brasileira (NBR) através dos seus processos internos. Nossa expectativa é que este processo todo seja realizado antes do término deste ano.

Segundo a orientação da ABNT, a tradução para português se faz necessária pois de acordo com a legislação vigente, todas as normas técnicas brasileiras devem ser publicadas neste idioma”.

Post 16: Como foi a votação do OpenXML na ABNT

Dia 21 de agosto de 2007 a ABNT, na pessoa de seu diretor de normalização, Eugenio de Simone decidiu pelo voto “NO with comments”, com relação à proposta da Ecma de aprovar o OpenXML como padrão ISO. O voto No que significa que o Brasil entendeu que o padrão ainda não está maduro o suficiente para ser aprovado como está e que os

comentários ou melhor, condicionantes, devem ser analisados e resolvidos antes de ser resubmetido à apreciação da ISO.

A decisão foi técnica e absolutamente lógica. O Grupo de Trabalho que analisou a proposta era composto por profissionais de grande competência e conhecimento do OpenXML, tendo entre outros Fernando Gebara da Microsoft, Jomar Silva da ODF Alliance, Avi Alkalay da IBM, Vitorio Furusho da Celepar e Leandro Goulart da Unesp, que inclusive apresentou palestra sobre OpenXML na Sucesu SP. Todos participantes dos GT e da CE (Comissão de Estudo) puderam ter acesso a centenas de documentos que circularam e ainda circulam pela Internet (este blog teve humilde participação levantando posts e links para muitos destes documentos.). Além disso empresas como Sun, IBM e Microsoft criaram grupos de estudo internacionais para melhor avaliar as questões técnicas e disseminaram amplamente estas informações.

Portanto ninguém envolvido nas discussões ficou sem ter conhecimento adequado e suficiente para avaliar e definir suas posições. Também ninguém poderá alegar que não conhecia as diretrizes do ISO/IEC, que são públicas:

“A purpose of IT standardization is to ensure that products available in the marketplace have characteristics of interoperability, portability and cultural and linguistics adaptability. Therefore standards, which are developed shall reflect the requirements of the following Common Strategic Characteristics:

- Interoperability
- Portability
- Cultural and linguistic adaptability”.

Bem, as alternativas de voto seriam abstenção, sim ou não. Abstenção pode acontecer quando a entidade não se sentir competente tecnicamente (ou não tiver tido tempo suficiente) para avaliar o padrão de forma adequada. Não foi o caso. A equipe do GT analisou em profundidade o OpenXML e os mais de 200 comentários inseridos. Também pode ser usado quando a CE não chegar a um consenso. Mas todos da CE concordaram que haviam problemas técnicos. Em tempo a reunião foi gravada para se evitar futuros problemas de “disse-me-disse”. A questão era saber se estes problemas seriam graves o suficiente para serem impeditivos ou não. Um voto “yes” significaria que a entidade está aceitando o padrão como proposto e que os únicos problemas encontrados são meramente editoriais, como vírgulas e pontos fora de lugar. Também não foi o caso. Este voto implicaria que todo o exaustivo trabalho de meses do GT seria simplesmente ignorado...

A desaprovação ou voto “não” com condicionantes significa que foram encontrados erros técnicos ainda não resolvidos. Este voto, com comentários anexados, indica que o padrão poderá vir a ser aceito desde que os problemas sejam corrigidos da forma sugerida.

A própria Microsoft em nota oficial disse que “os comentários técnicos que foram objeto de consenso (...) devem contribuir para o aperfeiçoamento do padrão OpenXML”. E ainda “o fato de ter havido consenso técnico representa efetivamente uma oportunidade de evolução da norma, como parte do processo natural de elaboração de qualquer norma

técnica”. É sabido que qualquer software ou norma complexa (o OpenXML tem mais de 6.000 páginas) não fica pronto de imediato. Agora mesmo a Microsoft está disponibilizando um pacote de correções para o Windows Vista, com 680 MB (que é mais de 30% maior que uma instalação completa do XP.). Ora, uma aprovação imediata (“as is”) do OpenXML, com seus claros problemas técnicos, inconsistências, dependência de uma única plataforma, e mesmo questões de propriedade intelectual não resolvidos, seria ignorar a realidade de uma proposta ainda imatura e carente de aperfeiçoamentos para se tornar um padrão ISO. Quem pelo menos leu pedaços da proposta viu, além de problemas técnicos, inúmeros erros ortográficos, inúmeros erros sintáticos nos exemplos XML, muita informação redundante, erros editoriais crassos, etc, etc, etc. O padrão ainda não está pronto e na minha opinião não seria sensato ignorar tudo isso.

É importante lembrar: a Ecma não é uma entidade internacional de padrões, mas uma entidade (associação) privada. Para ser considerado um padrão, o OpenXML deve ser submetido à uma entidade assim reconhecida como a ISO. Por isso o OpenXML foi encaminhado à apreciação dos membros da ISO. Nesta votação, agora no início de setembro, o padrão OpenXML não foi aprovado, uma vez que não alcançou os 2/3 de votos válidos que seriam necessários. Assim, ficou claro que muitos países da comunidade internacional, como o Brasil, reconheceram que OpenXML ainda precisa ser bastante melhorado para alcançar o status de padrão aberto.

Post 17: Como foi a votação do OpenXML na ISO

Saiu o resultado da votação da proposta OpenXML na ISO. A proposta não foi aprovada, uma vez que não obteve os 2/3 dos votos válidos (excluindo o votos Abstain) dos membros P, que seriam necessários para sua aprovação.

Olhando em mais detalhes a votação, vimos que 17 países votaram YES ao OpenXML, e considerando que eram 32 votos válidos (os países que votaram Abstain não entram nesta conta), o percentual alcançado foi de 53%. Eram necessários 66,66%. Pesquisando a Internet identificamos os países, membros P, que votaram YES, que foram Azerbaijão, Costa do Marfim, Chipre, Alemanha, Jamaica, Cazaquistão, Quênia, Líbano, Malta, Paquistão, Arábia Saudita, Singapura, Suíça, Turquia, Uruguai, EUA e Venezuela.

Houveram 19 votos negativos, que de um total de 69 votos (contam-se todos neste caso, membros O e P), nos dá um percentual foi 26%. Seriam necessários 25% de votos negativos. Os países que votaram NO foram Brasil, Canadá, China, República Tcheca, Dinamarca, Equador, França, Índia, Irã, Irlanda, Japão, Coreia, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, África do Sul, Tailândia, Reino Unido e Cuba.

Muito países optaram por Abstain, como Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Finlândia, Holanda, Israel, Itália, México e outros.

O resultado final foi “disapproved”. Ficou claro que muitos países da comunidade internacional, como o Brasil, reconheceram que o OpenXML ainda precisa ser muito melhorado para alcançar o status de padrão aberto.

Post 18: Conhecendo o Symphony

Pessoal, na semana passada soubemos de outra grande notícia para o mundo dos padrões abertos e o ODF. A IBM anunciou que está disponibilizando de forma gratuita (free download) a suíte Lotus Symphony, baseada no OpenOffice.

Para o download acessem <http://symphony.lotus.com/software/lotus/symphony/home.jspa>.

Este anúncio, na minha opinião, será tão significativo para o mundo do OpenOffice e do ODF quanto foi o anúncio da IBM no Linux World de 2001, quando foram anunciados investimentos de um bilhão de dólares em Linux. Naquele momento, a IBM mostrava para a comunidade e o mercado que Linux e Open Source eram realmente coisa séria. Com certeza, a partir daí as corporações passaram a encarar o Linux com muito mais atenção.

No meu entender o anúncio do Symphony e a criação de um laboratório com 35 profissionais dedicados a colaborar diretamente com a comunidade OpenOffice sinaliza de forma inequívoca que tanto o OpenOffice como o padrão ODF são coisas sérias também. Com certeza deverá alavancar ainda mais adoção deste padrão pelas empresas e órgãos de governo.

O ODF está ganhando musculatura a cada dia. Com este padrão aberto, os usuários passam a ter poder de escolha, não mais ficando presos a aprisionamentos forçados para preservar compatibilidade de arquivos. Os principais pacotes que o suportam agora são o Symphony (que também é incluído no pacote Notes versão 8), o OpenOffice, o StarOffice, e o Google Apps. No Wikipedia podemos acessar uma lista de softwares que suportam ODF: http://en.wikipedia.org/wiki/OpenDocument_software.

O mercado de suítes de escritório passa a ter outra configuração. Novos entrantes estão surgindo e ameaçando o domínio, até então incontestado, da Microsoft. Por exemplo, nos últimos dias o Yahoo adquiriu a Zimbra (<http://www.zimbra.com/>) por 350 milhões de dólares.

O padrão ODF está crescendo e a recente decisão da corte europeia com relação ao processo movido contra a Microsoft também contribuem em muito para criar um novo teatro de operações para este mercado. Vejam o texto do press release da corte europeia em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=CJE/07/63&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en> e do julgamento e da decisão em <http://curia.europa.eu/jurisp/cgi-bin/form.pl?lang=EN&Submit=rechercher&numaff=T-201/04>.

Bem, quando estava começando a escrever este texto um colega meu disse “tudo bem que o ODF esteja com a bola toda, mas as opções alternativas não oferecem uma funcionalidade inferior ao do Office 2007?”. Boa pergunta e que vale a pena compartilhar minha opinião com vocês.

Algum tempo atrás li um livro muito legal (O Dilema da Inovação, de Clayton Christensen) que aborda exatamente esta situação. Segundo ele, existe um fenômeno chamado excesso de desempenho, que acontece quando um fornecedor de uma tecnologia excede com as funcionalidades do seu produto as necessidades da ampla maioria do mercado. Com isso ele abre, sem querer, as bases para um novo patamar de competição, favorecendo o surgimento de produtos de menor funcionalidade, mas que atendem a esta imensa maioria, com custos inferiores. Ora, uma grande parcela das funcionalidades do Office 2007 não são necessárias para uma ampla base de seus usuários. Se agora eles tem alternativas, muito mais baratas e também confiáveis (oferecidas por empresas como Sun, Google e IBM), passam a considerar estas alternativas com muito mais atenção.

Aliás, existem alguns comentários muito interessantes sobre este novo cenário. Vejam, por exemplo, a entrevista do Doug Heintzman, Director of Strategy da divisão Lotus da IBM em <http://www.consortiuminfo.org/standardsblog/article.php?story=2007091108390229>.

Bem, para mim, os tempos começam a ser outros!

Post 19: Standard Edge Conference no Rio de Janeiro (novembro)

Vamos interromper a mini-série de posts sobre Second Life para abordar um tema de grande interesse: padrões abertos. Neste domingo estive participando de um evento internacional no Rio de Janeiro, o Standards Edge Conference, organizado pelo The Bolin Group, com o tema “Digital Inclusion : Accelerating Global Participation & Access through Open ICT Standards”. Este evento foi uma espécie de prévia dos debates que estarão ocorrendo no Internet Governance Forum, Brazil 2007, que estará acontecendo durante esta semana.

Particpei do painel : “Digital Inclusion and Literacy through Open Standards”, ao lado de feras como Georg Greve da FSF Europe, Rishab Ghosh da United Nations University, Ronaldo Lemos da CTS/FGV e Jorge Villar Guijarro do governo regional de Extremadura, Espanha. E antes de mais nada devo parabenizar o público que esteve presente: mais de 80 pessoas, que se prontificaram a sacrificar um domingo de manhã, na Barra da Tijuca, para ficar um dia inteiro debatendo Open Standards. Beleza!

Porque todo um evento para debater padrões abertos? Bem, vivemos em um mundo globalizado e interligado. Os países, empresas e os cidadãos interoperam uns com os outros e para que esta interoperabilidade aconteça é absolutamente necessário que todos estejam de acordo com a forma desta interoperabilidade ocorrer. Ou seja, quanto mais padronizados forem os mecanismos de interoperabilidade, menos esforço vai demandar

para criarmos interfaces de interoperação e mais rápido e ágil ocorrerá a comunicação. Simples assim...Aliás, sem padrões abertos simplesmente não teríamos a Internet!

Padrões abertos (aqueles que estejam publicamente disponíveis e não sejam controlados por nenhum país ou empresa) tornam possível que quaisquer empresas, cidadãos e países se plugem no mundo globalizado. Com padrões abertos, produtores podem colaborar e cooperar nos interfaces e inovar e competir em outras funcionalidades. Por outro lado, padrões proprietários criam barreiras econômicas, pois exigindo pagamento de royalties (e muitas vezes um padrão proprietário embute diversas tecnologias patenteadas, com royalties acumulados) encarecem os produtos e dificultam a competitividade.

Aliás, se vocês acessarem o documento que reproduz a Declaração de Princípios do World Summit on the Information Society (em <http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/dop.html>), no parágrafo 44 lerão : “Standardization is one of the essential building blocks of the Information Society. There should be particular emphasis on the development and adoption of international standards. The development and use of open, interoperable, non-discriminatory and demand-driven standards that take into account needs of users and consumers is a basic element for the development and greater diffusion of ICTs and more affordable access to them, particularly in developing countries. International standards aim to create an environment where consumers can access services worldwide regardless of underlying technology.”

No painel chamei atenção para um padrão: o do formato de documentos. O armazenamento e posterior recuperação de documentos eletrônicos é uma questão de absoluta importância. A memória de um país, suas leis e regulamentos estão cada vez mais sendo armazenados eletronicamente. Os registros contábeis das empresas e a memória das suas decisões empresariais...as correspondências e documentos pessoais dos cidadãos. São apenas pequenos exemplos da nossa dependência aos documentos eletrônicos. Estes documentos gerados hoje devem ser recuperados no futuro, independentemente do software que os criaram. Recuperar estes documentos significa que se deve preservar suas formatações originais como quebra de páginas, alinhamentos de parágrafos, numeração, etc. Para isso é essencial que os formatos que descrevem como estes documentos estão armazenados eletronicamente sejam resistentes à mudanças nas tecnologias de software e ambientes operacionais.

Temos hoje um padrão aberto para formato de documentos: o ODF. Não é controlado por nenhum fornecedor, sua referência de implementação é aberta e não proprietária. É um padrão oficializado pela ISO e já reconhecido internacionalmente.

Na minha opinião, e insisti nisso no painel, não existe em absoluto a necessidade de um segundo padrão como tem sido proposto pela Microsoft e Ecma. Reviver uma guerra de padrões só traz prejuízos para a sociedade como um todo: obriga as tecnologias e seus usuários a se aglutinarem em torno de um ou outro padrão e acaba elevando o custo final, seja dos softwares, seja dos mecanismos de interoperabilidade, e do próprio aprendizado

dos usuários. Um padrão proprietário ou semi-aberto não permite uma livre e justa competição entre produtos e apenas traz vantagens para seu proprietário ou controlador.

E, como ficou claro nos debates que tivemos na ABNT (e que também ocorreu em muitos outros países) o OpenXML, apresenta inúmeros senões que não o deixam ser classificado como um padrão verdadeiramente aberto. Alguns exemplos destes senões são o uso de componentes proprietários como o Windows Meta File (WMF) e Vector Markup Language (VML). Ambos componentes são um risco de entrada de vírus, como vocês podem ver em <http://www.securityfocus.com/brief/569> e http://us.mcafee.com/virusinfo/default.asp?id=description&virus_k=137760. Uma boa discussão das falhas do desenho do OpenXML pode ser visto em <http://ooxmlisdefectivebydesign.blogspot.com/>.

A recente votação na ISO mostrou isso, quando muitos países votantes não aceitaram a proposta do OpenXML de se tornar um padrão aceito pela ISO. No meu blog debati bastante o assunto e vocês, caso tenham interesse podem acessar as tags ODF e OpenXML para visualizar os posts anteriores sobre o assunto.

Outro ponto que salientei no painel foi sobre o processo de Fast Track. Analisar e debater uma proposta de padrões não pode ser feita de forma apressada e atabalhoada. Espero que este processo não se repita.

Post 20: ODF em arquivologia e biblioteconomia

Outro dia li uma reportagem no jornal O Globo que me chamou a atenção. Ela abordava duas profissões que estão se renovando, a arquivologia e a biblioteconomia. Ambas as profissões tratam de informações e documentos, e sua principal ferramenta de trabalho hoje é o computador. Nada mais natural que deveriam estar entre as mais interessadas na discussão sobre padrões abertos de documentos. Afinal, todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas, produzem documentos, que devem ser preservados e recuperados quando necessário. Mas, não tenho visto as universidades que mantêm estes cursos, nem as respectivas associações de classe engajadas nestes debates...

Podemos ver como este assunto é importante analisando um case real, o do National Archives of Austrália (<http://www.naa.gov.au/>). A NAA armazena documentos públicos desde 1901 (criação da Commonwealth of Austrália). Sua missão é expressa claramente : “The National Archives of Australia promotes best practice in the management of government records from the point of creation for as long as they are required to support the needs of government and the people. The Archives selects and cares for the most valuable records and makes this rich resource available to all. We develop, manage and promote a visible, known and accessible national collection that engages and informs the community, and we foster appreciation of the role of archives in society”.

A NAA selecionou o padrão ODF para a preservação de seus documentos, considerando que é um padrão aberto e independente de fornecedor e tecnologia A estratégia por trás

dessa decisão pode ser vista no paper “Digital Preservation : Illuminating the Past, Guiding the Future”, acessado em http://www.naa.gov.au/Images/XENA_brochure%5B1%5D_tcm2-918.pdf. A NAA também desenvolveu um software (Open Source), chamado Xena (<http://xena.sourceforge.net/>) para converter documentos ao formato ODF. Como é Open Source, basta acessar o site e fazer o download. E escrever as adaptações e modificações que forem necessárias.

Post 21: O que acontecerá no BRM (Ballot Resolution Meeting)

Entre 25 e 29 de fevereiro do próximo ano ocorrerá o BRM (Ballot Resolution Meeting), parte integrante do processo Fast Track que está sendo utilizado para avaliar se a proposta do OpenXML poderá ser aprovado ou não pela ISO. Será uma reunião muito interessante onde os países que votaram na primeira rodada (o Brasil foi um destes países e votou não) avaliarão se as respostas da Ecma aos comentários e condicionantes são satisfatórios ou não. Os países podem manter seus votos ou modificá-los. Caso vocês queiram mais informações sobre o BRM, acessem a página das FAQ, em <http://www.jtc1sc34.org/repository/0932.htm>.

Bem, será uma tarefa e tanto, pois foram enviados 3.522 comentários e condicionantes. O Brasil enviou 64 comentários e os países que mais se manifestaram foram o Reino Unido (635), a França (592) e os EUA (288). E mesmo que muitos deles possam até serem agrupados, estima-se que ainda restarão mais de 1000 para serem avaliados! O prazo final para a Ecma enviar as suas respostas é 14 de janeiro de 2008 e portanto teremos apenas pouco mais de um mês para avaliar todo este material.

Ok, e porque este assunto está sendo debatido novamente aqui no blog? A resposta é simples: pela sua importância. Documentos são de extrema importância para os países, empresas e cidadãos. E a adoção de padrões abertos é fundamental para garantir a independência dos documentos a uma tecnologia e a um único fornecedor.

Muitas aplicações de TI estão sujeitas ao que chamamos de efeito de rede, ou seja, os benefícios para um usuário desta tecnologia são potencializados quando muitos outros usuários usam a mesma tecnologia. Este fenômeno cria um efeito concentrador muito intenso, com os usuários se agrupando em torno de uma única tecnologia, que passa a dominar todo o mercado. Cria também uma barreira de entrada muito grande, pois qualquer outra tecnologia tem dificuldades de entrar e competir no mercado devido ao fato dos usuários já estarem “aprisionados” à tecnologia dominante. O resultado é um monopólio em torno de um único fornecedor ou tecnologia, que acaba gerando um padrão de fato. O monopólio não é favorável aos usuários, pois a empresa dominante dita as regras do jogo, e até mesmo define quem pode ou não competir, favorecendo ou prejudicando a entrada de concorrentes. A razão é simples, o padrão de fato é um padrão pertencente ao seu proprietário. Em resumo é um padrão proprietário.

Em determinadas situações, quando o mercado começa a exigir mudanças no cenário, a empresa dominante busca uma alternativa que é criar um padrão “de jure”, com uma

associação conduzindo um processo de formalização deste padrão. Mas, para não perder seu domínio de mercado, implementa mecanismos de lock-in, através da inserção de patentes privadas neste padrão. Este tipo de padrão permite competição, mas ainda controlada. Por exemplo, definindo-se custos elevados para direitos de acesso a estas patentes, restringe-se a possibilidade de novos entrantes. Muitos chamam este padrão de “semi-open standard”.

Na minha opinião, um padrão é aberto ou não é aberto. Como não existe tal coisa de semi-grávida. Um padrão verdadeiramente aberto incentiva a competição, não definindo a priori regras de quem pode ou não competir. Deve estar disponível a qualquer um, nas mesmas bases.

Só lembrando...quem estudou a proposta do OpenXML chegou a conclusão que existem muitos senões. Aliás, se não existissem estes senões, não teriam sido enviados 3.522 comentários e condicionantes. Por exemplo, lendo a especificação da proposta da Ecma fica claro que o controle ainda é de um fornecedor, uma vez que o padrão está condicionado a ser compatível com sua tecnologia. Isto significa que quando o fornecedor, no caso específico, a Microsoft, quiser mudar a tecnologia, o padrão deverá mudar. E se o padrão não mudar, a tecnologia vai se tornar incompatível com o padrão.

Além disso, vários elementos da especificação não estão documentados, ou requerem uma aplicação proprietária para operar, como por exemplo, useWord2002TableStyleRules, que precisa emular a funcionalidade do Word 2002, que é um software proprietário. Outra contradição quanto a um padrão aberto é o fato que o próprio OpenXML ainda não está integralmente implementado em nenhuma aplicação, mesmo da própria Microsoft. Não existe, portanto, uma implementação de referência. E, mais, existem dependências à plataformas específicas, como DevMode, GUID, “Clipboard Data” e outros, que são funcionalidades restritas ao Windows.

Ok, e qual o efeito econômico de um padrão de fato ou “semi-aberto”? A primeira barreira é a limitação de inovações...O seu controlador, direto ou indireto, é que determina o ritmo de evoluções e inovações. O custo é outro fator importante. A matemática é simples: mais competição = mais opções de escolha = preços menores. Com restrições de concorrência, é claro que o poder pende para o lado do fornecedor da tecnologia dominante.

Na minha opinião existe um padrão aberto para documentos, que é o ODF, já implementado em diversas tecnologias, de diferentes fornecedores (IBM com Symphony, Sun com Star Office, a comunidade com OpenOffice, etc) e chegada de um segundo padrão, semi-aberto, não trará nenhum benefício para os consumidores. Múltiplos padrões aumentam os custos. A experiência prática tem mostrado isso.

Post 22: 1st International ODF User Workshop em Berlim

Em 29 e 30 de outubro de 2007 aconteceu em Berlim o “1st International ODF User Workshop”. Este evento foi patrocinado pelo German Federal Foreign Office (que

corresponde ao nosso Ministério das Relações Exteriores) em colaboração com a ODF Alliance.

Participaram representantes de 20 governos de todo o mundo para debater e trocar experiências sobre a adoção do padrão ODF. O objetivo do encontro foi debater os benefícios, oportunidades e desafios na adoção do ODF.

No site do evento (<http://www.odfworkshop.org/>), vocês tem acesso às palestras que mostram como países como Bélgica, Holanda, Índia, Alemanha, Finlândia, Reino Unido, África do Sul e China, além do Brasil estão desenvolvendo ações para adoção do ODF. O Brasil esteve representado pelo Deivi Kuhn do Serpro. Vale a pena olhar as palestras, pois abordam casos reais de adoção do ODF por diversos governos do mundo todo.

Post 23: Compondo a delegação brasileira que irá ao BRM

Na sexta teremos mais uma reunião na ABNT, desta vez, para definirmos a delegação brasileira que irá debater o tema OpenXML no BRM, em fevereiro de 2008.

Bem, em uma das várias conversas que venho tendo sobre o assunto, me questionaram se não achava que o OpenXML deveria ser reconhecido pela ISO, pelo fato de “já ser um padrão de fato”... Bem, respondi de imediato que não concordava com a premissa que o OpenXML seja um padrão de fato. Um padrão de fato é um padrão aceito ou imposto pelo grande volume de usuários que o utilizam. E não me parece que o OpenXML esteja sendo usado massivamente...

Vamos lá...Quantos usuários estão gravando seus arquivos em docx? Quais são os governos que definiram OpenXML como o padrão para seus documentos? Quantos arquivos docx vocês já receberam via email? Dos usuários do novo Office 2007, a imensa maioria na minha opinião, deve estar adotando o formato tradicional, .doc e não o docx, por razões de interoperabilidade.

Portanto, o número de usuários que estão adotando OpenXML ainda é muito pequeno para torná-lo um padrão de fato.

OK, outro indicador? Uma pesquisa que fiz agora no Google por arquivos de texto ODF (odt) e Open XML (docx), trouxe como resposta 72.000 documentos odt e apenas 900 docx. Claro que é apenas uma amostragem, pois existem muitos arquivos que não são indexados pelo Google. Os arquivos odt que estão no meu notebook, por exemplo...mas pode ser um indício de como estes formatos de arquivos estão sendo utilizados hoje.

Um agravante: A própria Microsoft não está, ela mesma, comprometida com o padrão OpenXML! Vejam este comentário do Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil, em seu blog Homembit (<http://homembit.com/>): “Depois de passar o tempo que passei analisando o OpenXML, ver o esforço que a Microsoft fez e ainda faz internacionalmente para ter o seu padrão aprovado na ISO, confesso que não entendo realmente mais nada

quando leio o seguinte trecho no blog do Brian Jones, da Microsoft”: “...é difícil para a Microsoft se comprometer com que for produzido pela Ecma nos anos que virão, porque não sabemos qual a direção que os formatos tomarão. É claro que nos manteremos ativos e proporemos mudanças baseadas no que queremos para o Office 14...” “.

O texto original do Brian Jones, em seu blog é: “To your last point, it's hard for Microsoft to commit to what comes out of Ecma in the coming years, because we don't know what direction they will take the formats. We'll of course stay active and propose changes based on where we want to go with Office 14. At the end of the day though, the other Ecma members could decide to take the spec in a completely different direction. Now my impression is that won't happen, as the folks on the TC all have pretty similar visions for the future of the spec, but since it's not guaranteed it would be hard for us to make any sort of official statement.” Pois é...

Portanto, devemos, no BRM, avaliar tecnicamente as respostas da Ecma e caso elas não resolvam satisfatoriamente as pendências já apontadas, que impediram a aceitação do OpenXML como padrão ISO, a proposta deverá voltar para a prancheta...E quem sabe a Microsoft não reconhece que seria muito mais produtivo para a sociedade ela concentrar seus esforços e energia na melhoria do ODF, que já um padrão ISO? Para que um segundo padrão?

Post 24: Visualizando o ODF em 2008

2007 foi um ano bem agitado para o debate em torno dos padrões abertos de documentos. A aceitação e disseminação do ODF tem sido crescente e a proposta do OpenXML não passou na primeira rodada na ISO. Interessante que o debate (que para alguns é uma guerra) entre ODF e OpenXML tem se intensificado. Circula muita desinformação pela Web e vemos alguns profissionais do mercado chegando a dizer que é uma briga entre o padrão da Microsoft e o padrão da IBM! Ora, totalmente errado. O ODF não é um padrão da IBM. Não existe na proposta do ODF algo similar ao que vemos na proposta da Ecma, “To Produce a formal Standard for office productivity documents which is fully compatible with the Office Open XML Formats” com alguma referência a um produto ou padrão IBM! O ODF é um padrão aberto, mantido pela OASIS e a IBM é um dos 600 membros do Technical Committee que trabalha com o ODF. Dizer que é um padrão IBM e que o assunto é meramente uma disputa comercial entre as duas empresas é totalmente errôneo. Desinformação completa!

E para 2008? Como estará esta disputa? Nada melhor que falar com Jomar Silva, que é o diretor da ODF Alliance no Brasil. Aqui está o resumo de uma entrevista-conversa que tivemos há poucos dias.

P. Jomar, para começar faça um balanço do ano de 2007 em relação ao ODF, o que se conseguiu, quais desafios foram vencidos e que barreiras foram enfrentadas.

R. Considero que 2007 foi um ano muito bom para o ODF no Brasil. Tive a oportunidade de fazer palestras presenciais para mais de 2400 pessoas em pelo menos seis estados. O primeiro desafio que considero estar parcialmente vencido é a quebra da inércia e o início da discussão pública sobre ODF. Muitas pessoas sequer tinham conhecimento que o ODF existia e nos últimos meses alguns deles se tornaram usuários de ODF e importantes apoiadores no trabalho de divulgação do padrão. Se antes o ODF era praticamente desconhecido, hoje ele é ao menos respeitado pela maioria dos especialistas de TI.

Acredito que minhas palestras tiraram o sono dos gestores de TI que ainda tentam fazer de conta que problemas de interoperabilidade em documentos de escritório não existe, o que considero mais uma importante conquista deste ano. O assunto está cada vez mais na “boca do povo” e em breve, quando um problema destes ocorrer dentro de uma empresa, alguém lá vai levantar a mão e questionar: “Por quê não usamos o ODF?”

Outro desafio vencido foi a tradução da norma do ODF (ISO/IEC 26300) para o português do Brasil, feita pelos membros do GT1 do CE21:34 da ABNT sob minha coordenação. Fui ainda o responsável pela revisão final do documento (aproximadamente 750 páginas) e pela entrega dele à ABNT.

O assunto ODF também passou a ser tratado com mais seriedade no âmbito governamental, pois o governo é o grande responsável pelo armazenamento de informações públicas e não pode usar um formato proprietário para isso, sob o risco de não poder acessar seus próprios documentos (e portanto nossa história como nação) no futuro.

Considero ainda importante o apoio efetivo anunciado pela IBM ao OpenOffice. Isso deixa bem claro para o mercado que o OpenOffice e o ODF não são iniciativas de uma única empresa. Se somarmos a ODF Alliance e os comitês de ODF no OASIS, veremos nomes como importantes como IBM, Sun, RedHat, Novell, Oracle, Google e EDS entre outros.

Acho que a principal barreira enfrentada em 2007 ainda é a inércia. As pessoas tendem a se manter onde (e como) estão. A escolha do formato de armazenamento de documentos não é uma decisão técnica, mas uma decisão estratégica e essencial para a continuidade dos negócios das empresas.

Outro grande desafio é batalhar contra a indústria de boataria negativa (FUD) que muitos tentam manter ativa contra o ODF. Dizem que não serve para as empresas, que é feito por uma única empresa, que não é robusto, que não tem isso ou aquilo, mas nesse meio tempo, acabam esquecendo de explicar as verdades por trás de tudo isso: o monopólio está com os dias contados.

P. Bem, e o que você espera do ODF para 2008?

R. Acredito que o ODF vai chegar ao mainstream de TI no Brasil em 2008. Teremos o padrão adotado pela ABNT e sua utilização recomendada em especificações de interoperabilidade e demais diretrizes em muitos governos estaduais. Com a divulgação dos primeiros cases de sucesso de ODF no Brasil, que deve ocorrer entre janeiro e fevereiro, teremos o assunto sendo levado até a iniciativa privada de forma bem objetiva.

Cada vez mais os desenvolvedores estão se interessando sobre as potencialidades do ODF e por isso espero que em 2008 surgirão grandes inovações na utilização deste padrão.

Um fato que me chamou atenção neste final de ano é o crescimento do número de blogs e portais de tecnologia que já abordam o tema ODF. Considero isso importante pois a comunicação e a divulgação de conhecimento de forma viral na Internet é hoje o principal mecanismo de esclarecimento e eliminação dos FUDs que circulam por aí.

P. E na sua opinião como está o ODF no Brasil (governo e iniciativa privada) em comparação com outros países?

R. Tenho a impressão de que estamos na frente de muita gente. Existem muitas empresas e organizações governamentais que já utilizam o ODF, mas que não divulgam isso publicamente.

Além de ser fundamental para garantir a longevidade dos documentos, a utilização do ODF devolve aos gestores o poder de decisão sobre a suíte de escritório e demais ferramentas de software utilizadas dentro das empresas. Já existem diversos cases muito interessantes sobre isso, mas infelizmente a maioria deles ainda não foi divulgada e tenho trabalhado bastante para convencer as pessoas a divulgar o seu caso de sucesso.

P. Mais uma: porque ainda muitos CIOs não estão interessados na questão do formato aberto de documentos?

R. Acredito que a maioria deles ainda entende o ODF como uma questão extremamente técnica e até filosófica, dada a associação natural que o padrão tem com o software livre. Eu costumo brincar nas minhas palestras dizendo que o ODF trabalha com software livre, proprietário, amarelo e roxo.

Quando esta discussão chegar a toda a imprensa nacional de TI, os CIOs vão se interessar pelo assunto.

P. E as críticas ao ODF, como não ter funcionalidades de acessibilidade e assinatura digital?

R. Fazem parte do esforço de FUD que tem sido empreendido internacionalmente. O suporte à acessibilidade já faz parte de versão 1.1 do padrão e a assinatura digital está sendo desenvolvida na versão 1.2.

Outro dia, aliás, enfrentei um debate em um certo blog sobre a assinatura digital, onde o

profissional afirmou categoricamente que a assinatura embutida nos documentos suportada pelo OpenOffice é proprietária. Acho que ninguém avisou ao dono do blog que um produto de software livre, como código e a documentação disponíveis na Internet não consegue fazer nada proprietário, afinal a propriedade sobre aquilo tudo é da coletividade e não de uma só empresa.

Gostaria de aproveitar a oportunidade e deixar o link para a página do OASIS que informa sobre os meios de comunicação com o comitê que desenvolve o ODF. É a melhor fonte para qualquer informação sobre o padrão e sobre o seu avanço e o link é: http://www.oasis-open.org/committees/comments/index.php?wg_abbrev=office.

P. Qual a importância do ODF para os desenvolvedores nacionais?

R. Tenho conversado com muita gente sobre isso, e acredito que o ODF possa expandir a janela de oportunidades que o Brasil têm no mercado internacional por causa do software livre.

A Índia teve o Bug do Milênio, a China a manufatura de baixo custo e o Brasil têm o software livre e o ODF. Tem muita gente lá fora esperando para ver o que faremos nestes dois temas e por isso considero fundamental o trabalho dos desenvolvedores brasileiros.

Os desenvolvedores que usam o ODF descobrem que o limite para a sua utilização é a sua própria criatividade. Não existem funcionalidades não documentadas, documentação inacessível e nem a necessidade de pagamento de royalties para a sua utilização. A equação mágica do desenvolvimento de software volta a funcionar (talento+ informação = produto de sucesso).

P. E finalizando, você, como participante do GT da ABNT que analisa a proposta Ecma/Microsoft do OpenXML, como vê o próximo BRM?

R. Eu gostaria que o BRM, que vai acontecer no final de fevereiro, fosse guiado pela boa técnica e que os debates técnicos tenham um nível elevado. Gostaria de ver todos os que vão participar do BRM deixar o seu crachá mental do lado de fora e contribuir para uma análise técnica aprofundada do OpenXML. Como parte da delegação brasileira, eu pessoalmente pretendo fazer isso e me dedicar à análise técnica e aprofundada do tema.

O que tenho lido em diversos sites que acompanham o tema é que, em muitos países, a boa técnica foi deixada de lado. Não foram raros os casos em que a decisão de voto foi meramente comercial, o que acredito seja uma imensa falta de respeito com a comunidade internacional de TI.

Pretendo me preparar muito bem tecnicamente para o BRM e colaborar com os demais membros da delegação para que possamos mostrar ao mundo todo que no Brasil estas coisas são levadas a sério e que temos competência para participar destas discussões. E apenas para manter o bom humor de sempre, estou mesmo é curioso para ver quem vai

representar o Cazaquistão na reunião... Será que vai ser o Borat mesmo?

Posts de 2008/2009

2008 também foi um ano bastante intenso com relação aos padrões de documentos. Em maio a ABNT aprovou oficialmente o ODF, como norma NBR ISO/IEC 26300:2008. Em agosto foi assinado o Protocolo de Brasília, que formalizou a clara intenção de órgãos públicos brasileiros na adoção de formatos abertos de documentos, na troca de documentos eletrônicos entre seus signatários, cuja lista contempla instituições de porte significativo.

Com relação ao OpenXML o debate ficou mais acalorado. Houve o BRM (Ballot Resolution Meeting) em Genebra, que sob um processo muito controverso aprovou o OpenXML, gerando muita insatisfação na comunidade internacional.

Em 2009, já sem as reuniões na ABNT, as coisas ficaram mais calmas, pelo menos na superfície. O ODF está cada vez mais disseminado, com a própria Microsoft implementando seu suporte no Office 2007. Mas, nos bastidores muita coisa continua acontecendo. Jomar Silva, da ODF Alliance e agora também membro do OASIS, mantém a todos informados sobre as lutas nos bastidores da guerra de padrões, no seu blog www.homembit.com.

Post 25: Depois das férias...mais ODF! (fevereiro)

Bem pessoal, as férias terminaram...Foram 30 dias viajando (a maior parte do tempo dirigindo) pelo inverno (felizmente, neste período, não tão frio assim) da Europa. Percorri a Toscana e Emiglia Romana...sul da França...Me desliguei mesmo. É necessário que, vivendo em um mundo cada vez mais rápido, precisemos de vez em quando desacelerar o ritmo e encontrar o ponto de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Não levei celular nem notebook! Durante este período fiquei realmente Taurioff! Vou em breve algumas dicas desta postagem.

Mas, voltando à ativa e visitando alguns blogs vi muita discussão sobre o BRM (Ballot Resolution Meeting) do OpenXML agora em fevereiro. É uma reunião de extrema importância para o futuro do OpenXML. No BRM, o Ecma apresentará suas propostas para correção dos problemas apresentados pelos países membros da ISO na votação anterior. Estas propostas serão debatidas e as alterações que eventualmente forem aceitas (por consenso ou por voto) serão incorporadas à especificação do OpenXML. No término da reunião teremos como produto final uma nova versão da especificação e com base nela, os países que já votaram, terão 30 dias para alterar ou confirmar o seu voto. Aí então saberemos se o OpenXML estará em um nível adequado para ser considerado um padrão aberto reconhecido pelo ISO. Como sabemos, ele não foi aprovado nas avaliações anteriores, uma vez que os países de forma explícita (pela votação) ainda não o consideram adequado

para ser um padrão ISO. Só para
recordar: foram mais de 3500 questionamentos técnicos!

Também vi que estão pipocando muitas ações de FUD sobre ODF. No atual estágio do debate e das incertezas sobre o futuro do OpenXML é natural que comecem a surgir estes movimentos. Seria surpresa se não surgissem!!

Como não quero ficar fora do debate, vão aqui alguns comentários pessoais. Está circulando um relatório elaborado pelo Burton Group (What's Up, .DOC? ODF, OOXML, and the Revolutionary Implications of XML in Productivity Applications)

abordando algumas (na opinião dos seus analistas) deficiências do ODF. O relatório pode ser acessado em <http://www.burtongroup.com/Guest/Ccs/WhatsUpDoc.aspx>.

Você precisa se cadastrar para receber uma conta guest e ter acesso ao texto. Infelizmente o relatório apresenta muitos erros e meias-verdades e a ODF Alliance preparou uma resposta bem fundamentada que pode ser visto em <http://www.odfalliance.org/resources/BurtonGroupResponseFinal.pdf>.

O site Groklaw também publicou comentários sobre o relatório do Burton Group, que pode ser acessado em <http://www.groklaw.net/article.php?story=20080116214144572>.

Recomendo que vocês leiam os dois relatórios e tirem suas próprias conclusões.

E aproveitando, não deixem de acessar no site da ODF Alliance o relatório anual do ODF para 2007 (http://br.odfalliance.org/articlefiles/2008/01/relatorio_anual_odfa_2007.pdf).

Que vão encontrar? Notícias e informações que mostram de forma inequívoca o crescimento do ODF no mundo. Por exemplo, mais dois países (Holanda e África do Sul) adotaram ODF nas suas políticas de TI (são doze países até agora!). Além destes países, diversos governos regionais (como o do estado do Paraná no Brasil), municípios e órgãos governamentais do mundo inteiro já adotaram o ODF como padrão. A lista completa está no relatório.

E a propósito, a ODF Alliance já tem mais de 500 entidades membro. O relatório apresenta também uma lista de papers interessantes e uma relação com dezenas de softwares que suportam ODF. No relatório fica claro o posicionamento do ODF quanto ao suporte para pessoas com necessidade especiais (versão v1.1) e assinatura digital (versão v1.2). Para mim está bem nítido que o ODF já está consolidado. Basta ler o relatório para se chegar a esta conclusão. Falar o contrário é desinformação ou FUD.

Outra prova desta consolidação é que começamos a ver muitas aplicações criativas usando o ODF. No último Lotusphere foi demonstrada uma aplicação muito legal desenvolvida

de forma colaborativa pela IBM e pela Totvs, que integra o ERP Proteus ao Symphony (Via Lotus Notes 8.1). Esta solução permite que com alguns poucos cliques sejam gerados relatórios e planilhas em ODF. Creio que começaremos a ver cada vez mais novas e criativas aplicações explorando o ODF. Portanto, atenção desenvolvedores brasileiros. Olhem a grande oportunidade para novos negócios!

Ok, e para terminar, tenho uma pergunta que não quer calar: será que precisamos mesmo de um segundo padrão para formato de documentos? Não consigo imaginar a vantagem que teríamos em ter duas maneiras diferentes de dizer que um determinado texto está alinhado à direita, em arial e em tamanho oito.

Na minha opinião o benefício gerado por uma maior competição aparece quando existe em um único padrão, aberto e aceito por todos, com vários produtos (open source e proprietários) competindo por funcionalidade e preço. Quem tem dois ou mais padrões, simplesmente não tem nenhum. Uma guerra de padrões só traz prejuízos para a sociedade como um todo: obriga os produtores de tecnologias e seus usuários a se aglutinarem em torno de um ou outro padrão e acaba elevando o custo final, seja dos softwares, seja dos mecanismos de interoperabilidade (um software de conversão é mais um software que deve ser instalado e atualizado), e do próprio aprendizado dos usuários.

Dêem uma olha neste paper, “Dual standards: more choice or less?”, que pode ser acessado em <http://osacademy.hosting.amaze.nl/9090/odformat/repository/white-papers/dual-standards-2013-more-choice-or-less>.

O ODF já é um padrão aberto e aceito pela ISO. Já é suportado por diversos produtos de software desenvolvidos por pesos pesados da indústria como IBM, Google, Corel, Adobe e diversas variantes do OpenOffice. Vejam a relação no relatório da ODF Alliance citado acima. E observem quem está faltando!

Post 26: ODF, ODF e mais ODF

Depois de um mês de férias vou ter que passar os próximos dias desbastando a imensa fila de mensagens que eu encontrei na minha caixa postal. Mas, faz parte do jogo! Entre as centenas de mensagens que já abri identifiquei várias com questionamentos e comentários sobre o OpenXML. A maioria delas alertava para certas desinformações (ou FUDs?) que estão circulando pela Internet.

Juntei algumas neste post e aqui estão meus comentários pessoais (*). Primeiro vejo que ainda tem gente que continua confundindo open source com open standards. Outro dia um blog dizia que a “IBM defende o ODF e não abre o código fonte de seus

softwares do mainframe”. Ora ODF é um open standard e a questão de abrir código relaciona-se com open source. São coisas bem diferentes!

Open source é um modelo de desenvolvimento colaborativo de software, em que o código fonte é disponibilizado publicamente, permitindo que qualquer um o copie, modifique ou o redistribua, sem pagamento de taxas ou royalties. Exemplos típicos são o Linux, o Apache e o Eclipse. Open standards definem os interfaces ou formatos que componentes de hardware ou software devem aderir para garantir interoperabilidade com outros componentes ou sistemas. Open standards devem ser livremente documentados e disponibilizados sem restrições que limitem sua implementação. Como exemplos temos HTTP, HTML, TCP/IP, XML e SQL, que são padrões desenvolvidos por organizações independentes de fornecedores, como W3C, OASIS, OMA, ISO e IETF.

Complementando minha resposta: o mainframe adota padrões abertos. Basta ver o suporte a LDAP, TCP/IP, e dezenas de outros. Além disso, o z/OS é o único sistema operacional não Unix-like que suporta os system calls do Unix (System Unix Specification) baseados nas especificações do Austin Group (<http://www.opengroup.org/Austin/>). Para lembrar: “The Austin Common Standards Revision Group (CSRG) is a joint technical working group established to develop and maintain the core open systems interfaces that are the POSIX® 1003.1 (and former 1003.2) standards, ISO/IEC 9945 parts 1 to 4, and the core of the Single UNIX Specification, Version 3.”.

O mainframe (zSeries) também roda Linux e em breve OpenSolaris. Vejam neste blog as tag mainframe para outros posts que abordam estes assuntos com maior profundidade.

A IBM está comprometida com padrões abertos. É participante ativa de todas as organizações responsáveis por padrões abertos. E quanto ao apoio e comprometimento com Open Source, creio que está claro para todos o que a IBM tem feito. Sugiro um visita a outros posts aqui no blog (tag OpenSource) onde em vários deles mostro a estratégia e as iniciativas da IBM em Open Source.

Também recebi um email que referenciava uma entrevista onde se tenta colocar a questão OpenXML vs. ODF como uma guerra santa da IBM contra a Microsoft. Pura bobagem. O ODF não é um padrão da IBM, mas um padrão definido e mantido por uma organização independente chamada OASIS. A IBM, na sua estratégia de negócios definiu adesão a Open Standards como fundamental e, portanto, nada mais natural que apóie enfaticamente o uso do ODF. Vejam este comentário “Cruel truth surfaces in OOXML war”, em <http://news.zdnet.co.uk/leader/0,1000002982,39292519,00.htm> .

E finalmente alguns emails indicavam artigos e entrevistas onde tem sido bastante repetido que o ODF e o OpenXML são padrões com propósitos diferentes, uma vez que o OpenXML

tem como diferença fundamental garantir compatibilidade com documentos Office existentes.

Ora, no meu entendimento o ODF também tem compatibilidade com estes documentos. Todo documento Office suportado pelo OpenOffice e Symphony, por exemplo, podem ser gravados em ODF. O que isto significa? Que formatos legados como .Doc, PPT e XLS podem ser representados em ODF! Então porque um segundo formato para esta compatibilidade?

Vejam este paper, “Preserving legacy files with MSOOXML” (<http://www.odf-eag.eu/repository/white-papers/preserving-legacy-files-with-ecma-open-office-xml-msooxml>) onde é feita uma análise bem criteriosa da alegação de compatibilidade do OpenXML e chega-se a uma conclusão bem interessante. Leiam e tirem suas conclusões.

Ok, pessoal, acho que por hoje já debatemos bastante. Mas tenho certeza que mais ações de FUD virão. Vamos aguardar para ver.

Post 27: Novamente o debate ODF versus OpenXML

Continuo desbatando a minha caixa postal e identifico outros emails abordando a questão ODF vs. OpenXML.

Um deles é bem interessante. Me perguntam: “porque você insiste em dizer que o OpenXML não é um formato aberto, uma vez que ele é XML?”. Bem, a resposta é que ser XML não garante ser open. Porque? Ora, vamos fazer uma analogia simples: o XML pode ser visto como um tipo de alfabeto, como o alfabeto romano. Mas, neste alfabeto você pode construir diversas linguagens como o português, o espanhol, o inglês e o francês. Mas o fato de eu escrever em português não significa que um francês consiga ler o texto, embora os caracteres que eu uso são os mesmos que ele usa na sua linguagem. Claro que eu consigo identificar as letras, mas não consigo entender as palavras e muito menos as frases!

Para ter plena compreensão das tags OpenXML eu terei que absorver toda sua especificação (6.000 páginas até o momento) e ter certeza que esta especificação está completa e não faltam informações. E que não existam informações não documentadas ou que se refiram a padrões proprietários. Quem pode fazer isso hoje?

Outro email aborda um ponto importante: “acho que muitos governos votaram a favor do OpenXML para evitar que tenham que migrar, como será necessário ao converter para ODF”. Ora, os documentos legados não estão em OpenXML, mas em formato binário. Portanto as empresas terão que arcar com custos de migração sim, seja para ODF seja para OpenXML. O OpenXML não padroniza o formato binário, porque ambos são diferentes. E ainda por cima, como o OpenXML atualmente implementada no Office 2007 não é o padrão proposto pelo Ecma (e será mais diferente ainda caso as recomendações

propostas pelos países sejam aceitas), o usuário que migrar agora para OpenXML terá que realizar outra migração em breve!

Então, já que é necessário fazer uma migração para garantir a preservação futura dos documentos legados, porque não migrar para um padrão independente de qualquer fornecedor, como o ODF?

Recomendo enfaticamente a leitura de um documento do BECTA, British Educational Communications and Technology Agency, “Microsoft Vista and Office 2007 Final report with recommendations on adoption, deployment and interoperability”, que pode ser acessado em <http://publications.becta.org.uk/display.cfm?resID=35275&CFID=2269733&CFTOKEN=9fceada6acc579fa-D62B9E94-9F34-24ED-0D39CD393BC677F2>.

Este relatório avalia o Vista e o Office 2007 e propõe que as escolas britânicas não os adotem.

Abaixo transcrevo um ponto importante do relatório, que deixo para vocês pensarem:

“1.16 Microsoft has not moved to address the interoperability concerns identified in our interim report. Office 2007 still does not effectively support the international ODF document standard. It has continued to seek approval for a second international document standard based on its Office 2007 file formats ? a move which has attracted considerable controversy.

1.17 Microsoft has argued that the ODF standard does not adequately address the needs of users regarding access to documents stored via previous versions of Office, and that a further international standard is required. While the need for a second standard remains unresolved, it is clear that increasingly Microsoft?s competitors are using the existing ODF standard as their key file format.

1.18 We remain concerned about the approach taken to supporting ODF in Office 2007. While the product includes the functionality to read virtually every other relevant file format “out of the box”, the processes for dealing with ODF files are very cumbersome. We identified ten steps that users would need to take in order to locate and install the converter that gives Office 2007 the ability to access ODF files and note that the arrangements for opening and saving ODF files in Microsoft Office 2007 are not intuitive in that they deviate from the normal approach familiar to users. We believe that these arrangements present sufficient technical difficulties for the majority of users to make them disinclined to use competitor products and this may weaken competition.

1.19 We have discussed with Microsoft on a number of occasions its rationale

for not providing effective integrated interoperability with the ODF document standard. We did not find the various explanations we received convincing.

1.20 We believe that the barriers Microsoft has placed in the way of users who want to use the file format that is increasingly common in competitor products will have the effect of limiting the use of such products. The interoperability that Microsoft makes available in Office 2007 for competitor products is less than it makes available for its own family of products. We have complained to the Office of Fair Trading (OFT) that this puts competition at risk and is an abuse of a dominant position by Microsoft. The OFT is considering our complaint.

Strategic lesson learned
It is important now to take the relevant strategic steps to avoid losing permanently the benefits which should flow from open standards. Becta supports the recommendation of the recent pan-European e-government services committee (PEGSCO) that “suppliers should develop applications that can handle all relevant international standards, leaving the choice to their customers as to what format will be used by default.”.

Post 28: O debate ODF versus OpenXML visto por Andrew Updegrave

Li um paper muito interessante do Andrew Updegrave, “ODF vs. OOXML and the future of the Great Powers of IT”, que pode ser acessado em <http://www.consortiuminfo.org/bulletins/jan08.php#feature>.

O paper aborda de forma bastante clara o debate OpenXML vs ODF, mostrando que não é uma guerra santa nem uma simples disputa comercial, como alguns pretendem. Mas tem uma implicação muito maior. Em suas conclusões ele diz textualmente: “The unexpected success of ODF in the marketplace is a symptom of fundamental shifts in a maturing IT ecosystem, characterized by increasingly sophisticated and demanding end users, resurgent competition, new enabling technologies, and other forces that are largely beyond Microsoft's control. History teaches that monopolies in the marketplace, like empires in the broader world, are rarely sustainable over long periods of time, and ultimately fall victim to both external attack and internal weaknesses. The degree to which Microsoft's competitors have embraced, and many Microsoft customers and national governments alike have resonated, with ODF are strong indications that the foundations upon which Microsoft's historical dominance has been based may at last be weakening.”.

O documento tem cinco capítulos. O primeiro, “A changing IT Landscape” mostra como foi criado o monopólio do Office e aborda as mudanças no contexto do

mercado atual, com novas forças como Open Source e “Software as a Service” moldando novos modelos de negócio.

O segundo capítulo “Catalyst for action” conta como o processo de “rebeldia” do mercado frente a este monopólio, saindo em busca de novas soluções foi disparado pela decisão do governo do estado americano de Massachussetts ao propor a adoção do ODF em sua política de TI. Esta ação galvanizou governos do mundo inteiro e criou um movimento que está se acelerando.

O terceiro capítulo, “OOXML’s prospects in ISO/IEC JTC1” aborda a reação da Microsoft e a criação do OpenXML.

O quarto capítulo, “The future of ODF and OOXML” analisa os diversos cenários futuros. Segundo Updegrave, os cenários possíveis podem ser quatro, que eu transcrevo na íntegra abaixo:

“1. ODF fades away. Given the rather startling success of ODF in a short period of time,¹⁴ this seems unlikely, but remains a possibility, especially if OOXML is adopted by ISO/IEC JTC1, allowing Microsoft to provide a more convincing business case to its government customers to continue to use Office. Result: If the government market is lost, ODF will lose some of its economic viability. In that event, it may remain primarily the darling of open source projects, with Microsoft's major competitors seeking other means to erode Microsoft's market share.

2. OOXML plays the dominant role in a multi-revisable format marketplace, due to the ongoing effect of Microsoft's historically dominant role. ODF continues to be used in a variety of products, especially those used on-line, those that are free, and those targeted at government customers. Result: In this scenario, the developers of ODF-based products would go to great lengths to ensure their ability to open and save Office documents without loss of fidelity, as well as to satisfactorily re-export them in OOXML formats. Early reports of the Ecma disposition document indicate that more interoperability information will be supplied in any final version of OOXML, and the news of the new EU investigation may provide added pressure to improve the ability of ODF-compliant products to “round trip” documents with Office 2007.

3. Use of ODF continues to gain ground as ODF-compliant products follow a trajectory similar to Mozilla Firefox, which continues to gain market share at the expense of Internet Explorer. This outcome would be likely to occur in Europe and emerging countries if the strong community support behind ODF continues to grow, and if the outlook expressed by the Becta report becomes widely adopted. Result: Microsoft would find itself under increasing pressure from its own customers to improve their ability to trade documents between Office and

ODF-compliant products. While this could occur through Microsoft natively supporting ODF ? as Office 2007 does with every other format in common use today ? Microsoft may find it wiser to propose that ODF and OOXML (and, ideally, UOF as well) be "merged" into a single format, which would allow it to assert greater influence over the future development of that standard.

4. ODF becomes dominant in the marketplace without merging with OOXML. It is hard to imagine this being the near term outcome. However, the future of SaaS introduces a significant wildcard into the equation. If Microsoft miscalculates spectacularly in devising its business strategy, or suffers a monumental loss in an antitrust action, it might have no choice but to convert to ODF at some point in the future. Result: Microsoft would need to compete in the office suite marketplace in a way that it has not faced in many years.”.

Recomendo sua leitura, principalmente quando o movimento FUD está se acelerando e na minha opinião pessoal todo profissional de TI deve ter uma idéia bem formada a respeito do assunto “padrão de formato de documentos”. E esta idéia deve ser gerada por seus próprios conhecimentos e não ditada por prospectos de marketing.

Post 29: Como os CIOs estão vendo o ODF

Esta semana, um colega meu, CIO de uma grande empresa me ligou para obter alguns esclarecimentos sobre padrões de formato de documentos. Antes de começarmos a conversar, o parabenizei. Ele, pelo que tenho visto, é um dos poucos CIOs com esta preocupação. Infelizmente, a maioria dos gestores de TI não está antenado com a questão. Talvez uns achem que seja uma questão de pouca importância (“afinal são cartas e planilhas”) e outros, porque consideram que é uma simples querela comercial entre empresas fornecedoras, e “qualquer que seja o resultado, está de bom tamanho”...Estão errados!

O debate sobre padrões de formato de documentos não é uma questão secundária. As decisões que os CIOs devem tomar hoje vão se refletir nos próximos anos. E decidir qual padrão de formato de documentos a empresa deverá adotar é uma questão diretamente ligada à sua arquitetura tecnológica. Não é uma simples questão de escolha de um produto A ou de um produto B.

A conversa se iniciou debatendo-se a importância dos documentos gerados na empresa. Poucos CIOs tem idéia de quantos documentos (textos, planilhas e apresentações) são gerados anualmente na sua empresa, quantos devem ser armazenados (porque e por quanto tempo) e qual o volume de troca de documentos da empresa com o mundo exterior. Documentos armazenados podem representar a memória da empresa, preservando documentos e fórmulas que serão necessários no futuro. Muitas vezes não

são simples planilhas, mas escondem dentro de si fórmulas críticas ao negócio. A conclusão que chegamos é que embora os CIOs não tenham a mínima idéia do número de documentos gerados, ele é muito grande. E aumenta constantemente, uma vez que mais e mais usa-se documentos totalmente digitais. O papel é usado apenas para facilitar a leitura, com o armazenamento tornando-se 100% digital. Ter certeza que estes documentos poderão ser acessados no futuro é fundamental e é de responsabilidade do CIO prover o direcionamento tecnológico que garanta esta preservação e futura recuperação. Portanto, a preocupação do meu colega é absolutamente fundamentada. Ele não quer ser responsabilizado por gerar problemas futuros!

Outro ponto que debatemos: a decisão de adotar uma tecnologia que embute um padrão de fato foi adequada há dez ou quinze anos atrás. Naquele tempo, não haviam alternativas e o único meio de acesso a sistemas era via PCs. Nem a Internet existia como a conhecemos hoje. Mas, o cenário atual é totalmente diferente e as decisões estratégicas referentes a padrões e tecnologias não podem ser baseadas em hábitos, mas nas necessidades atuais e futuras da empresa. Hoje temos diversas tecnologias de acesso à sistemas de informação e os PCs são apenas mais um meio. Imaginem daqui a cinco anos qual não será o poder computacional de um celular! Imaginem a TV digital em sua plenitude! Novas tecnologias de software como wikis e redes sociais! Criar documentos não é mais campo exclusivo das suítes de escritório baseadas em PCs. O que queremos agora? Um padrão de formato de documentos aberto, independente de fornecedor, que permita a criação e uso de documentos por quaisquer meios tecnológicos.

Citei um cenário possível, usando ODF. Imagine, disse eu, você tendo opção real de escolher qualquer suite de escritórios, com alternativas bem mais baratas (free download) como OpenOffice e Symphony da IBM. E podendo até mesmo misturar na empresa uma suite como Symphony, do modelo tradicional (documentos armazenados na máquina do usuário), com tecnologias de software-as-a-service, como o Google Apps, uma vez que nem todos usuários precisam ter uma suite instalada na sua máquina. E todos intercambiando documentos... Quanto do seu budget (hoje simplesmente usado para renovar o contrato da sua suite de escritório atual) não seria reduzido ou usado em outras coisas que trazem maior valor agregado ao negócio?

Mais ainda: imagine que você escreva um programa em Java ou Perl que acesse uma planilha (ou uma apresentação) e altere dados (este programa pode ser saída ou entrada de um aplicativo, como um ERP, CRM ou desenvolvido internamente), arquivo este que continuaria sendo lido por qualquer das suas suítes. Um cenário possível: o interface com o sistema poderia ser via planilhas ou apresentações!

Discutimos outros pontos. As alternativas atuais à suite monopolista, atendem, de maneira geral, à necessidade da imensa maioria dos usuários. Muitas das recentes sofisticções implementadas por esta suite não são usadas. E um detalhe adicional para o qual chamei a atenção: a evolução das tecnologias Open Source como OpenOffice é extremamente rápida. Agora, com a IBM participando ativamente da comunidade OpenOffice este ritmo deve se acelerar. Explico: é a inteligência coletiva e agregada de

diversas empresas como Sun, IBM e outras, com suas experiências diversas, que colaborativamente adicionam conhecimento e inovação ao software.

Falamos também da importância da adoção de um formato inteiramente aberto, não controlado (mesmo indiretamente, quando a implementação de referência é um aplicativo específico) por nenhum fornecedor, que crie as bases para quebrar a situação monopolista atual e incremente a competição entre produtos. O contexto atual do cenário das suítes de escritório, monopolista, cria uma situação prejudicial ao usuário: há uma tendência natural de maximização do preço, minimizando-se o investimento em inovação. É o que acontece, em todas as indústrias, quando não há competição real!

Esta situação, na minha opinião é que está mudando: hoje existem alternativas reais, um padrão de formato de documentos realmente aberto e independente de fornecedor (ODF) e um cenário tecnológico diverso do cenário em que o monopólio cresceu e se consolidou.

E concluímos, acordando que sim, todo CIO deveria estar acompanhando esta questão de perto, solicitando à sua equipe de arquitetura tecnológica que se posicione quanto ao padrão de formato de documentos a ser adotado pela empresa. Informações sobre o assunto existem aos montes...A Internet está repleta de documentos (o meu blog está constantemente indicando material de referência). O que falta? Dar a devida e merecida atenção ao tema!

Post 30: O dia a dia do BRM em Genebra (fevereiro)

Nesta semana está ocorrendo o BRM em Genebra, na Suíça. Os debates com relação à aprovação ou não das propostas de alteração do OpenXML devem estar bem quentes. Mas, continuo com a forte convicção que não precisamos de um segundo padrão para fazer a mesma coisa. O que ganhamos com este segundo padrão? O que a sociedade brasileira ganhou com as voltagens 110 e 220? Quem ganhou com a briga dos padrões VHS e Betamax? E agora, mais recentemente, com a disputa Blu-ray versus HD DVD?

Alguns dos argumentos geralmente utilizados pelo proponente do padrão insistem em palavras chave como interoperabilidade, compatibilidade e acessibilidade.

Bem, na minha opinião, existem claras diferenças entre interoperabilidade (capacidade de diferentes softwares trocarem informações via um conjunto padrão de interfaces e formatos abertos) e intraoperabilidade, quando um fornecedor apenas cria condições de tornar mais fácil a conexão com seus próprios produtos. Em uma situação de intraoperabilidade, o fornecedor de um produto dominante cria protocolos e formatos que o favorecem, tanto que os mantém sob seu domínio, controlando sua evolução e decidindo quais funcionalidades serão mais ou menos abertas. Na interoperabilidade, os padrões são abertos e não controlados por nenhuma empresa, não privilegiando um produto específico em detrimento de outro. Para mim o OpenXML se encaixa no conceito de intraoperabilidade. Sua própria especificação, de estar alinhado com um produto específico já nos leva a esta conclusão.

Outro argumento é acessibilidade. Recomendo a leitura de um paper (http://atrc.utoronto.ca/index.php?option=com_content§ionid=14&task=view&hidemainmenu=1&id=371) escrito por especialistas da Universidade de Toronto, no Canadá, que analisou a proposta do OpenXML e identificou “grave issues with respect to the accessibility of Office OpenXML as a format and potential standard that should preclude its adoption at present”. Por outro lado, a especificação v1.0 do ODF foi criteriosamente revista por especialistas usando o “Web Content Accessibility Guidelines v1.0” que identificaram que a proposta poderia ser melhorada ainda mais. Estas propostas foram incorporadas à versão do ODF v1.1 e é a mais detalhada revisão que um padrão de arquivos de documentos passou até hoje. O ODF torna-se, portanto, um benchmark em acessibilidade. Bem, existe também o argumento da assinatura digital. É um assunto que tem sido bastante explorado na mídia. O ODF é um padrão dinâmico e extensível (como deveria ser realmente...) e a sua versão v1.2, a ser apresentada em breve à ISO, incorpora esta funcionalidade sem afetar o padrão existente.

Ah, e temos a já batida questão da compatibilidade com documentos legados. Se vocês lerem este post em <http://dearmicrosoftofficeteam.blogspot.com/>, com certeza vão ficar na dúvida (muitas dúvidas, aliás...) com relação a esta tão propalada compatibilidade. É um texto bem extenso, mas que vale a pena ler.

E tem mais, se vocês acessarem o paper “DIS29500: Deprecated before use?” em <http://fsfeurope.org/documents/msooxml-idiosyncrasies.pdf> vão ver que as alterações propostas pelo Ecma mostram de forma inequívoca que tanto o ODF como o OpenXML ocupam o mesmo espaço...

Uma sugestão que seria muito mais produtivo para todos (imaginem quanto de energia e dinheiro tem sido gasto na avaliação do OpenXML pelos órgãos de padrões de dezenas de países) seria a sua harmonização com o ODF. Tem um post no blog do Rob Weir que detalha este assunto. Vejam “The case for Harmonization” em http://www.robweir.com/blog/2008_01_01_robweir_archive.html.

A conclusão? No fundo no fundo, estamos debatendo um padrão supérfluo, que não vai agregar nada à evolução da Tecnologia da Informação.

Post 31: O que aconteceu no BRM

Meus amigos, o BRM acabou. Conversei rapidamente com Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil, que participou da delegação brasileira, que por sinal, fez bonito na reunião. Ele tem postado coisas interessantes sobre o BRM no seu blog www.homembit.com.

Ele me disse que todas as delegações estão proibidas, pelo menos por enquanto, de fazer declarações públicas sobre o que ocorreu na reunião. Como o BRM foi um debate sobre

uma proposta de padrão aberto, que envolveu mais de 100 delegados que 32 países, esta proibição me parece meio fora de contexto. Um padrão aberto tem que ser discutido abertamente! Bem a coordenação do BRM deve ter lá seus motivos...

Mas, fiz uma pesquisa na Web e já achei muita coisa interessante. Por exemplo, vejam o blog do Andy Updegrave em <http://www.consortiuminfo.org/standardsblog/article.php?story=20080229055319727>.

No seu blog ele levanta a questão de que uma vez que o resultado do BRM não está disponível publicamente, pode-se gerar todo o tipo de comentários e press releases, uns afirmando que o OpenXML foi aprovado e outros, dizendo exatamente o contrário.

A reunião, segundo Andy, com informações obtidas em conversas aqui e ali, dada a imensa quantidade de disposições a serem analisadas (mais de 1100), e os poucos dias disponíveis (cinco), não pode validar todas detalhadamente. Seria uma tarefa realmente impossível. Cerca de 20 a 30 disposições foram exaustivamente debatidas e votadas. E outras 200 disposições que implicavam em correções pequenas, como vírgulas fora de lugar, foram aprovadas.

E mais, Andy diz que dada a impossibilidade do BRM analisar detalhadamente todas as disposições, na quarta feira foi feita uma proposta de aprovação em bloco das 900 disposições restantes. O texto do seu blog, mantive o original, diz: "Acknowledging the impossibility of achieving the stated goal of a BRM (e.g, to carefully review each proposed disposition and reach consensus on an appropriate resolution), a proposal was made on Wednesday to approve all proposed resolutions in a single vote before the end of the BRM, thus nominally "resolving" each remaining proposed disposition without any discussion at all. It was agreed that this was the only available option, and a written ballot with all of the c. 900 proposed dispositions that had never been discussed was accordingly issued on Thursday. Each National Body delegation was requested to complete and return on Friday. The alternatives offered were as follows:

1. Indicate "adopt," "disapprove" or "abstain" after each proposed disposition.
2. Indicate such a vote on as many proposed dispositions as desired (or none), and vote "accept," "reject" or "abstain" on all of the rest.

It is significant to note that voting to accept all dispositions that were not discussed is a less obvious choice than might be assumed. In fact, few if any of the dispositions that were individually discussed and voted upon during the week were adopted without change. In other words, adopting a proposed resolution without discussion could result in making OOXML worse, rather than better, because of dependencies."

Na sexta feira as delegações retornaram com seus votos para estas disposições e o resultado final (embora, segundo Andy, ainda não confirmado) foi que 6 países aprovaram, 4 desaprovaram, 4 se recusaram a votar e 18 se abstiveram. A votação incluiu países P e O. Como apenas votos sim e não são considerados, podemos ter gente dando entrevistas dizendo que mais de 98% das disposições propostas foram aprovadas por pelo menos 60% dos votos!

Bem, uma entrevista do tipo que vimos acima vai ignorar as abstenções e os protestos (recusa em votar), que se considerados como não aprovação e somados aos votos explícitos de não, nos leva a um resultado onde mais de 80% dos países se recusaram a dizer sim ao OpenXML. Bem representativo, não?

Uma proposta de padrão deve ser detalhadamente analisada e acordada para atender às necessidades da sociedade. O fato que apenas uns 20 a 30 disposições foram avaliadas adequadamente significa que ainda temos muito a fazer para que esta proposta seja reconhecida como padrão aberto. As entidades de padrões dos países membros da ISO tem agora mais 30 dias para rever com cuidado o que aconteceu no BRM, validar os resultados obtidos e reavaliar seus votos. Mas, está claro que um processo de Fast Track não é adequado para avaliar uma proposta tão extensa e complexa como esta e mesmo estes 30 dias restantes serão insuficientes para estudar com mais cuidado as 900 disposições que foram votadas em bloco. Serão pelo menos 30 disposições por dia!

Bem, olhem também este texto que saiu no Computerworld (<http://www.computerworld.com/action/article.do?command=viewArticleBasic&articleId=9065903>), onde ele diz que “About four-fifths of the proposed changes to a draft standard for the OOXML document format were waved through — undiscussed — at the conclusion of a weeklong meeting in Geneva.”.

Recomendo também a leitura do blog do Tim Bray, da delegação do Canadá em <http://www.tbray.org/ongoing/When/200x/2008/02/29/BRM-narrative>.

Ah, e para quem quer “vestir” o BRM vejam <http://www.cafepress.com/freesociety...>

Post 32: Questionando o processo Fast Track

Venho estudando e acompanhando de perto o ODF desde 2003. E como representante da IBM nos órgãos de padrões, como a ABNT, faço parte da Comissão de Estudos que vem avaliando a proposta do OpenXML em se tornar um padrão ISO.

Na minha opinião, um fato extremamente preocupante tem sido o processo “acelerado”, chamado de Fast Track no qual a imensa e complexa especificação do OpenXML vem sendo debatido. Na semana passada tivemos uma reunião de cinco dias, o BRM, onde os mais de 1100 comentários, apresentados pelas diversas entidades de padronização mundiais, (compactados dos 3522 originais) deveriam ser analisados. O resultado não poderia ser diferente: mais de 80% dos comentários não foram sequer avaliados. Como a proposta do BRM seria de avaliar a especificação, debatendo os comentários e as sugestões de correção e melhorias apresentadas pelo Ecma, é lógico e racional afirmar que o resultado não foi positivo. Nenhuma reunião onde não se avalia 80% dos itens propostos dificilmente poderia ser chamada de “um sucesso”.

Imaginem um hipotético projeto de software onde 80% dos itens que deveriam ser analisados pelos usuários não o são....Quais usuários aprovariam tal projeto? Portanto, o

processo “acelerado” tem se mostrado totalmente inadequado para avaliar uma proposta deste nível de complexidade. E a pergunta que faço é: porque optou-se por um processo tão acelerado? Porque não se adotou o processo normal, que permitiria uma melhor análise e correção dos problemas?

Outro fato preocupante...Estamos caminhando cada vez mais rápido para um mundo plano, onde o intercâmbio de informações eletrônicas é cada vez maior. A Internet está se tornando o meio padrão de comunicação do planeta. E isto só está sendo possível porque existe um padrão aberto e reconhecido por todos, sejam estes usuários dos EUA, Brasil, China ou Uganda, que é o TCP/IP.

Para mim, interoperabilidade passa a ser a palavra chave em um mundo cada vez mais interconectado. Interoperabilidade é a base para o compartilhamento de informações e conhecimento. Quando esta interoperabilidade é prejudicada e até impedida pela incompatibilidade entre os formatos dos arquivos, temos um grande problema. Diante da crescente digitalização de informações, precisamos agora de um padrão TCP/IP para documentos.

E já existe tal padrão, que é o ODF, que desde maio de 2006 é um padrão ISO. Uma proposta de um segundo padrão não contribui em nada para aumentar a interoperabilidade, tão necessária a este mundo plano. Basta ver os problemas que teríamos se tivéssemos dois TCP/IP...

Vamos imaginar um cenário hipotético: alguns países adotam o ODF como seu padrão de formato de documentos e não aprovam o OpenXML por não ser um padrão ISO. Outros adotam o OpenXML e em princípio não usariam o ODF. Temos então um problema: ao enviar documentos de um país para outro (entre empresas destes países), teríamos problemas de conversão de formatos. A interoperabilidade plena estaria prejudicada. Negócios internacionais seriam prejudicados...

Ora, se avaliarmos o OpenXML vemos que pelo menos uns 90% a 95% de sua funcionalidade está incorporada no padrão ODF e os 5 a 10 % ausentes relacionam-se com características específicas de um único software, o Office da Microsoft. Imagino que todo o esforço, tempo e dinheiro investido por dezenas de países em analisar o OpenXML fossem canalizados para refinar o ODF, inserindo novas funcionalidades e harmonizando-o com o OpenXML, seria muito mais útil e produtivo para a sociedade.

Post 33: Document Freedom Day de 2008

Dia 26 de março será o Document Freedom Day (vejam em <http://documentfreedom.org/>). Estarei contribuindo ativamente, participando de um evento no Rio de Janeiro, na Unirio, organizado pela comunidade SL-RJ. Maiores informações sobre este evento vocês vão encontrar em http://www.documentfreedom.org/SL-RJ/pt_br.

Acessando a página <http://www.documentfreedom.org/Category:Brazil> vocês verão que estarão ocorrendo eventos em 15 cidades brasileiras. Ainda é tempo de organizar eventos em outras localidades. Afinal, se os bits são livres, porque os documentos devem ser aprisionados?

E outra notícia que tem grande impacto. O Banco do Brasil em seu edital de 2008 para Concurso de pessoal solicita conhecimentos de softwares abertos, como vocês podem ver no texto:

- (...)2. Ambientes operacionais Windows e Linux.
- 3. Processador de texto (Word e BrOffice.org Writer)
- 4. Planilhas eletrônicas (Excel e BrOffice.org Calc)
- 5. Editor de Apresentações (PowerPoint e BrOffice.org Impress)
- 6. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet, Navegador Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox)
- 6. Conceitos de tecnologias e ferramentas de colaboração, correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns e wikis.(...)

Este edital quebra um paradigma. Os editais para concurso público exigem como requisitos conhecimentos da suíte Office e não de suítes de escritório. Obriga a que todos os cidadãos sejam usuários de um único software para poderem se candidatar a um cargo público. O conhecimento exigido tem que ser de informática e de ferramentas de produtividade e não de um único produto. É como se fosse solicitado para um motorista o conhecimento exclusivo de direção de um único tipo de automóvel e não de qualquer automóvel.

Espero que os demais órgãos públicos sigam o exemplo pioneiro do Banco do Brasil.

Post 34: Debatendo o OpenXML após o BRM

Estamos chegando ao fim de mais uma etapa de discussão quanto a aprovação ou não da especificação OpenXML. A última etapa foi o BRM, em Genebra, que acabou gerando mais confusão e incertezas. Embora alguns digam que a reunião foi um sucesso, com 98% dos comentários sendo resolvidos, indiscutivelmente que a realidade é outra. Cerca de 80% dos comentários não foram sequer analisados e da votação que se seguiu, seis países aceitaram as sugestões do Ecma, quatro foram contra e 18 se abstiveram. Ora 22 países de 26 não votaram a favor da proposta!

E porque? Na minha opinião existem muitos senões que impedem um voto SIM, de forma consciente e profissional. O próprio processo de Fast Track não permitiu que fossem feitas avaliações adequadas da especificação. Para termos uma idéia deste problema, das mais de 6.000 páginas originais (devem ser quase 7.000 agora, depois do BRM...), as entidades de padrões tiveram apenas um curto período de cinco meses para avaliar toda esta massa de documentação. Apesar desta limitação de tempo, foram

detetadas 3.522 inconsistências e erros. A Ecma respondeu a estes 3.522 comentários com 1.027 propostas, para serem debatidas nos cinco dias do BRM.

Ora, fazendo uma simples conta, com 6.045 páginas divididas por 1.027, temos um erro a cada 5,8 páginas. Claro que, se houvesse mais tempo, muito mais erros seriam encontrados!

Mais, não é só. Também é impossível alguém dizer que existem 100% de certeza quanto a resolução dos vários problemas de propriedade intelectual que foram encontrados nos documentos Open Specification Promise (OSP) e Covenant Not to Sue da Microsoft.

Nestes documentos lêem-se: “claims of Microsoft-owned or Microsoft-controlled patents that are necessary to implement only the required portions of the Covered Specification that are described in detail and not merely referenced in such Specification”. E “promises not to assert any Microsoft Necessary Claims against you for making, using, selling, offering for sale, importing or distributing any implementation to the extent it conforms to a Covered Specification...”.

O que isto significa na prática? Que a promessa não cobre as especificações que “are not described in detail”, que são muitas; que limita a liberdade de uso à sintaxe da especificação, mas não a “application behavior” que estão espalhados nas suas mais de 6.000 páginas; e não inclui patentes das subsidiárias e afiliadas da Microsoft. E um ponto importantíssimo: a OSP é limitada a atual versão do OpenXML! Fica então a pergunta: o que acontecerá com as próximas e inevitáveis versões da especificação?

Além disso, inúmeros problemas técnicos ainda não foram resolvidos, como a falta de um mapeamento do formato binário para OpenXML, que é a própria razão de ser da especificação! Este mapeamento mostraria como traduzir um documento em binário em OpenXML e sem ele, não há a mínima garantia que softwares diferentes produzam o mesmo documento OpenXML. Sem este mapeamento, na prática, a única ferramenta que produzirá um documento OpenXML compatível seria o próprio Office, pois a única empresa que detém o conhecimento deste mapeamento é a Microsoft.

A própria proposta da especificação, de produzir um padrão compatível com o Office nos leva a uma situação no mínimo preocupante: uma ferramenta (o Office) definindo um padrão e não o contrário. Imagino como seria se a especificação HTML refletisse as características internas do Firefox ou do Explorer...Na minha opinião usar um software específico como modelo de referência obriga a que o padrão seja limitado pelas escolhas técnicas originalmente feitas pelos desenvolvedores do software. O que nem sempre é um bom negócio, principalmente quando o software tem mais de vinte anos de desenho, mantendo dentro de si idéias e algoritmos já ultrapassados pelo tempo...

Ok, e após o BRM, quais serão os próximos capítulos? Até o fim deste mês de março as entidades de padrão vão manter ou mudar seus votos. A partir daí, provavelmente até fins de abril sai o veredito final. Se a proposta DIS 29500 for rejeitada, a Ecma ainda tem opção de rerepresentá-la pelos caminhos tradicionais, sem Fast Track, em um processo que geralmente leva de três a cinco anos.

Ou então, o que na minha opinião, seria melhor para todos, a Microsoft acata a sugestão das várias entidades de padrões (voz do mercado!) e integra o OpenXML ao padrão ODF, já aceito pela ISO. Teríamos um único padrão (como os HTML e TCP/IP), e aí todos ganharíamos com esta garantia de interoperabilidade.

Post 35: Vitória de Pirro

Saiu o resultado oficial da ISO com relação ao OpenXML. A proposta DIS-29500 foi aprovada. A minha expectativa pessoal era que, dado o grande número de pendências, a proposta não seria aceita pelos órgãos de padrões dos países envolvidos na análise (National Body, NB). Mas, enfim...Bem, o assunto tem gerado muitas conversas e em uma delas, um colega meu perguntou o que será do ODF após este resultado. Outro me perguntou se valeu a pena todo o esforço.

Na minha opinião, se não tivesse havido tanto debate provavelmente a especificação aprovada seria muito pior do que a versão atual, que insisto, ainda continua cheia de inconsistências e falhas. Além disso as inúmeras críticas e questionamentos ao processo de aprovação adotado (via Fast Track) mostrou que é absolutamente necessário rever os procedimentos da ISO.

Um exemplo: a possibilidade de países com NBs sem estrutura adequada para avaliar adequadamente um padrão mundial influenciarem na sua decisão tem que ser revista. Os NBs deveriam ter que cumprir exigências técnicas e institucionais universais e uniformes (e passíveis de auditoria) para serem considerada aptas a votar. Isto eliminaria problemas de NBs se filiarem como membros P à ISO, dois meses antes de uma votação e opinarem sem ao menos terem feito alguma análise mais detalhada da especificação.

Quando lemos em blogs e na mídia especializada o que aconteceu em diversos países, onde grupos técnicos foram contra a aprovação, mas o staff do NB local optou pelo voto SIM ou se absteve, devemos reconhecer e aplaudir a lisura e excelência do trabalho efetuado no Brasil pela ABNT, que foi, sem sombra de dúvidas, um exemplo de comportamento que deveria ser copiado pelos NBs do mundo todo!

Recomendo lerem o blog do Groklaw em <http://www.groklaw.net/article.php?story=20080328090328998> para algumas explicações mais detalhadas de “algumas coisas que não deveriam ter acontecido” no processo.

Aliás, sem uma reengenharia dos processos de aprovação de padrões, a ISO correrá o risco de passar por outras situações como esta, em que sua credibilidade está sendo amplamente questionada.

Quanto ao ODF, indiscutivelmente que todo este debate serviu para mostrar a importância de um formato aberto de documentos. Nunca o tema foi tão debatido e gerou tantos eventos, artigos e posts levantados em blogs pelo mundo inteiro.

Lá pelos idos de 2005, quando o ODF começou a aparecer de forma discreta na mídia especializada, graças à decisão do governo do estado americano de Massachussets de adotá-lo, quem poderia imaginar que toda esta celeuma seria levantada?

Assim, o fato do OpenXML ter sido aprovado pelo ISO não vai afetar a crescente curva de adoção do ODF. Pelo contrário, os governos que ainda não incluíram os formatos abertos em suas políticas de documentos, talvez esperando a decisão da ISO, o farão agora. Até mesmo para manter a coerência com seus votos...E aí será a hora da verdade. Sair do debate político e entrar no mundo real, onde estarão armazenando e recuperando documentos reais e não apenas debatendo páginas de especificações.

Muitos NBs que não analisaram a fundo a especificação do OpenXML (e tenho certeza que muitos NBs que votaram a favor não tinham a mínima condição para estudar, avaliar e opinar com profundidade as mais de 6.000 páginas da especificação) terão que definir normas e procedimentos que orientarão a política de seus países para as próximas décadas.

Bem, e terão que decidir se, pelo menos, a especificação a ser adotada (ODF e/ou OpenXML) terá:

1. Qualidade. O fato de mais de 80% das especificações do OpenXML não terem sido analisadas significa manter um universo de bugs em potencial por muitos e muitos anos. Isto não aconteceu e nem está acontecendo com o ODF.
2. Disponibilidade de softwares. Uma vez que a especificação aprovada não é a que está sendo implementada no Office atual, devido as milhares de modificações efetuadas durante o processo e que ainda não foram oficializadas, devemos esperar algum tempo antes que surjam softwares que consigam implementar o futuro OpenXML. Ninguém ainda anunciou quando estará disponível a primeira versão de algum software que seja compatível com a última versão do DIS-29500! Enquanto isso, o ODF já está implementado por diversos softwares, de diversas empresas.

O fato é que os países e seus governos terão que adotar políticas que visem garantir a recuperação futura de seus documentos eletrônicos. E terão que fazer isso rápido, uma vez que enquanto nada fazem, são gerados milhões de novos documentos em formato binário, aumentando o legado de forma exponencial.

Como vimos ao longo do processo, dificilmente produtos que não o Office conseguirão ser 100% compliant com o OpenXML. Assim, os governos dos países terão que arcar com a responsabilidade de mantendo o OpenXML, estarem perpetuando o atual monopólio.

Provavelmente veremos muitos países decidindo-se por políticas de uso de documentos que incentivem a concorrência e inserindo nos textos não apenas a exigência de um formato que tenha sido aprovado pela ISO, mas que seja realmente aberto, e que tenha suporte nativo implementado por dois ou mais softwares. Também exigirão que não haja

discriminação quanto aos modelos de comercialização dos softwares que usam os formatos de documentos, de modo que permitam diversas alternativas como modelos Open Source. Sem isso, os cidadãos não terão seus “civil ICT rights” (liberdade de religião, liberdade de opinião e liberdade de usar qualquer aplicação...) reconhecidos, pois serão obrigados a adquirir um software específico para poderem dialogar com seus governos!

Ora, para mim fica claro que a aprovação do OpenXML pela ISO será mais um fator impulsionador para adoção do ODF pela sociedade, pelo fato do ODF ser um padrão que já existe de fato (e não no papel), incentivar a livre concorrência, garantir os “civil ICT rights” dos cidadãos e inibir monopólios. Além do mais, a própria mobilização da sociedade que, em peso, debateu exaustivamente o OpenXML durante seu processo de aprovação, continuará mobilizada e atuando forte para que padrões abertos de documentos sejam e continuem realmente abertos.

Post 36: Adotando ODF: o caso da Unices

A última edição da Linux Magazine traz mais um case de adoção do ODF no Brasil, com o exemplo da Unices (Faculdade Capixaba de Administração e Educação, <http://www.unices.com.br/>). O case da Unices foi o terceiro colocado no concurso “Padrão Aberto, Prêmio Certo”, realizado pela Linux Magazine em parceria com o portal developerWorks da IBM e a ODF Alliance.

É um case interessante, pois aborda um setor onde o formato aberto de documentos é de extrema importância: o setor educacional. Além do fato de gerarem milhões de documentos por ano, as universidades ainda exigem que os seus alunos entreguem seus trabalhos em formato proprietário. Desta forma, acabam, indiretamente, gerando um incentivo à pirataria, pois muitos alunos não tem condições financeiras de adquirir uma suite de escritórios cara.

Para o professor, a escolha da ferramenta que o aluno vai utilizar para seu trabalho não tem a mínima importância. Ele precisa apenas ter condições de receber o documento eletrônico. Ao adotar ODF, os alunos ficarão livres para escolher a melhor alternativa de softwares, podendo usar OpenOffice, Symphony, GoogleDocs e até mesmo o Office, neste caso usando algum conversor.

A Unices é um bom exemplo no uso de ODF, e acredito, será seguida por muitas e muitas escolas e universidades no Brasil.

E pensando um pouco mais, que tal olharmos as lan houses? Grande parte delas estão na periferia e em regiões de baixo poder aquisitivo. Porque não adotam softwares Open Source e ODF? Assim, não correm risco de serem processadas por pirataria (recentemente a Abes divulgou que lacrou 335 lan houses pelo país) e seus usuários, ao adquirirem seus próprios computadores já estarão preparados para continuar usando estes

softwares...Afinal a maioria deles não terá condições de adquirir cópias originais desta caras suítes. A luta contra a pirataria deve passar pelo incentivo ao Open Source e ODF.

Post 37: ODF é norma brasileira

Pessoal, agora no último 12 de maio de 2008 o ODF foi publicado como Norma Brasileira (NBR) pela ABNT (ABNT NBR ISO/IEC 26300 – Tecnologia da Informação – Formato aberto de documentos para aplicações de escritório (Open Document) v1.0.

O Jomar da ODF Alliance Brasil fez um comentário muito interessante sobre este assunto no seu blog, em <http://homembit.com/2008/05/abolicao-da-escravatura-norma-nbr-isoiec-26300-foi-publicada.html>.

Mas, além do Brasil estamos vendo muitos outros países adotando o ODF como padrão nacional. Recentemente foi a Africa do Sul e a Croácia. E porque estes e outros países estão adotando o ODF? Vale a pena aqui recordar a importância dos padrões abertos.

Vivemos em um mundo globalizado e interligado. Os países, empresas e os cidadãos interoperam uns com os outros e para que esta interoperabilidade aconteça é absolutamente necessário que todos estejam de acordo com a forma desta interoperabilidade ocorrer. Ou seja, quanto mais padronizados forem os mecanismos de interoperabilidade, menos esforço vai demandar para criarmos interfaces de interoperação e mais rápido e ágil ocorrerá a comunicação. Simples assim. Aliás, sem padrões abertos simplesmente não teríamos a Internet!

Padrões abertos (aqueles que estejam publicamente disponíveis e não sejam controlados por nenhum país ou empresa) tornam possível que quaisquer empresas, cidadãos e países se plugem no mundo globalizado. Com padrões abertos, produtores podem colaborar e cooperar nos interfaces e inovar e competir em outras funcionalidades. Por outro lado, padrões proprietários criam barreiras econômicas, pois exigindo pagamento de royalties (e muitas vezes um padrão proprietário embute diversas tecnologias patenteadas, com royalties acumulados) encarecem os produtos e dificultam a competitividade.

Aliás, se vocês acessarem o documento que reproduz a Declaração de Princípios do World Summit on the Information Society (em <http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/dop.html>), no parágrafo 44 lerão : “Standardization is one of the essential building blocks of the Information Society. There should be particular emphasis on the development and adoption of international standards. The development and use of open, interoperable, non-discriminatory and demand-driven standards that take into account needs of users and consumers is a basic element for the development and greater diffusion of ICTs and more affordable access to them, particularly in developing countries. International standards aim to create an environment where consumers can access services worldwide regardless of underlying technology.”.

Dentro do universo dos padrões abertos, o padrão de formato de documentos tem grande valor. O armazenamento e posterior recuperação de documentos eletrônicos é uma questão de absoluta importância. A memória de um país, suas leis e regulamentos estão cada vez mais sendo armazenados eletronicamente. Os registros contábeis das empresas e a memória das suas decisões empresariais...as correspondências e documentos pessoais dos cidadãos...São apenas pequenos exemplos da nossa dependência aos documentos eletrônicos. Estes documentos gerados hoje devem ser recuperados no futuro, independentemente do software que os criaram. Recuperar estes documentos significa que se deve preservar suas formatações originais como quebra de páginas, alinhamentos de parágrafos, numeração, etc. Para isso é essencial que os formatos que descrevem como estes documentos estão armazenados eletronicamente sejam resistentes à mudanças nas tecnologias de software e ambientes operacionais.

Temos hoje um padrão aberto para formato de documentos: o ODF. Não é controlado por nenhum fornecedor, sua referência de implementação é aberta, é um padrão oficializado pela ISO, já reconhecido internacionalmente e adotado como padrão por diversos países. E desde dia 12 é também uma norma brasileira.

Post 38: Microsoft anuncia suporte ao ODF

Acabei de ler esta notícia na Web: a Microsoft anunciou suporte nativo (via save default) ao ODF versão 1.1 pela sua suite Office 2007, através de um Service Pack. Vejam em <http://www.sdtimes.com/content/article.aspx?ArticleID=32228>.

Além disso, para surpresa geral, anunciou que estará participando do working group de ODF na OASIS. E adicionalmente vai disponibilizar APIs para o Office, para que desenvolvedores acoplem seus próprios conversores ODF como “default path”.

Interessante que o padrão OpenXML não será implementado tão cedo. Deverá vir apenas com o Office 14, que não tem data para ser anunciado.

Por que a demora em implementar o OpenXML? A razão é simples: segundo Dough Mahugh, senior product manager do Office: “At this point there are no products using [ISO/IEC 29500] in the marketplace.”

Na minha opinião é um movimento que mais cedo ou mais tarde deveria acontecer. Seria impossível para a Microsoft não reconhecer a crescente importância do ODF no mundo inteiro. E a falta de usuários de OpenXML...

Provavelmente este movimento em direção ao ODF dificultará mais ainda a adoção do OpenXML. Com o Office 2007, agora todas as principais suites de escritório estarão adotando ODF.

Quais são agora as opções para os CIOs que estão planejando a adoção (necessária) para um padrão de documentos baseado em XML?

- a) ODF. Já está disponível em suites como Open Office, Star Office e Symphony. E em poucos meses (?) também no Office 2007.
- b) OpenXML. Se os usuários usarem este formato, deverão fazer uma outra conversão para o OpenXML ISO/IEC 29500 ou ODF. Terão então que converter formatos binários e o OpenXML legado. Mais trabalho...
- c) OpenXML ISO/IEC 29500. Deverão (até quando?) esperar pelo Office 14.

Post 39: Questionando algumas decisões da ISO

A ISO recentemente anunciou que "...Os boards técnicos da ISO e do IEC dão um 'go-ahead' para a publicação do OpenXML...", e que "... Nenhum dos apelos do Brasil, Índia, África do Sul e Venezuela recebeu o apoio para continuarem sendo avaliados por dois terços dos membros do TMB/SMB...". Vejam o press-release da ISO em <http://www.iso.org/iso/pressrelease.htm?refid=Ref1151>.

O Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil fez uma excelente avaliação do fato em seu blog <http://homembit.com/>.

Ele pergunta diretamente: "O que aconteceria se este apelo tivesse sido apresentado pela Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França ? Ele seria sumariamente ignorado como foi ?". Segundo Jomar, que esteve participando do BRM em Genebra, "Brasil, Índia e África do Sul foram tratados como países de segunda linha já durante o BRM, e somados com a Venezuela, fomos agora os quatro tratados com irrelevância novamente". Na sua opinião a ISO não seria mais o foro legítimo para tratar de normalização no mundo em que países em desenvolvimento passam a ter um papel muito mais preponderante na economia mundial.

É absolutamente necessário rever os procedimentos e a própria legitimidade da ISO. Também Bob Sutor, VP de Open Source e Open Standards da IBM em uma entrevista recente (<http://arstechnica.com/news.ars/post/20080813-ibm-vp-office-openxml-a-dead-end-microsoft-will-back-odf.html>) foi enfático ao responder: "Although he doesn't believe that the OOXML controversy will slow down adoption of open standards, he suspects that ISO will lose some credibility. The national bodies that were not permitted to present their proposals during the review process clearly feel that they were marginalized by blanket voting and other procedural shortcuts. This has led them to question the inclusiveness of ISO. The organization's dismissive response to the allegations has seriously exacerbated the issue and is reinforcing the perception of exclusivity."

Ele diz também : "anyone can create a standards organization and that other organizations will emerge to displace ISO if it loses public trust."

Pessoalmente concordo com Sutor e Jomar e acredito que chegou o momento dos países em desenvolvimento se unirem para a construção de uma entidade internacional de normalização que seja adequada à nova realidade. O movimento que ele está liderando realmente merece atenção.

Post 40: Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico de 2008

Na semana passada durante o Consegi (Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico) foi assinado o chamado Protocolo de Brasília, documento que formaliza o comprometimento público de diversas empresas e órgãos do governo brasileiro para adoção do ODF como padrão oficial para troca de documentos entre os órgãos federais.

As empresas que assinaram o Protocolo são do porte do Serpro, Caixa, Banco do Brasil e Correios, além de diversos órgãos públicos como o ITI e o INPI. Também ministérios como o Comando da Aeronáutica e o Ministério do Planejamento, através da SLTI assinaram o documento.

O Protocolo de Brasília é um passo importante na adoção do ODF, que além de ser padrão ISO é também um padrão brasileiro, reconhecido pela ABNT. Além disso é o padrão recomendado pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING) do governo federal.

Bem, e agora quais serão os próximos passos? A partir de ações concretas como esta veremos o ODF se espalhando com mais rapidez entre outras empresas e órgãos do governo federal, bem como por governos estaduais (vide Paraná) e municipais. Também é provável que muitos países da América Latina adotem um Protocolo parecido, pois as delegações de vários deles, presentes ao Consegi, se mostraram interessadas em criar ações similares.

Então, o que ainda vai faltar? Um maior engajamento de governos estaduais e municipais e ainda, insisto, da academia. Porque documentos trocados entre alunos e professores, e mesmo entre universidades devem ser baseados em formatos proprietários? Porque a academia, que sempre falou em democratização da informação não está adotando um formato aberto de documentos como o ODF?

Também gostaríamos de ver outros poderes de Estado, além do executivo adotando o ODF como padrão de troca de documentos. O Legislativo e o Judiciário não podem, aliás não devem, ficar de fora deste movimento.

Post 41: IBM anuncia nova política corporativa de padrões de TI

A IBM anunciou sua política corporativa de padrões de TI (vejam em <http://www-03.ibm.com/press/us/en/pressrelease/25186.wss>), que passou meio despercebida por aqui.

Esta política foi produto de uma ampla discussão com mais de 70 especialistas de padrões do mundo inteiro, que durante seis semanas debateram o tema através de um wiki. No endereço acima você podem acessar o resultado gerado pelo wiki.

Por que este debate? O recente processo de votação da proposta do padrão OpenXML na ISO mostrou sérias falhas. Ficou claro que analisar e debater uma proposta de padrões de importância capital para a sociedade não pode ser feita de forma apressada e atabalhoada.

O processo que levou à aprovação do OpenXML, apesar de vários países, inclusive o Brasil, o questionarem formalmente, gerou um questionamento muito grande quanto à sua validade.

Assim, a IBM se propôs a juntar especialistas para rever o cenário e eles chegaram à conclusão que os órgãos de padrões devem rever e modernizar seus processos de aprovação, principalmente visando uma maior transparência em todas suas etapas.

Outro ponto fundamental é que os órgãos de padrões entendam que existe um novo modelo econômico e que países emergentes como o Brasil, a Índia e a China tem hoje um papel muito mais importante que antes e que esta importância ainda não está devidamente reconhecida nos processos atuais de aprovação de padrões.

Os pontos principais da política são:

- Begin or end participation in standards bodies based on the quality and openness of their processes, membership rules, and intellectual property policies.
- Encourage emerging and developed economies to both adopt open global standards and to participate in the creation of those standards.
- Advance governance rules within standards bodies that ensure technology decisions, votes, and dispute resolutions are made fairly by independent participants, protected from undue influence.
- Collaborate with standards bodies and developer communities to ensure that open software interoperability standards are freely available and implementable.
- Help drive the creation of clear, simple and consistent intellectual property policies for standards organizations, thereby enabling standards developers and implementers to make informed technical and business decisions.

Post 42: Importância dos Padrões Abertos

Recentemente levantei um post abordando a nova política de Open Standards da IBM. Recebi alguns emails e telefonemas querendo mais informações e entendi que vale a pena detalhar um pouco mais os princípios que nortearam esta política e o porque de sua importância.

Padrões abertos devem ser vistos como absolutamente essenciais em um mundo cada vez mais globalizado e interligado. Os países, empresas e os cidadãos interoperam

contínuamente uns com os outros. E para que esta interoperabilidade aconteça é necessário que todos estejam de acordo com a forma desta interoperabilidade ocorrer. Ou seja, quanto mais padronizados forem os mecanismos de interoperabilidade, menos esforço vai demandar para criarmos interfaces de interoperação e mais rápido e ágil ocorrerá a comunicação. Aliás, sem padrões abertos simplesmente não teríamos a Internet!

Padrões abertos são aqueles que são publicamente disponíveis e não controlados por nenhum país ou empresa, e tornam possível que quaisquer empresas, cidadãos e países se plugem no mundo globalizado.

O uso de padrões abertos traz benefícios a todos, potencializando a interoperabilidade (leia-se colaboração) entre todos envolvidos, sejam governos, sejam empresas públicas e privadas, e cidadãos. Padrões genuinamente abertos de TI garantem que os cidadãos tem livre interoperabilidade com seus governos. Por outro lado, padrões proprietários criam barreiras econômicas, pois exigindo pagamento de royalties (e muitas vezes um padrão proprietário embute diversas tecnologias patenteadas, com royalties acumulados) encarecem os produtos e dificultam a competitividade e a interação dos cidadãos com seus governos.

Aliás, o conceito de interoperabilidade deve ser bem definido. Existem claras diferenças entre interoperabilidade (capacidade de diferentes softwares trocarem informações via um conjunto padrão de interfaces e formatos abertos) e intraoperabilidade, quando um fornecedor apenas cria condições de tornar mais fácil a conexão com seus próprios produtos. Em uma situação de intraoperabilidade, o fornecedor de um produto dominante cria protocolos e formatos que o favorecem, tanto que os mantém sob seu domínio, controlando sua evolução e decidindo quais funcionalidades serão mais ou menos abertas. Na interoperabilidade, os padrões são abertos e não controlados por nenhuma empresa, não privilegiando um produto específico em detrimento de outro.

A própria Declaração de Princípios do World Summit on the Information Society (em <http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/dop.html>), no parágrafo 44 diz claramente : “Standardization is one of the essential building blocks of the Information Society. There should be particular emphasis on the development and adoption of international standards. The development and use of open, interoperable, non-discriminatory and demand-driven standards that take into account needs of users and consumers is a basic element for the development and greater diffusion of ICTs and more affordable access to them, particularly in developing countries. International standards aim to create an environment where consumers can access services worldwide regardless of underlying technology.”.

Para definir e manter padrões abertos existem diversas entidades como a ISO. Entretanto, recentemente ocorreu um intenso debate sobre a aprovação ou não pela ISO/JTC1 de uma proposta de padrões de formato de documentos, denominado OpenXML.

Porque este debate colocou em cheque o atual modelo de aprovação de padrões adotado pelo JTC1? O processo de votação na ISO, que aconteceu no âmbito da ISO/IEC JTC1, mostrou inúmeras falhas, quando adotou-se um mecanismo chamado de fast track. Este processo, que levou à aprovação do OpenXML, apesar de vários países, inclusive o Brasil, o questionarem formalmente, gerou um questionamento muito grande quanto à sua validade. Analisar e debater uma proposta de padrões de importância capital para a sociedade não pode ser feita de forma apressada e atabalhoada.

Recentemente a IBM aprovou uma nova política corporativa de padrões de TI, depois de uma ampla discussão com especialistas de padrões do mundo inteiro. Estes especialistas recomendaram que os órgãos de padrões revejam e modernizem seus processos de aprovação, principalmente visando uma maior transparência em todas suas etapas. É um passo concreto na direção de atualizar estes processos, inclusive considerando a nova geopolítica mundial, onde países emergentes como Brasil, Índia e China tem um papel mais importante na economia mundial, mas esta importância ainda não está refletida nos processos atuais de aprovação de padrões.

Um exemplo de processo que precisa ser modernizado e tornado aberto e transparente é o atualmente adotado pelo JTC1/SC34, que aprovou o OpenXML. Senão vejamos:

- a) Para alguém participar do JTC1/SC34 deve ser membro de um NB (National Body, ou órgão de padrões do país, como a ABNT no Brasil). Geralmente, para participar de um NB, você deve representar uma organização e esta participação custa dinheiro que nem sempre cabe no bolso de um indivíduo ou pequena empresa. Em alguns países, os NBs são fechados e as decisões são de governo, sem participação da sociedade.
- b) O JTC1 exige que você participe ativamente das suas reuniões internacionais que ocorrem periodicamente. Não permite que a participação nestas reuniões sejam feitas por telefone ou videoconferência (pelo menos até agora...) e portanto você deve estar presente a elas. Como a maioria dos participantes são de grandes empresas os locais destas reuniões são cidades como Londres, Genebra, Kyoto, etc...Locais caros!
- c) Quem vota no JTC1 é o NB, não empresas ou indivíduos. Assim, o NB pode assumir uma posição que não seja necessariamente a sua. Os critérios de votação de cada NB são diferentes. Alguns assumem que a decisão seja feita por consenso, outras por maioria. Não existe um critério único. E alguns NBs podem ser excessivamente influenciados por um único fabricante...
- d) O processo do JTC1 não é transparente. A maioria dos documentos são privados e muitas vezes os próprios participantes são impedidos de se manifestar publicamente sobre as reuniões. Os debates são fechados e restritos aos participantes. Vejam o blog do Jomar Silva (um dos membros da delegação brasileira e diretor da ODF Alliance Brasil) em www.homembit.com onde ele descreve o que foi o BRM, reunião em Genebra que foi decisiva no processo de aprovação do OpenXML. É de estarrecer!

A partir das recomendações dos especialistas, podemos alinhar algumas recomendações para modernizar e dar maior transparência aos processos de discussão e aprovação de padrões abertos de TI:

- a) Os órgãos de padronização devem ter elevada transparência em seus processos. Os stakeholders e seus interesses devem estar claramente explicitados. Os usuários finais, que usam os padrões de TI, devem ter voz ativa nos processos de discussão e aprovação destes padrões. Os debates, as listas de discussão e as conclusões devem ser livremente disponibilizados a todos os interessados e não ficarem restritos a grupos fechados.
- b) Os governos devem garantir que seus NB (National Bodies ou órgãos de padronização) implementem regras que garantam esta transparência e impeçam influência indevida por parte de fornecedores. No recente caso do OpenXML muitos países foram representados por NBs sem estrutura adequada para avaliar adequadamente um padrão mundial. Os NBs deveriam ter que cumprir exigências técnicas e institucionais universais e uniformes (e passíveis de auditoria) para serem considerada aptas a votar. Isto eliminaria problemas de NBs se filiarem como membros ativos à ISO, apenas dois meses antes de uma votação e opinarem sem ao menos terem feito alguma análise mais detalhada da especificação.
- c) Os governos, como indutores de políticas e padrões, devem adotar em seus editais de compras de TI a obrigatoriedade de uso, quando disponíveis, de padrões abertos.
- d) Os padrões devem ter alta qualidade e para isso os seus processos de criação e aprovação devem ser abertos, imparciais, auditáveis e altamente eficientes e profissionais. Ou seja, não podemos repetir os problemas do recente processo de aprovação do OpenXML. Neste processo mais de 6000 páginas tiveram que ser analisados em cerca de cinco meses e posteriormente, em um mecanismo chamado de BRM (Ballot Resolution Meeting), que foi um debate que envolveu mais de 100 delegados que 32 países, e dada a imensa quantidade de disposições a serem analisadas (mais de 1100), e os poucos dias disponíveis (cinco), não houve tempo hábil para se validar todas estes comentários detalhadamente. Seria uma tarefa realmente impossível. Assim, apenas cerca de 20 a 30 disposições foram exaustivamente debatidas e votadas. Ou sejam, mais de 80% dos comentários não foram sequer avaliados. Como a proposta do BRM seria de avaliar a especificação, debatendo os comentários e as sugestões de correção e melhorias apresentadas pelo Ecma (proponente do OpenXML), é lógico e racional afirmar que o resultado não foi adequado. Nenhuma reunião onde não se avalia 80% dos itens propostos dificilmente poderia ser chamada de “um sucesso”...Imaginem um hipotético projeto de software onde 80% dos itens que deveriam ser analisados pelos usuários não o são....Quais usuários aprovariam tal projeto? Portanto, o processo “acelerado” de fast-track tem se mostrado totalmente inadequado para avaliar uma proposta deste nível de complexidade.

Ficou claro para todos que os processos adotados pelo comitê JTC1 da ISO para aprovar o OpenXML não atenderam às demandas da sociedade. O resultado foi um questionamento intenso e que está abrindo as portas para a necessidade urgente de reforma dos processos atuais. Ficou claro também que uma certificação ISO não garante que um padrão seja realmente aberto.

O que queremos ou melhor, o que sociedade demanda? Processos mais eficientes, abertos e imparciais de padrões abertos de TI. Acredito que à luz de tantos questionamentos, teremos agora um novo contexto onde os órgãos internacionais de padrões e as entidades de padrões dos países elevarão sensivelmente seus níveis de qualidade e transparência.

Post 43: Alternativas ao Microsoft Office

Estamos vivendo uma crise econômica que gera incertezas e pressões por redução de custos, obrigando a que muitas empresas repensem suas estratégias de aquisição de tecnologias. E uma das mudanças mais visíveis será, provavelmente, um maior impulso na adoção de softwares mais econômicos. Open Source e modelos SaaS aparecerão com destaque neste contexto.

Gostaria de debater com vocês o cenário das suítes de escritório, conjunto de softwares que consomem uma significativa parcela dos budgets de todas as organizações. O cenário atual é bem diferente de alguns anos atrás, quando não haviam alternativas viáveis ao pacote Office da Microsoft.

Embora, sem sombra de dúvidas, o Office seja atualmente quase um monopólio, as novas alternativas abrem espaço para as empresas reverem sua dependência desta suíte e de quebra reduzirem seus gastos com licenças.

Uma rápida amostragem nos indica opções como o OpenOffice, Symphony da IBM, Google Apps e outros menos conhecidos como Zoho e ThinkFree.

O OpenOffice, por exemplo, uma solução Open Source, já alcançou a marca dos quase 150 milhões de downloads. Vejam em http://wiki.services.openoffice.org/wiki/Market_Share_Analysis uma análise mais detalhada destes downloads. Não é um número que pode ser ignorado!

A IBM está disseminando pública e internamente o uso do Symphony, suíte baseada no OpenOffice. O download é gratuito e pode ser obtido em <http://symphony.lotus.com/software/lotus/symphony/home.nsf/home>. Aliás, ODF e Symphony são hoje padrões na IBM. Podemos ver isso claramente nos documentos chamados “IBM Architecture and Standards” que definem os padrões para uso dos funcionários: “This document defines the client device standards (e.g: laptop/desktop and smartphone) which IBM employees worldwide should follow, as well as application development standards for all production applications deployed to IBM client devices for usage by IBM employees.”.

Vemos claramente a especificação ODF e o uso do Symphony no texto:

“3. Client Application Requirements (Laptop/Desktop and Smartphone)
3a) Open Document Format (ODF) ISO26300 is IBM's standard file format and is required to be used for editable documents. Lotus Symphony is IBM's preferred office

suite. Applications must not require, depend or rely upon specific functionality from proprietary productivity suites or editors.”.

Quando uma empresa como a IBM, com sua influencia no mercado, com quase 400.000 funcionários em cerca de 170 países, se desloca nesta direção, com certeza provoca mudanças na percepção das empresas quanto a viabilidade de existência de vida além do Office... Para termos uma idéia do alcance desta iniciativa, estamos falando em cerca de 100.000 ibmisttas (um quarto da força de trabalho global) usando Symphony até o final deste ano e na sua totalidade até final de 2009!

Existem também outras opções como o Google Apps que já começa a ser utilizado por diversas companhias. Segundo o próprio Google cerca de um milhão de empresas já estão utilizando o Google Apps, a maioria de pequeno porte, embora algumas grandes corporações já sejam citadas na sua lista de clientes. Aliás, falando no modelo Saas, como o Google Apps, já temos algumas experiências aparecendo com o Zoho (www.zoho.com) e o ThinkFree (<http://www.thinkfree.com/>), embora ainda em estágio de Proof-of-Concept.

Um ponto importante e que merece ser destacado é a crescente adoção do padrão ODF. Revejam o padrão IBM, que citei acima, que estabelece claramente que ODF é o “standard file format and is required to be used for editable documents.”. Para maiores informações de onde o ODF já está sendo adotado vejam o site da ODF Alliance em <http://www.odfalliance.org/>. É inegável que ODF já está se tornando um padrão de fato.

Bem, estive pensando um pouco na questão do porque ainda existe muito receio de se mudar do Office para outra alternativa, mais barata e que reduza a dependência de um único fornecedor. O que, obviamente, são grande atrativos. Bem, temos o sempre presente receio de sair de um ambiente conhecido. Mas, com empresas como IBM e outras adotando suítes alternativas, este receio vai sendo minimizado. Outra questão é que muitas vezes compara-se as funcionalidades do Office com as das alternativas e o Office apresenta, à primeira vista, funcionalidades que os demais produtos ainda não implementaram. A questão chave é “até que ponto estas funcionalidades são realmente necessárias para o trabalho dos funcionários?”. Se analisarmos como o trabalho de um funcionário típico é efetuado, e que funções das suítes de escritório ele realmente utiliza, com certeza veremos que são pouquíssimas as funcionalidades exclusivas do Office que não podem ser substituídas. Com a crescente pressão por redução de custos, determinadas funcionalidades passarão a ser vistas apenas como um luxo desnecessário e não mais serão usadas como impecilhos nos processos de substituição de suítes.

Outro ponto que temos que pensar é que os funcionários usam a mesma suíte no escritório e em casa. Ora, em casa, o apelo de uma suite mais barata e porque não, gratuita, é muito interessante. Além disso, qualquer empresa comprometida com valores éticos não vai querer que seus funcionários usem cópias piratas em suas casas.

E mais ainda. À medida que o Office deixa de ser importante para uma empresa, reduz-se a necessidade do Windows. Cada vez mais vemos o browser como interface padrão,

reduzindo a influencia do sistema operacional. Além disso, os netbooks ou notebooks de menor custo estão cada vez mais sendo entregues com Linux. Um artigo da Bloomberg (http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601103&sid=a3VyE_ofSwwE&refer=news) mostra que a Acer e a Asustek, que representam 90% do mercado destas máquinas, já entregam 30% delas com Linux.

Estamos diante de novos tempos. A crise econômica vai trazer mudanças significativas na maneira de se encarar os gastos com tecnologia. E com certeza os velhos hábitos estabelecidos, de se renovar sem maiores estudos de ROI, as licenças da dobradinha Office/Windows vai ser colocado em cheque. Os CFOs vão começar a perguntar aos CIOs “porque as novas alternativas não estão sendo avaliadas?”.

Post 44: Mais um pouco de Symphony

Na última Open Office Conference, em Beijing, China, a IBM reafirmou seu comprometimento com o ODF e um claro road map para a suite Symphony. Este tema foi o assunto principal de uma palestra que fiz via web conference (usando nossa tecnologia Unyte, que pode ser acessada em www.webdialogs.com/trial/landing_meetingcenter) para a comunidade JavaBR, na semana passada.

O que tem de novidade no Symphony? Bem, além de ter registrado mais de três milhões de downloads até o momento, em breve também teremos versões para Mac OS X e Ubuntu. As novas versões do Symphony serão baseadas em ODF 1.2 e na árvore de código do Open Office 3.0.

Tornar o Symphony baseado no Open Office 3.0 permite maiores interações e contribuições por parte do laboratório Symphony com a comunidade Open Office e vice versa, acelerando o processo de inovação e adição de novas funcionalidades para ambos os softwares. Um ponto interessante do Symphony é o uso de plugins, que permitem estender as suas funcionalidades de forma rápida. Acessem [//symphony.lotus.com/software/lotus/symphony/plugin.nsf/home](http://symphony.lotus.com/software/lotus/symphony/plugin.nsf/home) para uma lista de plugins disponíveis. Um bem interessante é o plugin para o IBM's Yahoo Omnifind Personal Edition, que permite fazer uma busca por determinada palavra chave na Web, de dentro do Symphony.

O anúncio oficial da IBM pela adoção do ODF como seu formato padrão de documentos e o Symphony como sua suite de escritórios para seus quase 400.000 funcionários no mundo todo vai representar para o mercado o que representou o seu apoio formal ao Linux, nove anos atrás.

Lembram-se da situação do Linux e do Open Source há meros oito anos? Havia poucas aplicações disponíveis, muita desconfiança com este negócio de “open source” e claramente viamos os CIOs receosos de mudar seus ambientes operacionais para Linux. Open Source era um território inexplorado e para muitos, bem arriscado...Quando, em 2001, a IBM anunciou seu comprometimento com o Linux, o mercado sentiu que era

uma mudança de contexto: Linux e Open Source não eram mais coisas de hackers, mas softwares que poderiam ser usados com segurança no ambiente corporativo. Hoje o Linux e Open Source já não são novidade e fazem parte do portfólio de software de praticamente todas as empresas.

E, porque não imaginar que esta mesma situação não poderá também acontecer com as suites de escritório? O cenário atual é bem diferente do que era quando o Office se tornou um monopólio, há uns quinze anos atrás. Na época não havia a Internet como a conhecemos hoje e o PC era um equipamento quase stand alone, com trocas de arquivos entre máquinas via disquetes. Hoje estamos vivendo em um planeta digital com 1,2 bilhões de PCs, quase 4 bilhões de celulares, 220 milhões de tocadores MP3, 100 milhões de webcams, 27 milhões de servidores, 1,54 trilhões de MB de memória RAM e 88 trilhões de MB de armazenamento. Fala-se para um futuro próximo em banda larga de 90 terabits, o que significa que todos os 50 milhões de volumes da Biblioteca do Congresso dos EUA (uma das maiores do mundo) podem ser transmitidos em apenas 4,5 segundos!

O acesso à Internet não é feito mais apenas por PCs, mas por celulares e outros dispositivos, e as funções de uma suite de escritório estão cada vez mais comoditizadas. A suite é apenas mais uma ferramenta que usamos em um ambiente interativo de colaboração, ao lado de outras tecnologias como wikis, blogs, videos, etc. Ora, neste cenário diverso, os fatores que criaram e impulsionaram o monopólio do Office estão deixando de existir.

O Office vai desaparecer? Claro que não. Mas outras alternativas, antes nem consideradas, como Open Office e Symphony, começam a despertar interesse. Já não é mais manobra arriscada sair do Office. Muitos já o estão fazendo. O medo de enfrentar um território desconhecido está deixando de existir, pois o território já está sendo mapeado por empresas que usam suites alternativas que atendem perfeitamente as demandas da imensa maioria dos seus usuários. E considerando a inteligência coletiva de centenas de colaboradores e a sinergia entre esta comunidade de desenvolvedores e empresas como IBM, Sun, Red Hat e outras, as alternativas ao Office como o Symphony tem o potencial de evoluírem muito rapidamente. Os eventuais gaps ainda existentes deixarão de existir e fica a questão: proque manter velhos hábitos? Por que não mudar e economizar muito dinheiro? Afinal parte substancial do budget de muitas empresas destina-se apenas a manter as licenças de uma suite de escritório que muito provavelmente apresenta um excesso de funcionalidades. Ou seja, paga-se muito pelo que realmente se usa.

Post 45: Como foi ODF em 2008

Este ano foi bem movimentado em relação ao ODF. Tivemos os percalços do BRM, a assinatura do Protocolo de Brasília, diversos eventos internacionais e uma crescente e palpável adoção deste formato aberto de documentos por governos e empresas do mundo todo.

E o principal artífice desta verdadeira luta tem sido Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil. Há poucos dias, entre um evento e outro, tivemos oportunidade de conversar um pouco sobre o que foi 2008 para o ODF. Vale a pena transcrever um pouco deste bate papo.

Perguntei ao Jomar como ele viu 2008. Sua resposta foi “Fico muito feliz em ver o grande avanço que tivemos em 2008. Acho que a discussão aberta no ano passado com o caso do OpenXML foi muito boa, pois alertou a todos que desconheciam o tema que algo estava acontecendo no mercado de suites de escritório e considero o resultado deste alerta muito positivo. É interessante também acompanhar a lista de adoção do ODF nos últimos meses, e destes destaco a Alemanha, que adotou o ODF há algumas semanas e considero esta adoção importante por dois motivos. O primeiro deles é que a Alemanha votou favoravelmente ao OpenXML e o segundo é que considero eles como o primeiro "país desenvolvido" que adota o ODF.

Um outro ponto que gostaria de destacar é a reação que tenho visto no rosto das pessoas quando faço minhas palestras (neste ano fiz mais de 25, por todo o Brasil e mais 5 países, para uma audiência de mais de 1500 pessoas no total, ou seja, um bocado de rostos). O brilho no olhar de quem entende o problema causado pela utilização de formatos proprietários e que vê no ODF a sua solução, realmente paga qualquer transtorno ou supera qualquer cansaço de viajar tanto para falar de ODF. É realmente uma sensação muito, mas muito gratificante mesmo.”.

Não podia de deixar de lado a questão do OpenXML. Jomar foi bem claro : “Desde pequeno eu aprendi que pior que errar é insistir no erro e vejo que pelo visto este deve ser um ensinamento exclusivo da cultura brasileira (ou latino americana). Apesar de fazerem parte do comitê que desenvolve o ODF, de terem anunciado o suporte ao ODF no Microsoft Office, vemos uma série de atividades nos bastidores para incentivar a adoção do OpenXML e retardar a adoção do ODF por empresas e organizações em geral.

Eu pessoalmente não gosto deste tipo de jogo e ficaria muito mais feliz em saber a posição correta deles (ou aliados ou opositores), mas infelizmente já me acostumei a conviver com este tipo de atitude dúbia e questionável.

O que me deixa menos irritado com tudo isso é que grande parte do mercado está também tendo uma avaliação similar e graças a transparência que temos hoje em dia com a Internet, está cada vez mais difícil evitar que as pessoas comentem estes assuntos e que troquem suas opiniões e não tenho dúvida que a boa ética vence sempre.”.

E finalmente, como está o ODF no Brasil? Novamente Jomar: “Uma das coisas que mais me surpreendeu durante as minhas viagens neste ano foi as histórias de utilização de ODF que tenho ouvido. Como bem colocado, o protocolo de Brasília e a grande migração que agora ocorre no governo federal são de suma importância para tudo isso, mas existem também histórias que ouvi (e vi) que demonstram como a adoção de ODF avança com rapidez.

A mais inusitada delas, ouvi de um amigo que se surpreendeu ao ver que uma papelaria no centro do Rio de Janeiro utiliza exclusivamente o BrOffice e envia e recebe documentos em ODF sem nunca ter tido problemas com nenhum de seus clientes. Mais interessante ainda é que o dono da papelaria e os funcionários não são especialistas em tecnologia e apenas utilizam o programa que "um amigo" instalou lá. Ouvi histórias semelhantes por diversos lugares onde passei e isso demonstra que na verdade a adoção de ODF precisa somente de um pingão de boa vontade :)

Existem ainda os casos de migração, que mereceriam primeira página de qualquer jornal, mas que ficam "ocultos" pelas empresas, pelo simples fato de que preferem utilizar o padrão e não fazem a menor questão de sair por aí falando que usam (por n motivos). Durante o último ano eu encontrei muitos casos destes no Brasil, mas respeitando o direito deles, não posso divulgar.

Na última semana eu participei de um evento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e o seu presidente, Deputado Walter Pinheiro disse uma frase que para mim resume bem o que estamos fazendo com o ODF: "Uma lei se rasga, uma cultura não."

Acho que estamos no caminho certo, trabalhando para formar a cultura de ODF e não tenho dúvidas que em 2009 este acultramento chegará até a iniciativa privada e academia, pois seu efeito viral tem me impressionado. Além disso, temos a tal da "crise internacional" e acredito que cada vez mais a iniciativa privada vai buscar soluções Open Source visando agora a redução de custos e será inevitável a discussão de ODF quando o assunto for suíte de escritório."

Diante deste cenário, fica claro que ODF é uma realidade. Em breve com anúncios de empresas de porte como o feito recentemente pela IBM optando pela adoção do ODF como seu formato padrão de documentos, finalmente teremos independência entre os arquivos e as suítes de escritório.

Post 46: Artigo na revista PoliTICs

No final do ano passado escrevi um artigo para a revista PoliTICs, uma publicação do Nupef/Rits (Rits é a Rede de Informações para o Terceiro Setor), que pode ser acessada eletronicamente em www.politics.org.br .

A edição aborda o conceito de "abertura" na Internet. Uma questão importante e debatida intensamente na revista são os ataques e ameaças à neutralidade da rede, e vocês podem ler um artigo interessante, escrito pelo pesquisador americano Christian Sandvig, que mostra que alguns dos "pedágios" na Internet discriminam conteúdos em favor de interesses e motivos diversos, alguns, segundo ele, até justificáveis.

Há também, entre outros, um artigo sobre uso da Internet nos países africanos e um instigante texto do professor Jorge Alberto Machado sobre a implementação de medidas

draconianas de retenção de dados e vigilância, uma tendência que começou na Europa e infelizmente está chegando aqui.

Bem, meu artigo foi sobre padrões abertos e interoperabilidade e onde procuro mostrar, tendo acompanhado de perto as discussões sobre ODF e OpenXML quão urgente é a reforma dos processos de adoção dos padrões vigentes em organismos como a ISO/JTC1.

O início do artigo (que pode ser lido integralmente em pdf no endereço <http://www.politics.org.br/m4.html>) diz claramente: *Os padrões abertos devem ser entendidos como absolutamente essenciais em um mundo cada vez mais globalizado e interligado. Os países, organizações, empresas e cidadãos interoperam continuamente uns com os outros. Para que a interoperabilidade aconteça, é necessário que todos estejam de acordo sobre a forma como esta interoperabilidade vai ocorrer. Ou seja, quanto mais padronizados forem os mecanismos de interoperabilidade, menos esforço será demandado para criarmos interfaces de interoperação – e a comunicação ocorrerá de forma mais rápida e ágil. Simples assim...Aliás, sem padrões abertos simplesmente não teríamos a Internet! A Internet está se tornando o meio padrão de comunicação do planeta. E isto só é possível porque existe um padrão aberto e reconhecido por todos para a troca de dados na Internet - sejam usuários dos EUA, Brasil, China ou Uganda -, que é o protocolo TCP/IP.*

Neste ponto, o conceito de interoperabilidade deve ser bem definido. Existem claras diferenças entre interoperabilidade (capacidade de diferentes e interesse público softwares trocarem informações via um conjunto padrão de interfaces e formatos abertos) e intraoperabilidade (quando um fornecedor apenas cria condições para tornar mais fácil a conexão com seus próprios produtos). Em uma situação de intraoperabilidade, o fornecedor de um determinado produto cria protocolos e formatos que favorecem ao seu negócio – mantendo seus produtos sob seu domínio, controlando sua evolução e decidindo quais funcionalidades serão mais ou menos abertas. Na interoperabilidade, os padrões são abertos e não controlados por nenhuma empresa, não privilegiando um produto específico em detrimento de outro...

Post 47: Relatório anual (2008) da ODF Alliance

Há alguns dias li o relatório anual da ODF Alliance de 2008. O relatório mostra o avanço do ODF no mundo e vou aqui fazer um pequeno extrato dele. O relatório, na sua íntegra, pode ser acessado em <http://www.odfalliance.org/resources/Annual-Report-ODF-2008.pdf> .

É indiscutível que o ODF está ganhando espaço no mercado, à medida que mais e mais governos requerem ou recomendam seu uso. Atualmente já são 16 os governos nacionais que estão adotando ODF. Entre eles temos o Brasil (recentemente foi assinado o Procolo de Brasília, marco importante no contexto do ODF), Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Japão, Rússia, Suíça, África do Sul, Uruguai e Venezuela. Interessante observar que mesmo após o OpenXML ter sido aprovado, de forma conturbada pela ISO, o ODF

continua crescendo. E, a própria Microsoft reconhece isso, ao afirmar que estará implementando o ODF no seu Office 2007 através de um Service Pack. Além disso, no evento Red Hat Summit, em junho de 2008, Stuart McKee, National Technology Officer, disse “ODF has clearly won”.

Claro, a Microsoft ainda insiste em dois padrões, ao tentar manter o OpenXML vivo, embora respirando por aparelhos. Bem, será que precisamos de mais de um padrão para a mesma coisa? Será que dois padrões nos dão o dobro de valor que um único?

A proposta OpenXML aprovada pela ISO não é a especificação que está implementada atualmente no Office 2007. Assim, os arquivos gerados no formato docx não serão necessariamente compatíveis com a nova especificação do OpenXML, ainda em discussão. E esta nova especificação ainda não tem data marcada para ser implementada! O resultado, é que todo usuário do Word ainda usa o velho e proprietário (e fechadíssimo) formato binário .doc! Aumenta-se a cada dia o acervo de arquivos em formato proprietário, aumentando o tamanho da bomba relógio...

O valor econômico do ODF também continua crescer, tendo hoje mais de 50 aplicativos que o suportam, como as suites OpenOffice, StarOffice, Symphony da IBM, Word Perfect e as que trabalham em nuvem como o Google Docs, Zoho Office Suite e Adobe Buzzword. A lista atualizada pode ser vista em <http://www.opendocumentfellowship.com/applications>.

Também o recente anúncio do ODF Toolkit (<http://odftoolkit.org/>) permite aos desenvolvedores criar novas aplicações baseadas em ODF. Olha aí uma boa oportunidade para desenvolvedores brasileiros, uma vez que o próprio governo federal já colocou o ODF como adotado no ePING v4.0.

Mas, a luta continua. O ODF ainda tem muito a evoluir (a versão 1.2 já vai ser submetida para ser aprovada como padrão OASIS) e no Brasil, a sua adoção por governos estaduais e municipais poderia ser bem mais acelerada. Também ainda não vimos nenhuma manifestação por parte das bibliotecas públicas com relação a adoção de formato aberto de documentos, como recentemente fez a Canadian Library Association, como antes o fizeram o National Archives of Australia e a Biblioteca do Congresso dos EUA. Também os cursos de biblioteconomia deveriam ser mais ativos nesta discussão. É um assunto que os interessa diretamente.

A preocupação com padrões abertos já chegou inclusive à Casa Branca, com o discurso do novo presidente americano, Barack Obama, na sede do Google, em Mountain View, California, quando ele disse “I’ll put government data online in universally accessible formats”. Vejam este texto em http://www.barackobama.com/pdf/issues/technology/Fact_Sheet_Innovation_and_Technology.pdf.

E temos uma grande oportunidade de divulgar mais ainda o ODF, com o Document Freedom Day 2009, que acontecerá em 25 de março. Vejam em

<http://documentfreedom.org/> como ajudar a disseminar este padrão aberto de documentos na sua faculdade, empresa ou órgão público.

Post 48: O ODF do futuro

O Technical Committee (TC) do OASIS, para após a conclusão do ODF 1.2 (próxima versão do padrão aberto de documentos ODF), está abrindo o debate para buscar idéias e propostas para o futuro ODF, chamado provisoriamente de “ODF Next”. É uma boa oportunidade para o Brasil influenciar o seu desenvolvimento. Já temos um brasileiro, Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil, no TC do OASIS, mas vejo aqui uma boa oportunidade para ISVs, pesquisadores, empresas privadas e governo, além da academia, se envolverem mais com este padrão.

As propostas devem ser encaminhadas até 31 de março de 2009 à lista pública aberta pelo TC em

www.oasis-open.org/committees/comments/index.php?wg_abbrev=office .

OK, por que se envolver com este assunto? Vocês sabem quantos documentos suas empresas, sejam privadas ou públicas, geram por ano?

Bem, eu acredito que são raríssimas as empresas que sabem realmente quantos documentos geram por ano, quanto custa gerar estes documentos, quantos são compartilhados por mais de uma pessoa na organização ou por outras empresas, e quantos são armazenados como histórico.

Mas, documentos estão em todas as nossas atividades. Usamos para escrever propostas, para avaliar competidores, produzir relatórios, manuais técnicos, procedimentos operacionais, etc. Para governos, documentos fazem parte do negócio e leis, normas e decretos se materializam em forma de documentos. Enfim, a maior parte do que verbalizamos, colocamos em documentos escritos. E fazemos isso a todo instante. A maior parte das informações e memória de uma organização está contida em documentos. E cada vez mais digitalizamos estes documentos! Em resumo, provavelmente geramos bilhões de “office documents” por ano, no mundo inteiro.

Bom, embora não possamos estimar com precisão quantos documentos são produzidos digitalmente, acredito que estamos caminhando na direção de uma digitalização bem ampla. Mas que tal chutarmos um valor? Será que não produzimos um bilhão de documentos digitais por ano, aqui no Brasil? Vejamos como cheguei a este número: são cerca de cinco milhões de empresas no Brasil, que variam de grande porte (uma empresa global da indústria automotiva), a médio, pequeno e micro (que tal um pequeno escritório de contabilidade ou de advocacia?) e uma boa parcela delas tem computadores. Temos empresas que geram muitos documentos como as de mídia e os grandes escritórios de consultoria. Coloquem também na lista de intensivos em geração de documentos os

poderes executivos e legislativos das esferas federal, estadual e municipal, com suas autarquias e empresas públicas agregadas. E devemos incluir o judiciário em todas as suas modalidades e instâncias. As universidades (documentos internos e públicos, como teses de mestrado e doutorado) e escolas, e os cidadãos que geram documentos e os enviam para governos, empresas ou para outras pessoas. Todos produzem documentos a todo instante.

E fazendo um cross check, vamos considerar que dos aproximadamente 40 milhões de PCs que existem no Brasil, pelo menos 50% ou 20 milhões usam ferramentas de escritório. E imaginando que cada um gere 50 documentos por ano (um por semana) chegaremos ao fantástico número de um bilhão de documentos...Bem, claro que este número é um belo chute...

E quantos destes documentos são armazenados para eventual acesso futuro, como informação histórica? Se forem uns 10%, estamos falando de 100 milhões de documentos armazenados por ano, que deverão ser acessados no futuro, por outro software, provavelmente diferente do que os criou.

E quantos são expostos publicamente (via Web sites), compartilhados e/ou enviados por email? Também que tal chutarmos uns 10%? São pelo menos 100 milhões de documentos que devem ser lidos por outro computador e outro software que não o que o gerou. Como vemos, no mundo cada vez mais interoperável e digitalizado, a importância e amplitude de uso dos documentos digitais não devem ser subestimados.

Em uma estimativa pessoal acredito que a imensa maioria destes documentos seja gerada em formato .doc (e depois em .xls e .ppt). Pelo que vejo nas empresas o percentual de documentos gerados em pdf deve se situar no patamar dos 10%. E acredito também que mesmo os documentos que serão guardados (históricos) muitos o são em .doc e não pdf. Vejam bem, são estimativas pessoais, sem fundamentos científicos...

E à medida que os documentos passam a ser digitalizados, cresce de forma exponencial a sua geração. Provavelmente nos próximos 5 anos geraremos tantos documentos digitais quantos foram gerados nos últimos 25 anos. Hoje temos uma relação direta de dependência entre o formato dos arquivos e o software que o criou...Com muitos formatos, na maioria das vezes, incompatíveis entre si (um legado de quase 25 anos...). Esta situação nos leva a problemas de interoperabilidade, típico de um mundo pré-Internet.

Interoperabilidade não é apenas uma questão técnica, mas é a base para compartilhamento de informações e conhecimento, e mesmo base para reorganização de processos administrativos. As barreiras para interoperabilidade devem ser apenas as restrições ou limitações tecnológicas e nunca serem introduzidas intencionalmente por um fornecedor ou prestador de serviços. Em termos econômicos, quanto custa um documento que não pode mais ser acessado ou que por problemas de incompatibilidade de formatos não pode ser aberto em tempo útil?

O que precisamos é que a informação seja representada por um padrão aberto, que não esteja sob controle direto ou indireto de um único fornecedor, de modo que múltiplas aplicações possam acessá-la sem impedimentos. Se não adotarmos um padrão aberto para formato de documentos, veremos crescer de forma exponencial as dificuldades para a recuperação e acesso dos documentos digitais.

O ODF se encaixa perfeitamente neste contexto. É desenvolvido e mantido por uma entidade verdadeiramente aberta e já é um padrão ISO (ISO/IEC 26300), ABNT e e-Ping. Quanto mais usarmos este formato de arquivos, maior será o seu valor, atraindo mais fornecedores de tecnologias, acelerando a inovação e aumentando a competição, reduzindo o custo dos produtos. Mas se usarmos dois ou mais padrões, este efeito vai se dispersar, gerando-se uma tendência de agruparem-se ofertas de produtos em torno de um ou outro padrão, diminuindo as alternativas e aumentando os preços no mercado. No decorrer do tempo, os usuários saem perdendo e a situação atual acaba se perpetuando...

Na minha opinião não precisamos de dois ou mais padrões para a mesma coisa. Ter dois padrões não nos dará o dobro de valor que um único. Portanto, quanto mais nos esforçarmos para fazer o ODF o mais completo possível, melhor para todos nós.

Um lembrete adicional: Temos uma grande oportunidade de divulgar mais ainda o ODF, com o Document Freedom Day 2009, que acontecerá em 25 de março. Vejam em <http://documentfreedom.org/> como ajudar a disseminar este padrão aberto de documentos na sua faculdade, empresa ou órgão público.

Post 49: Cuidado com o formato docx

Um colega me ligou para falarmos do problema que volta e meia enfrentamos: receber arquivos em formato docx, típico do Office 2007. Usamos o Office 2003 e esta versão do Office não reconhece o docx. Aliás, o docx é reconhecido apenas pelo Office 2007 e é muito diferente do OpenXML que foi aprovado pela ISO.

As versões anteriores ao Office 2007 usam um formato proprietário chamado doc (ou xls ou ppt), mas que também é reconhecido por outros softwares de escritório como o OpenOffice ou o Symphony da IBM.

O uso do docx cria uma dependência grande da Microsoft, pois é limitado ao Office 2007. Para você ter acesso a este tipo de documento em um OpenOffice, por exemplo, precisa de um plugin específico.

Informalmente perguntei a alguns colegas e amigos que me mandaram arquivos docx o porque de estarem usando o Office 2007. A resposta não me surpreendeu. De maneira geral usavam porque o PC vinha com ele já instalado. E que benefícios tiravam dele? Ora, novamente nada de novo: usam o Office 2007 como já usavam o Office 2003. Nada de novo. Ninguém, desta pequena, é verdade, amostragem, usava algum recurso inovador e específico do Office 2007.

Ora, para fazer a mesma coisa, porque usar o Office 2007? Além de ficar preso ao docx, exige um período de treinamento e ajustes para seus usuários.

Ok, o que fazer? Antes de mais nada substitua o formato default do Office 2007 para gerar doc e não docx. Assim, você continua recebendo alguns poucos documentos em docx, mas pode reenviá-los no formato doc, que todos lêem. Menos mal, porque não aumenta sua dependência do software.

Mas, não é só. Depois pense no seguinte: dia 14 de abril deste ano (2009) se encerrou o suporte “mainstream” ao Office 2003 e do Windows XP. Não nos faz pensar na hipótese de, ao invés de migrar para o Office 2007, substituir o Office 2003 pelo OpenOffice ou Symphony, ambos gratuitos? Assim, você inicia mais rapidamente a migração para ODF.

Em vez de ir para o Vista, por que não pensar no Linux?

Post 50: Continuando a discussão sobre o formato docx (maio)

Há umas duas semanas atrás escrevi um post abordando o formato docx implementado pelo Office 2007. Levantou um debate bem aguerrido e o post recebeu vários comentários, alguns até mesmo pouco polidos.

Como o blog é lido por técnicos e executivos de muitas empresas, recebi alguns emails e ligações interessantes, levantando uns pontos que quero compartilhar aqui.

Um executivo me disse que entendia que pelo simples fato de um padrão ser XML, ele seria facilmente compreendido por qualquer software que “entendesse” XML. Agora, depois de ter lido o post e seus comentários a idéia ficou mais clara. Vou repetir aqui o que inseri em um dos meus comentários: vamos fazer uma analogia simples. o XML pode ser visto como um tipo de alfabeto, como o alfabeto romano. Mas, neste alfabeto você pode construir diversas linguagens como o português, o espanhol, o inglês e o francês. Mas o fato de eu escrever em português não significa que um francês consiga ler o texto, embora os caracteres que eu uso são os mesmos que ele usa na sua linguagem. Claro que eu consigo identificar as letras, mas não consigo entender as palavras e muito menos as frases!

Para ter plena compreensão das tags OpenXML eu terei que absorver toda sua especificação (6.000 páginas da especificação original, como proposta à ISO) e ter certeza que esta especificação está completa e não faltam informações. Aí, sim consigo entender o padrão.

Outro email que recebi dizia que a mensagem que ele, executivo recebia continuamente, é que o atual docx como implementado no Office 2007 é um padrão reconhecido pela ISO, tal e qual o ODF. Mas agora ficou claro para ele que o atual .docx não é o padrão ISO. O padrão OpenXML que está em avaliação na ISO vai ser, pelo número de modificações, bem diferente do atual docx e reconhecendo tal fato, ainda nem existe data para sua implementação oficial.

Recomendo acessar o post do Jomar Silva, diretor da ODF Alliance Brasil, para um comentário sobre este assunto. Vejam em <http://homembit.com/2009/04/para-quem-ainda-nao-acredita-a-prova-definitiva-o-openxml-ainda-nao-estava-e-nao-esta-pronto.html> .

Aliás, a própria Microsoft implementou o suporte ao ODF antes do suporte ao OOXML ISO.

Quanto ao recém anunciado suporte ao ODF pelo Office 2007, o blog do Jomar faz uma análise muito interessante em <http://homembit.com/2009/05/microsoft-agora-tenta-fragmentar-o-odf.html> .

Um dos pontos que ele levanta é “quando se abre uma planilha ODF (extensão .ods) existente no Office 2007, ele simplesmente elimina todas as fórmulas existentes sem avisar nada ao usuário, deixando nas células apenas os valores do resultado do cálculo das fórmulas (valores estes já previamente armazenados no documento). Se um usuário quiser testar o suporte ao ODF no Office, e sem prestar a devida atenção salvar uma planilha aberta, vai sobrescrever o documento eliminando todas as fórmulas, como se estivesse gravando um documento que foi totalmente digitado”.

E vai além dizendo “Quando se utiliza o Office 2007 para gerar uma nova planilha, as fórmulas serão armazenadas de tal forma que só o Office 2007 (ou o CleverAge, um plug-in de suporte ao ODF para o Office desenvolvido em Open Source com patrocínio da Microsoft) será capaz de ler o documento, acabando com a possibilidade de que qualquer outra aplicação existente seja capaz de ler o documento”.

Enfim, já convivemos com formatos fechados como doc. Se tivermos que manter documentos em doc, docx e depois em ODF vamos ter um problema bem sério de compatibilidade e interoperabilidade entre aplicações. Simplificar é a melhor alternativa. Por isso insisto que em vez de adotar o docx do Office 2007 e adicionar mais um formato aos anteriores é melhor usar o velho e fechado doc até que consigamos fazer a migração para ODF.

Porque ODF? É indiscutível que o ODF está ganhando espaço no mercado, à medida que mais e mais governos requerem ou recomendam seu uso. Atualmente já são 17 os governos nacionais que estão adotando ODF. Entre eles temos o Brasil (recentemente foi assinado o Procolo de Brasília, marco importante no contexto do ODF), Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Japão, Rússia, Suíça, África do Sul, Uruguai e Venezuela. A ODF Alliance publicou há poucos meses um relatório da situação do ODF no mundo, que pode ser lido na sua íntegra, em <http://www.odfalliance.org/resources/Annual-Report-ODF-2008.pdf> . Um dos últimos anuncios foi do governo inglês. Vejam em <http://www.odfalliance.org/press/Release20090225-ukgovOSS.pdf> .

E para quem quer conhecer mais a fundo o ODF vejam o paper <http://www.robweir.com/blog/publications/IEEE-Weir.pdf> , recentemente publicado no IEEE. Ah, e a descrição do ODF no Wikipedia está bem completa. Vejam em <http://en.wikipedia.org/wiki/OpenDocument> .

E já que estamos falando em padrões abertos, um relatório do IDC (http://www.novell.com/linux/pdf/IDC_white_paper_Linux_Adoption_in_a_Global_Recession.pdf) mostra que está em curso um crescente interesse pela adoção do Linux em desktops. Uma frase do relatório exprime bem o contexto: “Overall, 50% of survey participants agreed with or strongly agreed with the statement that they plan to accelerate adoption of Linux on the desktop, especially for basic office functions, technical workstation users, and higher education/K-12.”.

Aproveitando a deixa, leiam este relatório sobre adoção de Open Source no mundo: http://www.redhat.com/f/pdf/OSSI_Research.pdf . E à medida que os netbooks se disseminarem, o Linux vai ser mais e mais usado. Vejam este comentário: http://blogs.computerworld.com/netbook_2009_the_four_big_changes .

Sinais de mudança à vista...Com trocadilho sim!

Lista de alguns URLs sobre ODF

Para um maior aprofundamento do assunto, recomendo o acesso a alguns URLs, como:

www.odfalliance.org
<http://en.wikipedia.org/wiki/OpenDocument>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/ODF>
www.homembit.com
<http://www.robweir.com/blog/>
<http://planet.opendocumentformat.org/>
<http://www.digistan.org/>
<http://opendocumentfellowship.com/>
<http://www.opendocsociety.org/>
<http://opendocument.xml.org/>
<http://www.broffice.org/>

Autor

Cezar Taurion

Gerente de Novas Tecnologias Aplicadas/Technical Evangelist da IBM Brasil, é um profissional e estudioso de Tecnologia da Informação desde fins da década de 70. Com educação formal diversificada, em Economia, Ciência da Computação e Marketing de Serviços, e experiência profissional moldada pela passagem em empresas de porte mundial, Taurion tem participado ativamente de casos reais das mais diversas características e complexidades tanto no Brasil como no exterior, sempre buscando compreender e avaliar os impactos das inovações tecnológicas nas organizações e em seus processos de negócio.

Escreve constantemente sobre tecnologia da informação em publicações especializadas como Computerworld Brasil, Mundo Java e Linux Magazine, além de apresentar palestras em eventos e conferências de renome. É autor de cinco livros que abordam assuntos como Open Source/Software Livre, Grid Computing, Software Embarcado e Cloud Computing, editados pela Brasport (www.brasport.com.br). Cezar Taurion também mantém um dos blogs mais acessados da comunidade developerWorks (www.ibm.com/developerworks/blogs/page/ctaurion). Este blog, foi, inclusive o primeiro blog da developerWorks na América Latina.

Participou diretamente das discussões sobre ODF e OpenXML, atuando como representante da IBM na Comissão de Estudo formado na ABNT para avaliar estes padrões.

ctaurion@br.ibm.com